



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**  
**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**  
**NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E**  
**MEIO AMBIENTE**

**APRENDIZADO AGROECOLÓGICO NA**  
**REFORMA AGRÁRIA EM SERGIPE:**  
**Práticas camponesas e interlocução com a ATER no**  
**assentamento Paulo Freire II**

**FERNANDA AMORIM SOUZA**

São Cristóvão/SE

2014



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**  
**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**  
**NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E**  
**MEIO AMBIENTE**

**APRENDIZADO AGROECOLÓGICO NA**  
**REFORMA AGRÁRIA EM SERGIPE:**  
**Práticas camponesas e interlocução com a ATER no**  
**assentamento Paulo Freire II**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe, como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Autora: Fernanda Amorim Souza

Orientador: Prof. Dr. Emílio de Britto Negreiros

Co-orientador: Prof. Dr. Cristiano Wellington Norberto Ramalho

São Cristóvão/SE  
2014

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

S729a Souza, Fernanda Amorim  
Aprendizado agroecológico na reforma agrária em Sergipe :  
práticas camponesas e interlocução com a ATER no  
assentamento Paulo Freire II / Fernanda Amorim Souza ;  
orientador Emílio de Britto Negreiros. – São Cristóvão, 2014.  
138 f. : il.

Dissertação (mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente)  
– Universidade Federal de Sergipe, 2014.

1. Ecologia agrícola. 2. Extensão rural – Sergipe. 3. Reforma  
agrária – Sergipe. 4. Camponeses. I. Negreiros, Emílio de Britto,  
orient. II. Título.

CDU 631.95(813.7)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E  
MEIO AMBIENTE

BANCA EXAMINADORA

Emílio de Brito Negreiros

Membro e orientador: Prof. Dr. Emílio de Brito Negreiros  
PRODEMA/UFS

Cristiano Wellington Norberto Ramalho

Membro e coorientador: Prof. Dr. Cristiano Wellington Norberto Ramalho  
PRODEMA/UFS

Eraldo da Silva Ramos Filho

Membro interno: Prof. Dr. Eraldo da Silva Ramos Filho  
NPGEU/UFS

Edmar Ramos de Siqueira

Membro externo: Dr. Edmar Ramos de Siqueira  
EMBRAPA

Fernanda Amorim Souza

Mestranda: Fernanda Amorim Souza

Data 25/02/2014

Este exemplar corresponde à versão final da Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

*Emílio de Brito Negreiros*

---

Emílio de Brito Negreiros - orientador

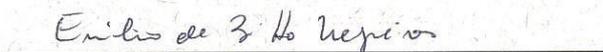
*Cristiano Wellington Norberto Ramalho*

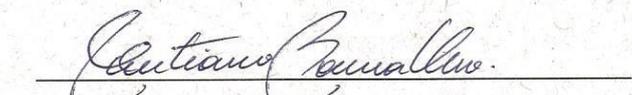
---

Cristiano Wellington Norberto Ramalho – coorientador

É concedido ao Núcleo de Pós Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente–PRODEMA da Universidade Federal de Sergipe permissão para disponibilizar, reproduzir cópias desta dissertação e emprestar/vender tais cópias.

  
Fernanda Amorim Souza - autora

  
Emílio de Britto Negreiros - orientador

  
Cristiano Wellington Norberto Ramalho – coorientador

## DEDICATÓRIA

Liberdade, Luta e História são as "três flores da esperança" num belo poema zapatista. Segundo esse poema a "liberdade é como o amanhecer. Alguns o esperam dormindo, mas outros acordam e caminham durante a noite para alcançá-lo", "a luta é como um círculo. Pode começar em qualquer ponto, mas nunca termina" e "a História não passa de rabiscos escritos por homens e mulheres no solo do tempo. O poder traça o seu rabisco, elogia-o como escrita sublime e o adora como se fosse a única verdade. O medíocre limita-se a ler os rabiscos. O lutador passa o tempo todo preenchendo páginas. Os excluídos não sabem escrever... ainda." Por fim, dizem que "a sabedoria consiste na arte de descobrir, atrás da dor, a esperança."

Dedido este trabalho àqueles que descobriram a esperança e para quem estão prometidos os frutos destas flores: os lutadores da Reforma Agrária.

## AGRADECIMENTOS

Devo cada uma das páginas aqui escritas a um coletivo que se tornou muito especial pra mim: Edmar, Marília, Pedro, Rabanal, Karol e Eraldo. E também aos camponeses que inspiram seu trabalho (Negão, Téo, Agnaldo, Silvanira, Cris...) Agradeço pela oportunidade de participação nessa rede em movimento: o Camponês a Camponês.

Grata também ao André. Pelo acesso e pelas risadas.

Cursar o mestrado só foi possível por que alguns gestores compreenderam a importância. Embora amparada por lei, a direção da empresa em que trabalho precisava concordar: agradeço à sensibilidade de Diogo, Gilda, Edgard e Nery (em memória).

Aos colegas da Embrapa que contribuíram com o projeto original: Indri, Paulo e principalmente Neiza.

À professora Maria José, por ter concordado em ser minha orientadora no início e garantido, assim, minha participação na seleção do mestrado.

De forma especial, sou grata aos meus orientadores: Emílio e Cristiano, brilhantes professores, corretos, cordiais. Ministraram, sem nenhuma dúvida, a mais abrangente disciplina que um programa em Meio Ambiente poderia oferecer!

Dos colegas de mestrado guardarei uma lembrança boa: pelos debates, brincadeiras e desespero compartilhados.

Bico, Ciça, Fernando, Fafá, *véio* Pedro, Gata: estão sempre nos meus pensamentos.

E a Siri, de quem eu tenho o maior orgulho do mundo, agradeço pela leitura e pela crítica embasada (e engajada)!

E, por último, só que desde o início e para sempre, às duas forças luminosas que me sustentam: Violeta e Gonzalo. Pela paciência e pela alegria!

*“E se sonhamos, foi com realidades.”*

**(Juan Cunha)**

## RESUMO

O serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no Brasil tem sua história atrelada à modernização da agricultura e é co-responsável pelas consequências, tanto econômicas quanto sociais e ambientais da implantação desse modelo. No entanto, há cerca de uma década, a ATER passou por uma profunda reflexão sobre o seu papel social, durante a discussão para criação da nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). Este momento apresenta um discurso de ruptura com a história da ATER praticada em nosso país, trazendo a agroecologia como orientação teórico-metodológica para a ação extensionista. O objetivo geral desta pesquisa é compreender, a partir da experiência do assentamento Paulo Freire II –Estância –SE, a complexidade de realização do trabalho da ATER no que diz respeito à construção da agroecologia, levando-se em conta a intenção expressa nos discursos normativos em transpor o paradigma convencional da extensão rural. A pesquisa evidenciou nas práticas dos agricultores do assentamento Paulo Freire II uma busca por alternativas à agricultura convencional, guiada pelas mais diversas motivações, refletindo uma oportunidade para o avanço do aprendizado agroecológico. Revelou-se um processo em curso que procura incorporar a Agroecologia à pauta da assistência técnica e extensão rural na reforma agrária. As Chamadas Públicas da SR-23 do INCRA tiveram alguma inspiração na PNATER e percebe-se um avanço gradual que busca trabalhar a temática de forma mais efetiva. O último edital para contratação da empresa que executa o serviço nos assentamentos reflete esse avanço com a definição de um coletivo de técnicos que está ajustando a metodologia Camponês a Camponês e representa a principal afirmação de construção da agroecologia na reforma agrária em Sergipe.

**PALAVRAS-CHAVE:** Agroecologia, Extensão Rural, “Camponês a Camponês”.

## **ABSTRACT**

The Rural Extension and Technical Assistance Service (ATER) in Brazil has its history linked to the process of updating of agriculture and it is co-responsible for the economic, social and environmental consequences of the deployment of this model. However, about one decade ago, the ATER has got through deep reflections about its social role, during the discussion for creating the new Technical Assistance National Policy and Rural Extension (PNATER). Such moment shows a disruption discourse with the history of ATER in the way it is practiced in our country, bringing up agroecology as theoretical-methodological orientation for the extensionist action. The general purpose of this research is to understand, based on experience of settlement Paulo Freire II, Estância, Sergipe, the complexity of the realization of the ATER's work with regards to the construction of agroecology, considering its intention expressed in the normative speech, such as going beyond the conventional paradigm of Rural Extension. The research carried out in the settlement Paulo Freire II showed over the workers practices a kind of search for alternatives to conventional agriculture, conducted ~~for~~ by different motivations and so reflecting an opportunity for advancement of agro-ecological learning. Although the targets set in the public notices to promote agroecology through ATER look timid, an ongoing process has been revealed to incorporate it to the Technical Assistance and Rural Extension agenda, within the Agrarian Reform Program. The Public Calls of SR-23 from INCRA, had some inspiration on PNATER, and it may be seen a gradual progress trying to work on this issue more efficiently. The last public notice to hiring the company that performs that service in the settlements reflects this advancement with the implementation of a staff of technicians developing the peasant to peasant methods and represents the main affirmation of agroecology construction within the Agrarian Reform in Sergipe.

**KEYWORDS:** ATER, Agroecology, Agro-ecological learning, Peasant to Peasant.

## SUMÁRIO

Introdução.....	1
O problema e os objetivos da pesquisa.....	2
Justificativa.....	3
Os capítulos e a estrutura da dissertação .....	4
Metodologia da Pesquisa: Trilhando o caminho da participação .....	6
O local da pesquisa .....	6
A construção dos dados.....	8
Análise e interpretação dos dados .....	9
Capítulo 1 - A Agroecologia: bases conceituais para apoiar a agricultura familiar camponesa.....	11
1.1.-Agricultura moderna e a crise do modelo convencional.....	11
1.2. - Uma alternativa em construção: a Agroecologia.....	14
1.3. - Desenvolvimento - outros desenvolvimentos ou qual desenvolvimento?.....	18
1.4. - O recorte empírico: histórias, sujeitos, práticas e conceitos.....	20
1.5. - Considerações sobre a teoria, a realidade e as mudanças necessárias.....	34
CAPÍTULO 2 - Extensão Rural e Assessoria técnica ou aprendizado agroecológico?.....	36
2.1. - Da ATER convencional à construção da nova ATER.....	36
2.2. - ATER na Reforma Agrária.....	40
2.3 . - A experiência da ATES/ATER no assentamento Paulo Freire II: "Ates? É do quê?" "Nunca ouvi falar" .....	44
2.4. - Reflexões do 'campo' sobre ATES/ATER.....	47
2.4.1. - Sistema de crédito e ênfase no aspecto econômico: "Nunca era do gosto da gente, que o banco não aceitava".....	49
2.4.2. - Papel dos agentes de ATER e formação dos técnico "(a assistência técnica) ficou devendo nessa parte do campo".....	55

2.4.3. - Estrutura institucional e infra-estrutura: <i>Era uma terra muito engraçada...</i> "Não tinha mercado, não tinha energia, não tinha como fazer muita coisa... não tinha estrada, não tinha nada. Tudo era difícil. Foi na base da vontade mermo".....	60
2.4.4. - Metodologia e valorização do saber camponês: "Eu gosto de trabalhar assim: teoria e prática. Não venha só com teoria, teoria é hoje, amanhã é prática.....	63
CAPÍTULO 3 - Horizontes para o aprendizado agroecológico: papel dos atores e avanços metodológicos.....	71
3.1. - Expectativas com a nova ATER em Sergipe.....	71.
3.2. - De Camponês a Camponês: a adequação de uma metodologia para o aprendizado agroecológico.....	77
3.2.1. - O que é o Camponês a Camponês?.....	82
3.2.2. - A experiência sergipana a partir do referencial teórico-prático da America Latina....	85
3.2.3. - A experimentação dos agricultores faróis.....	91
3.2.4. - O ajuste da metodologia.....	93
3.2.5. - Lições aprendidas, dificuldades percebidas e perspectivas futuras.....	95
3.2.6. - Sobre o caminhar.....	100
4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	103
5 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:.....	108

## LISTA DE SIGLAS

ABA – Associação Brasileira de Agroecologia

ANAP – Associação dos Agricultores Pequenos PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural

ATES – Assessoria Técnica Social e Ambiental

CAC – Camponês a Camponês

CCAT- Construção do conhecimento agroecológico em territórios de identidades rurais por meio de intercâmbios em redes sociais

CFAC - Centro Comunitário de Formação em Agropecuária Dom José Brandão de Castro

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

EUA – Estados Unidos da América

EVA – Espaço de Vivência Agroecológica

FAO – *Food and Agriculture Organization of the United Nations*

FETASE – Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Sergipe

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MIT – *Massachusetts Institute of Technology*

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

ONG – Organização Não-Governamental

PA – Projeto de Assentamento

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PAIS – Projeto Agroecológico Integrado e Sustentável

PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PRA – Plano de Recuperação Ambiental

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RSA – Rede Social de Aprendizagem

SAF – Sistema Agroflorestal

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SIBRATER – Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural

SOCLA – Sociedade Científica Latino Americana de Agroecologia

UFS – Universidade Federal de Sergipe

## LISTA DE FIGURAS

Fig. 1.1: Localização do Território Sul Sergipano no Brasil e em Sergipe.....	07
Fig. 2.1: Lote de Ivanilson – Assentamento Paulo Freire II.....	31
Fig. 2.2: Roça do Futuro: SAFs no lote de Ivanilson.....	32
Fig. 3.1: A espacialização da rede Camponês a Camponês.....	80
Fig. 3.2: Instituições e atores envolvidos na construção do Camponês a Camponês.....	81
Fig. 3.3: Téo conta sua história – Assentamento Rosa Luxemburgo .....	86
Fig. 3.4: O camponês Téo dialoga com técnicos e estudantes .....	87
Fig. 3.5: Intercâmbio de Camponês a Camponês: visita ao lote de Téo. ....	87
Fig. 3.6: Alimento: intercâmbio de Camponês a Camponês .....	88
Fig. 3.7: Roda de conversa: intercâmbio de Camponês a Camponês.....	89
Fig. 3.8: Filhos de técnicos e filhos de assentados. ....	90
Fig. 3.9: Filhos de técnicos e filhos de assentados. ....	90

## LISTA DE QUADROS

TABELA 2.1 –PONTOS NEGATIVOS IDENTIFICADOS PELOS GRUPOS SOBRE A ATER NO PASSADO NO TERRITÓRIO SUL.....	48
TABELA 2.2 -PONTOS POSITIVOS IDENTIFICADOS PELOS GRUPOS SOBRE A ATER NO PASSADO NO TERRITÓRIO SUL.....	49
TABELA 2.3 - ALGUNS ELEMENTOS PARA A COMPARAÇÃO ENTRE TIPOS DE EXTENSÃO.....	69
TABELA 3.1 –A ASSISTÊNCIA TÉCNICA QUE QUEREMOS .....	74
TABELA 3.2 – REDES SOCIAIS DE APRENDIZAGEM DO TERRITÓRIO SUL .....	79
TABELA 3.3 – MATRIZ DE SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIA .....	93
TABELA 3.4 – OFICINA DE AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DO CAMPONÊS A CAMPONÊS EM 2013 – REDE G1 .....	100

## INTRODUÇÃO

Essa pesquisa surgiu do interesse de compreender a mudança de rumos da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER)<sup>1</sup>, dado o seguinte fato: o processo que culminou com a formulação da “Nova PNATER”, em 2003, foi construído em bases participativas com os movimentos sociais e entidades que representam as lutas dos agricultores familiares e colocou a Agroecologia<sup>2</sup> como orientação prioritária para a sua execução. O momento político era o da eleição do primeiro presidente representante de um partido popular, cujas bases sociais historicamente se comprometeram com as mudanças em favor dos mais pobres da sociedade brasileira. As forças políticas que construíram a vitória do Partido dos Trabalhadores, no entanto, apontavam desde o primeiro momento para a necessidade da disputa de rumos do mandato.

Sabendo do histórico da Extensão Rural no Brasil e da sua contribuição no projeto de modernização da agricultura brasileira<sup>3</sup>, e todas as consequências daí decorrentes, interessava compreender como na construção da PNATER se posicionaram os interesses e qual configuração política deu vitória à agroecologia no debate.

Ao mesmo tempo em que me interessava esse processo, considerava importante a avaliação de iniciativas de programas de Extensão Rural que tiveram por inspiração a orientação agroecológica daquele documento legal de 2003.

Assim, pelo interesse em um seguimento específico da agricultura familiar, cheguei à ATEs – Assessoria Técnica, Social e Ambiental, o programa do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA para os assentados de reforma agrária, que foi construído no processo de mudanças da nova PNATER e se colocou como uma ferramenta para fomentar o processo de transição agroecológica, ou seja, ajudar nas transformações necessárias para a alteração de um modelo de agricultura convencional (*modernizada*), que

---

<sup>1</sup>Pode ser acessada no endereço: <http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/ater/Pnater.pdf>

<sup>2</sup> Ainda que a legislação omita uma conceituação mais explícita do que seja a Agroecologia, consideramos que dado o envolvimento dos movimentos sociais e atores políticos envolvidos na discussão de formulação da PNATER a Agroecologia deve ser entendida não apenas como práticas agrícolas ecológicas, mas antes como um movimento de cunho socio-político que questiona as bases da agricultura convencional e cria, a partir das práticas e conhecimentos tradicionais, alternativas de vida e resistência cultural e econômica.

<sup>3</sup>Esse assunto será abordado no segundo capítulo.

historicamente atendeu aos grandes proprietários de terra ou agricultores capitalizados, para agriculturas sustentáveis que não dependessem de insumos externos inviáveis economicamente para os pequenos e que se baseassem em relações mais equitativas do ponto de vista social e ambiental.

Ao conhecer a equipe da ATES em Sergipe (funcionários do INCRA e alguns técnicos contratados) ficou evidente a intenção desse grupo de romper com a Extensão Rural tradicional e construir uma nova proposta para esse tipo de serviço: a perspectiva agroecológica do documento de 2003 ganhava aderência no planejamento da extensão rural na reforma agrária em Sergipe.

No estudo dos instrumentos convocatórios e de contratação da empresa para execução dos serviços de ATER, percebe-se uma intenção formulada de construir uma extensão rural que dialogasse com a realidade das famílias assentadas, em base participativa, em que a Agroecologia foi, gradativamente, se fortalecendo e se afirmando como referência, tanto para a equipe do INCRA como para parte dos profissionais contratados para a realização do serviço com os assentados.

Pensando na possibilidade de dialogar – e quem sabe contribuir – com um tema mais local, optei por estudar essa experiência de Extensão Rural em Sergipe, e, em se mostrando necessário um recorte de análise, recorri à equipe (INCRA e extensionistas) envolvida na construção da proposta agroecológica. Dessa forma, conheci o assentamento Paulo Freire II em Estância, que trazia pelo menos uma grande referência de família trabalhando a partir da agroecologia e apontava para um processo em curso.

## **O PROBLEMA E OS OBJETIVOS DA PESQUISA**

Coloca-se a seguinte questão de pesquisa: qual é e como se expressa a complexidade da implementação prática da transição agroecológica, levando-se em conta a trajetória e a experiência dos agricultores no Assentamento Paulo Freire II e a intenção expressa nos discursos normativos em transpor o paradigma convencional da Assistência Técnica e Extensão Rural?

O Objetivo Geral desta pesquisa é compreender, a partir da experiência do assentamento Paulo Freire II –Estância –SE, a complexidade de realização do trabalho da ATER no que diz respeito à promoção da Agroecologia.

Tendo os seguintes objetivos específicos:

- 1 - Investigar a presença dos princípios e práticas agroecológicas no assentamento e a sua relação na transformação do modelo da agricultura convencional para a agroecológica;
- 2- Verificar a trajetória da ATER no Paulo Freire II e seu posicionamento teórico e metodológico;
- 3- Analisar as estratégias (entraves e potencialidades) para a promoção da agroecologia na ATES/ATER na Reforma Agrária.

Levanto a seguinte reflexão, como início deste trabalho:

As experiências dos agricultores podem representar a busca por alternativas ao modelo convencional da agricultura, necessitando de um suporte da ATES/ATER que, por sua vez, sofre de limitações em desenvolver os processos de transformação social aos quais se propõe, pois está atrelada a uma estrutura impeditiva, burocrática, que não possibilita na prática a concretização dos objetivos de mudanças teóricas e metodológicas estabelecidos nas normas e programas.

## **JUSTIFICATIVA**

Discutir o tema da extensão rural e da agroecologia significa me aproximar criticamente das discussões mais atuais e acaloradas sobre o presente e futuro da instituição na qual trabalho hoje, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, que tem sua criação e seu destino vinculados às políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Na década de 70, as duas grandes instituições de pesquisa e extensão rural – Embrapa e Embrater – foram criadas no mesmo contexto e com o mesmo propósito: o de desenvolver tecnologias e fazer com que elas sejam adotadas para mudar o cenário agropecuário do país. Estas empresas são, em grande medida, vitoriosas neste objetivo (não entrarei agora na problemática das

consequências deste modelo<sup>4</sup>). A Embrapa se firmou no cenário internacional como referência em pesquisa para agricultura tropical, colocando o Brasil como grande produtor de gêneros agropecuários. No entanto, os desafios atuais a levam a repensar aspectos que valorizem cada vez mais a conservação dos recursos naturais e a melhoria de vida da população. Essa exigência levou a empresa à elaboração, em 2006, do seu Marco Referencial em Agroecologia<sup>5</sup>, onde é institucionalizada a intenção da estatal em debater a temática e buscar soluções metodológicas e tecnológicas para a pesquisa, desenvolvimento e inovação em Agroecologia. Essa tarefa é fundamental e inseparável das políticas públicas de ATER, pois se pesquisa e extensão devem andar juntas, precisam ter sintonia e ajustar os passos, para que as demandas desta última possam ser atendidas pela primeira.

O que, além dessa motivação, nos conduz a este estudo é a constatação de que não existem trabalhos em Sergipe específicos sobre a experiência de ATER na Reforma Agrária que tenham como foco a transição agroecológica. Assim, é possível que esta pesquisa contribua com a reflexão da efetividade de implementação de uma Extensão Rural interessada nas soluções a partir das realidades locais, com a Agroecologia como referência conceitual, para, a partir daí, pensar seus alcances e limites na construção do desenvolvimento voltado para o equilíbrio ambiental, com valorização dos aspectos culturais e relações mais justas do ponto de vista econômico e social nos assentamentos.

## **OS CAPÍTULOS E A ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO**

O texto da dissertação foi construído abordando o modelo de desenvolvimento adotado no Brasil no passado recente, mostrando como a Agroecologia desponta como proposta alternativa a este modelo e de como o serviço de Extensão Rural se insere e se transforma junto com esse cenário. Os capítulos seguintes desenvolverão a temática da Agroecologia e Extensão Rural, tratando em sequência de cada um dos objetivos específicos, conforme segue:

---

<sup>4</sup>Essa problemática é parte do tema abordado no capítulo 1

<sup>5</sup> EMBRAPA, 2006 disponível em [www.embrapa.br/publicacoes/institucionais/titulos-avulsos/marco\\_ref.pdf](http://www.embrapa.br/publicacoes/institucionais/titulos-avulsos/marco_ref.pdf)

## **Capítulo 1 – Agroecologia: bases conceituais para apoiar a agricultura familiar camponesa**

Este capítulo apresenta o referencial teórico da Agroecologia, construído a partir do diagnóstico de crise do modelo hegemônico de desenvolvimento e nele se mostra como essa proposta científica -e política- de um novo paradigma de desenvolvimento está se construindo como alternativa à crise dos tempos atuais, seja ela ambiental, da agricultura moderna ou dos valores sociais. A Agroecologia está sendo gestada como ciência e como movimento social a partir da necessidade da descoberta e construção de novas alternativas para o desenvolvimento, onde a dimensão econômica não determine unicamente as decisões. O modelo predominante de desenvolvimento rural adotado no Brasil acompanha a lógica da trajetória linear presente na noção moderna de progresso e atrela a agricultura à indústria e ao mercado como objetivos únicos e possíveis, onde, geralmente, as perspectivas social, cultural e ambiental são menosprezadas em detrimento da dimensão econômica. Assim, interessada nas múltiplas dimensões da realidade, a Agroecologia vem para o debate do desenvolvimento rural se colocando como uma ciência, que oferece bases conceituais e metodológicas, visando subsidiar o processo de transição do modelo da agricultura convencional para outros de agriculturas sustentáveis, fortalecendo-se como paradigma capaz de agregar ideias e ações na concepção e construção de uma nova proposta de agricultura e sociedade. Apresento ainda os princípios e práticas agroecológicas presentes no assentamento Paulo Freire II, vivenciados pelos sujeitos da pesquisa e revelados através de sua história e seus conceitos.

## **Capítulo 2 – Extensão Rural e Assessoria Técnica ou Aprendizado Agroecológico?**

Este capítulo trata de mostrar como a Agroecologia se apresenta na orientação de uma nova Extensão Rural, na forma de um referencial de base para a ação extensionista voltada para o aprendizado e a construção de alternativas de desenvolvimento participativo. É mostrado um quadro diagnosticado na pesquisa de campo no assentamento Paulo Freire II no que diz respeito à experiência de ATES/ATER vivida naquele território, evidenciando como os agricultores perceberam e reagiram à intervenção, analisando não só a situação encontrada, mas também buscando refletir sobre a atuação desejável para que a ATER avance como aprendizado agroecológico, conforme se intenciona nas diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER. É feito, ao final, um apanhado geral dos

principais entraves estruturais para o desenvolvimento de uma ATER mais adequada ao assentados e que dialogue melhor com a Agroecologia.

### **Capítulo 3 – Horizontes para o aprendizado agroecológico, papel dos atores e avanços metodológicos.**

Este capítulo aborda a construção da Chamada Pública do INCRA para ATER/ATES em 2012, que partiu de um diagnóstico participativo com os representantes dos Projetos de Assentamento (PAs) e que traz metas mais elaboradas para a construção da Agroecologia nos serviços de ATER na Reforma Agrária.

Essa chamada pública trouxe como estratégia para a promoção da Agroecologia, a definição de um coletivo de técnicos para trabalhar o tema, tanto nos assentamentos, quanto no envolvimento de mais profissionais. Esse coletivo, por sua vez, utiliza a metodologia “camponês a camponês” que, por meio de um núcleo do contrato de ATER, passa a incorporar os princípios da agroecologia na extensão rural nos assentamentos. O capítulo apresenta e analisa a experiência sergipana de adaptação da metodologia para a realidade específica da região e como esse processo contribui para a discussão e envolvimento de atores (técnicos e agricultores) na construção do conhecimento e aprendizado agroecológico na Reforma Agrária.

## **METODOLOGIA DA PESQUISA: TRILHANDO O CAMINHO DA PARTICIPAÇÃO**

### **O LOCAL DA PESQUISA**

O trabalho de campo se realizou no assentamento Paulo Freire II, que está localizado no Território Sul Sergipano, no município de Estância-SE.<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup>O Território Sul Sergipano - SE abrange uma área de 3.950,90 Km<sup>2</sup> e é composto por 12 municípios: Cristinápolis, Tomar do Geru, Arauá, Boquim, Estância, Indiaroba, Itabaianinha, Itaporanga d'Ajuda, Pedrinhas, Salgado, Santa Luzia do Itanhy e Umbaúba. A população total do território é de 279.015 habitantes, dos quais 123.736 vivem na área rural, o que corresponde a 44,35% do total. Possui 20.599 agricultores familiares, 1.256 famílias assentadas e duas comunidades quilombolas. Seu IDH médio é 0,62. O Território do Sul Sergipano foi criado por meio do Decreto Estadual nº. 24.338, de 20 de abril de 2007 e se

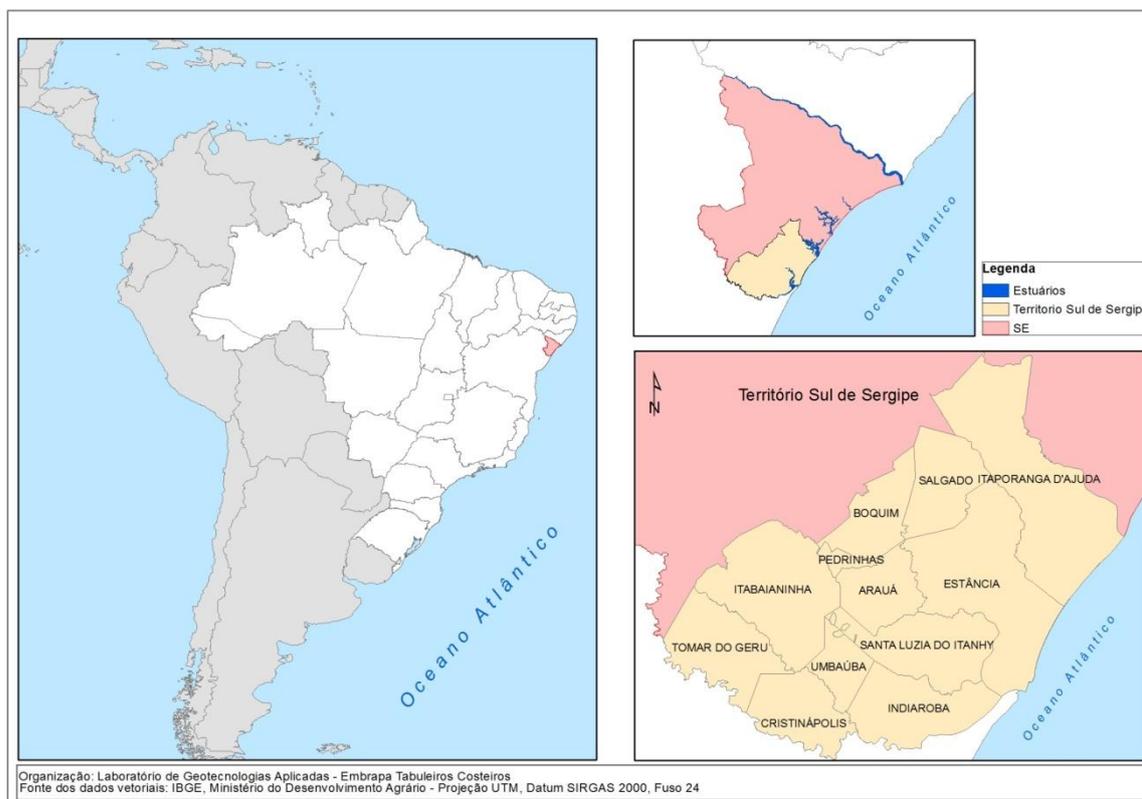


Fig. 1.1. Localização do Território Sul Sergipano no Brasil e em Sergipe. Fonte: Laboratório de Geoprocessamento Embrapa Tabuleiros Costeiros.

O Projeto de Assentamento (PA) Paulo Freire é composto de 24 famílias que ocupam uma área de 209,3516 ha. O maior problema ambiental diagnosticado neste PA foi a degradação da cobertura vegetal e seus impactos.<sup>7</sup> Desta forma, estão sendo pensadas respostas que buscam ao mesmo tempo garantir a produção agrícola e a recuperação ambiental. A agroecologia assume assim um papel de destaque nas iniciativas propostas para o assentamento e a sua escolha partiu da sugestão de pessoas do INCRA e da ATES, pois

---

constitui em uma unidade de planejamento do Estado de Sergipe, base para a promoção do desenvolvimento sustentável. O Sul Sergipano concentra vinte e três assentamentos de Reforma Agrária implantados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.(17,4% dos assentamentos do Estado). **Fonte:** Sistema de Informações Territoriais <http://sit.mda.gov.br>.

<sup>7</sup>Dados retirados do “Projeto Recuperação Ambiental na Reforma Agrária” (2008), realizado pelo Centro Comunitário de Formação em Agropecuária Dom José Brandão de Castro, disponibilizado por sua responsável técnica Marília Fontes, mestre em Agroecossistemas e Técnica do ATES, na implantação do projeto.

identificam nos assentados visão crítica e uma forte base social adquirida no processo de ocupação da terra.

## A CONSTRUÇÃO DOS DADOS

Há características nesta proposta de pesquisa que a situam como investigação participativa, na terminologia de Marcela Gatarjo (1999). Segundo esta autora, existem traços comuns aos projetos de pesquisa-participante que são a intencionalidade política, a integração entre pesquisa, educação e participação social no processo de análise de uma realidade (em processos que se centram no exame das contradições que possam revelar os determinantes estruturais), e finalmente, o retorno, que deve trazer uma resposta para a ação prática e não apenas teórica (GATARJO, 1999).

Esta investigação concorda com a noção de que a pesquisa convencional (em oposição à participante) transforma o grupo investigado em objeto, sem se preocupar com um retorno concreto da pesquisa como prática social. Busquei, assim, me aproximar do universo e atores da minha pesquisa, acatando as recomendações de Brandão (1999), para quem a relação humana de envolvimento entre o pesquisador e seu campo de pesquisa é fundamental. Ainda segundo esse autor, para romper com a lógica aprendida de que a metodologia deve separar o sujeito –o pesquisador– do “objeto” (o outro sujeito da pesquisa - o pesquisado), que é transformado em “dado”, são necessárias algumas reflexões:

- 1- só se conhece alguma coisa em profundidade da vida social/cultural quando se está envolvido e em alguns casos, comprometido com ela;
- 2- não é o método científico objetivo que determina a qualidade da relação entre pesquisador e pesquisado, mas a intenção de relação pessoal e/ou política estabelecida;
- 3- “a lógica, a técnica e a estratégia” da pesquisa de campo dependem dos pressupostos teóricos, mas também da postura do pesquisador em relação a como ele constrói o outro simbolicamente nessa relação de alteridade que é a pesquisa social com grupos humanos (BRANDÃO, 1999).

Retomando um histórico da pesquisa participante, este mesmo autor, mencionando Marx, escreve: “*Não é preciso que o pesquisador se faça operário ou como ele, para conhecê-lo. É necessário que o cientista e sua ciência sejam, primeiro, um momento de*

*compromisso e participação com o trabalho histórico e os projetos de luta do outro, a quem, mais do que conhecer para explicar, a pesquisa pretende compreender para servir”* (BRANDÃO, 1999, p.12)

Dessa forma, para a construção dos dados com os assentados, preferi participar de ações no assentamento, me aproximar das suas atividades, almoçar por ali, trocar uma ideia na casa de um e de outro, e estar eventualmente numa roda de conversa, com uma fogueira, crianças e pipoca. Fiz entrevistas com os agricultores que puderam me receber para uma conversa mais longa e estive presente nos intercâmbios e reuniões do projeto “Construção do Conhecimento Agroecológico em Territórios de Identidade Rural por meio de Intercâmbios em Redes Sociais (que será tratado no capítulo 3 desta dissertação), no qual me inseri como participante efetiva da equipe. Esse processo foi fundamental para o amadurecimento das reflexões que estão neste trabalho.

Após a sistematização das conversas com os agricultores, percebi a necessidade de ouvir a coordenação do INCRA para o esclarecimento de questões jurídicas e operacionais das ações de ATER.

## **ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS**

O olhar metodológico que permeia esta proposta de estudo entende que o caminho para a análise está no cruzamento dos dados com o contexto social e histórico de sua produção. Dessa forma, me aproximo do método dialético, entendido por Demo como o mais condizente para a pesquisa nas ciências sociais, por ser “a forma mais crítica e versátil de construir uma realidade também crítica e versátil” (DEMO, 1987, p. 98)

Este método remete o pesquisador a uma proposta de compreensão do objeto das ciências humanas a partir da totalidade histórica. Entendendo que a realidade tal como se apresenta faz parte de uma teia de relações extremamente complexas, esta deve ser levada em consideração na análise dos recortes objetivos do trabalho científico.

Para Demo (1987) a metodologia utilizada na produção da ciência traduz uma concepção de realidade e a dialética insere-se numa concepção de mundo onde a transformação é o elemento permanente. Conceber a dialética como possibilidade metodológica significa pensar as contradições da realidade e a sua transformação a partir das

suas contradições. Assim, a dialética isola-se do plano da contemplação dos fenômenos e atrela-se à práxis humana, aquela que volta-se à prática com o suporte da teoria e vice-versa.

Poderia afirmar que a compreensão da realidade no viés dialético implica a ideia de interdisciplinaridade, uma vez que os aspectos econômicos, sociais, culturais, ambientais e psicológicos são partes de uma totalidade que não pode ser compreendida nem explicada isoladamente. É claro que não se trata de abarcar todos estes elementos na análise, mas é fundamental não perder de vista a teia geral, complexa, de tessitura da realidade.

É dentro desta concepção de totalidade e levando em conta os princípios conceituais da ciência agroecológica e da teoria freireana de prática educativa que se fará a interpretação e análise dos dados da pesquisa.

## **CAPÍTULO 1 – AGROECOLOGIA: BASES CONCEITUAIS PARA APOIAR A AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA**

*“El desarrollo es un viaje con más naufragos que navegantes”*

Eduardo Galeano

### **1.1. AGRICULTURA MODERNA E A CRISE DO MODELO CONVENCIONAL**

É indiscutível que as alterações nas bases tecnológicas e nos processos de produção da agricultura da segunda metade do século XX geraram resultados no aumento quantitativo da produção de alimentos. No entanto, esse modelo aprofundou desigualdades sociais e está fundado sobre bases que não podem se reproduzir infinitamente. Para Gliessmann (2005), o sistema de produção global de alimentos está minando a própria fundação sobre a qual se ergueu, pois, à medida que degrada os recursos naturais dos quais depende (solo, água, diversidade genética), não terá como se reproduzir no longo prazo e nem como reproduzir-se artificialmente, pois dependeria para isso de combustíveis fósseis não renováveis, sendo, portanto, um modelo insustentável.

Fica claro que as práticas da agricultura convencional estão degradando globalmente o ambiente, conduzindo a declínios na biodiversidade, perturbando o equilíbrio natural dos ecossistemas e, em última instância, comprometendo a base de recursos naturais da qual os seres humanos – e a agricultura – dependem. (GLIESSMANN, 2005, p. 45)

A agricultura convencional está estruturada em seis práticas básicas: *cultivo intensivo do solo, monocultura, irrigação, aplicação de fertilizantes inorgânicos, controle químico de pragas e manipulação genética das plantas* (GLIESSMANN, 2005), tendo como consequências diretas dessas práticas: a degradação do solo, a redução da agrobiodiversidade e policultivos tradicionais, problemas com o abastecimento de água para pessoas e animais, custos ambientais e à saúde humana com o uso de agrotóxicos, a perda da autonomia da produção de sementes e a dependência de insumos químicos pelos produtores.

Para Weid (2009) a agricultura convencional somente é sustentada pelos incentivos governamentais (uso dos impostos para subsídio agrícola), alertando-nos para o fato de que, mesmo na dimensão econômica (na qual preconiza ser suficiente) a agricultura convencional se mostra ineficaz, pois é dependente de recursos públicos para sua estabilidade, além de não estimar nos custos os cálculos com prejuízos sociais e ambientais (custos indiretos). Assim, quando se argumenta que produzir alimentos no sistema convencional é mais barato, ignoram-se no cálculo os custos com a degradação do solo, derrubada de matas, contaminação da água, saúde de trabalhadores e consumidores, desagregação de sistemas culturais tradicionais etc.

Esses custos, também assumidos pela sociedade como um todo e não pelos produtores convencionais, são gigantescos e nunca calculados de forma precisa. Qual o custo dos impactos dos agrotóxicos na saúde de trabalhadores agrícolas e consumidores? Qual o custo do assoreamento dos rios, lagos e reservatórios, provocado pela erosão nos campos de monocultura? Investimentos em dragagem de represas assoreadas ou perda em potencial energético causadas pelo assoreamento nunca computadas no preço da soja, do milho, do algodão e de outras grandes culturas. Os custos de descontaminação de águas para poderem ter outros usos ou os custos para a saúde dos consumidores dessas águas poluídas são cobertos pelos indivíduos ou pelo Estado. (WEID, 2009, p. 56)

No Brasil, o processo de modernização da agricultura, que é a adoção do pacote que contém as práticas descritas acima, se consolidou nos anos 60, no contexto do “milagre econômico” e ficou conhecido como modernização conservadora ou *modernização dolorosa*.

Segundo Graziano da Silva (1982) o processo de modernização da agricultura se deu a partir do argumento da importância de aumento da produtividade agrícola e a geração de mais emprego e renda no campo. Para tanto, o caminho seria a adoção dos insumos modernos, como os fertilizantes, pesticidas e mecanização, subsidiados pelo crédito estatal. Mas, segundo o autor a modernização não atingiu as pequenas unidades de produção, pelo contrário, ela se deu a partir de maior concentração de terra. O incremento na produtividade com o uso de agroquímicos e a adoção da mecanização alteraram as relações de trabalho, tornando ainda mais precárias as condições da mão-de-obra rural, pois o proprietário que moderniza sua produção substitui o trabalhador permanente pelo emprego volante, sazonal (SILVA, 1982)

No trabalho intitulado “Fases e faces da modernização” Martine avalia as mudanças da agricultura com o processo de modernização partindo do pressuposto que os modelos adotados não são escolhas meramente técnicas, pois trazem consigo implicações sociais intrínsecas. Utiliza-se das seguintes questões para construir seus argumentos: “para que e

para quem se adotam determinados estilos de desenvolvimento? A quem beneficiam? (...) o crescimento [econômico] beneficia necessariamente as grandes massas populacionais e a sociedade como um todo? Em que horizonte de tempo? Sob que condições? Qual tem sido, e qual poderia ser o papel do Estado?” (MARTINE, 1990, p. 5). Para o autor as mudanças provocadas pelo pacote tecnológico acentuaram ainda mais a concentração da propriedade da terra e, afetando as relações de produção no campo, expulsaram os pequenos produtores, desatando o êxodo rural e consequente inchaço dos centros urbanos.

As consequências sociais do modelo ficam evidentes com o assalariamento da mão de obra camponesa com escasso poder de compra e com desemprego sazonal, piorando as condições de vida e trabalho no meio rural. Estima-se que de 1960 a 1980 aproximadamente 30 milhões de pessoas saíram da zona rural em busca de melhor sorte nas cidades (MARTINE, 1990). Esse esvaziamento do campo representa a transferência da pobreza para as cidades e não necessariamente a melhoria de vida para os migrantes. Além disso, redundou na perda das culturas rurais e seu conhecimento acumulado sobre os processos naturais, imprescindíveis para a retomada da produção em bases sustentáveis (WEID, 2009). Assim, o processo de modernização é qualificado como conservador por ter mantido inalteradas as históricas proporções de concentração de terra e poder.

Dessa forma, menos pelo que introduziu de moderno e mais pelo que reproduziu das formas tradicionais de dominação, o processo de modernização resultou na expulsão da grande maioria dos trabalhadores não-proprietários de suas terras e na inviabilização das condições mínimas de reprodução de um campesinato em busca de um espaço de estabilidade. (WANDERLEY, 2009, p.37)

Um argumento comum em defesa da agricultura convencional é a geração de alimentos a preços mais baixos, facilitando o acesso pelos mais pobres ao seu consumo (onde não se consideram os custos indiretos citados acima). Isto representa uma grande contradição, pois o que se verifica é que apesar dos avanços em produção e produtividade, a fome continua como problema crônico em muitos lugares do planeta e o modelo excludente de produção desses alimentos é em grande parte responsável pelo aumento da pobreza. Segundo dados da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) uma sétima parte da população mundial padece de fome no mundo<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup>Fonte: <https://www.fao.org.br/oqvpssf2012.asp>

No plano global, as assimetrias são semelhantes às da lógica que leva as populações na direção campo-cidade, completando assim um círculo vicioso: as nações em desenvolvimento ou subdesenvolvidas comumente destinam sua produção para a exportação enquanto importam insumos dos países desenvolvidos. Neste modelo, que gera lucro apenas para a elite proprietária de terras, os pequenos agricultores são expulsos para terras marginais à medida que essas elites ampliam as áreas para culturas de exportação (GLIESSMANN, 2005). Assim,

As estratégias de desenvolvimento convencionais revelaram-se fundamentalmente limitadas em sua capacidade de promover um desenvolvimento equânime e sustentável. Não foram capazes nem de atingir os mais pobres, nem de resolver o problema da fome, da desnutrição ou as questões ambientais. (ALTIERI, 2004, p.19)

Para Wanderley (2010), o diagnóstico de exclusão social e degradação ambiental leva a uma nova expectativa com relação ao mundo rural e à agricultura, sendo a valorização da relação homem-natureza um dos principais desdobramentos, onde se faz necessário uma

(...)gestão sustentável da biodiversidade, na garantia da qualidade dos produtos agrícolas e dos processos de sua produção, na busca da soberania alimentar, e na adaptação da intervenção humana diante dos riscos naturais inevitáveis. (Wanderley, 2010, p. 27).

Diante desse quadro a Agroecologia assoma-se como formulação científica que busca apontar alternativas de agriculturas que permitam um *desenvolvimento* rural, minimamente agressivo ao meio ambiente e seja mais equitativo do ponto de vista social e econômico. Surge, conforme defendem Caporal e Costabeber (2000), como paradigma diretivo capaz de reduzir os impactos negativos provocados pela agricultura dita *moderna*.

## **1.2. UMA ALTERNATIVA EM CONSTRUÇÃO: A AGROECOLOGIA**

A Agroecologia oferece a base conceitual e metodológica, por meio da pesquisa nas diversas áreas do conhecimento, que poderá substituir os modelos atuais de desenvolvimento e se projeta, segundo alguns autores, como paradigma capaz de dar respostas ao enfrentamento da crise ambiental (CAPORAL, COSTABEBER e PAULUS, 2006).

Para Sevilla Guzmán (1997) a estratégia agroecológica pode ser sintetizada como sendo o manejo ecológico dos recursos naturais, que permite projetar métodos de desenvolvimento sustentável a partir da participação e ação social coletiva. Deve estar a pesquisa em Agroecologia, para esse autor, interessada em um desenvolvimento rural para os pobres, em contraponto ao modelo vigente que privilegia o acúmulo econômico de grandes grupos, com pouco ou nenhum retorno social. O uso intensivo do trabalho familiar, a utilização e reaproveitamento de recursos locais e a eliminação de insumos externos, além da impossibilidade de concorrer com o agronegócio, indicam a adequação da agroecologia como alternativa para a agricultura familiar camponesa.

Caporal e Costabeber (2004a) alertam para os riscos conceituais presentes em alguns enfoques alternativos à agricultura convencional, pois alguns deles privilegiam a orientação da produção pelo mercado para atender nichos de consumidores, o que pode gerar novas diferenciações sociais. Dessa forma, na construção do conceito de Agroecologia esforçam-se por deixar claro “o que não é agroecologia”, a fim de evitar confusão no uso do termo. Assim, Agroecologia não deve ser confundida com agricultura que produz alimentos “limpos”, sem emprego de agrotóxicos, como novo pacote tecnológico, ou ainda como política pública.

Para os autores, a Agroecologia é um enfoque científico e como tal deve ser usado para apoiar processos de desenvolvimento rural, dando suporte a uma transição a estilos de agriculturas sustentáveis. Como ciência, estuda a atividade agrária sob uma perspectiva ecológica e deve buscar a construção de novos conhecimentos, partindo-se do conhecimento tradicional local e dialogando com as diversas disciplinas científicas. Petersen *et al* (2009) corrobora esse argumento afirmando que

Nessa ordem de ideias, o avanço da Agroecologia como paradigma científico exige a substituição do modelo diretivo e vertical adotado pelo difusionismo tecnológico por um modelo construtivista, baseado no diálogo de saberes. (PETERSEN, 2009. p.86)

O conceito de agroecologia tem uma abordagem totalizante, preocupando-se com o manejo ecologicamente responsável dos recursos naturais, mas também se ocupa dos aspectos humanos (cultura, racionalidade, organização, etc.) ao pensar o desenvolvimento rural.

Por isso mesmo, quando se fala de Agroecologia, está se tratando de uma orientação cujas contribuições vão muito além de aspectos meramente tecnológicos ou agronômicos da produção, incorporando dimensões mais amplas e complexas, que incluem tanto variáveis econômicas, sociais e

ambientais, como variáveis culturais, políticas e éticas da sustentabilidade. (CAPORAL E COSTABEBER, 2004, p. 13)

Levando-se em conta essas múltiplas dimensões, em lugar de inserir-se na lógica predominante do mercado, onde a maximização do uso dos recursos naturais é incompatível com a preservação do meio ambiente, a agroecologia sugere estilos de produção poupadores de capital e de energia e a construção de estratégias coletivas dirigidas à organização da produção e busca por mercados alternativos locais. Propõe ainda a melhoria na vida das pessoas do campo, onde estas possam consumir alimentos mais saudáveis produzidos a partir de relações de trabalho menos desgastantes (COSTABEBER e MOYANO, 2000).

Segundo Altieri (2002), a Agroecologia “fornece abordagem e diretrizes para uma agricultura mais diversificada e produtiva, mais adequada ambientalmente e, além disso, capaz de preservar a estrutura social das comunidades rurais” (ALTIERI, 2002, p.339). Este autor atenta para a importância do cenário político necessário para a concretização do enfoque agroecológico. Lembra a importância da parceria entre produtores e instituições para remover os desestímulos atuais e oferecer novos incentivos e ainda para reverter os atuais programas de pesquisa agrícola que atualmente servem aos interesses das corporações.

Dessa forma, a dimensão política da Agroecologia é indispensável, por pensar os métodos e estratégias de organização dos agricultores para o fortalecimento dos grupos da agricultura familiar camponesa e o enfrentamento crítico ao avanço da agricultura industrial. Para Petersen *et al.* (2009) a resistência do campo agroecológico se dá em duas frentes complementares, a luta contra as políticas públicas que amparam os grandes produtores da agricultura convencional e o estímulo à experimentação agroecológica da agricultura familiar. Concluindo que

Ambas as frentes integram-se como faces da mesma moeda, evidenciando que a Agroecologia pode ser apreendida simultaneamente como enfoque científico e como movimento social. (PETERSEN, 2009, p. 86)

A ciência agroecologia é ainda definida como “a aplicação de conceitos e princípios ecológicos no desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis” (GLIESSMANN, 2005, p. 54). Para este autor, a agricultura do futuro deve ser tanto sustentável quanto produtiva e para tanto deve se construir conservando os recursos, tal como na agricultura tradicional local, mas ao mesmo tempo explorando conhecimentos e métodos ecológicos oferecidos pela ciência. A

Agroecologia proporciona novos paradigmas na agricultura, pois valoriza o conhecimento local do agricultor e acaba com a distinção entre produção do conhecimento e sua aplicação.

Para Norgaard e Sikor (2002) a Agroecologia tem raízes filosóficas distintas da Ciência Agrícola convencional. Esta última dá enfoque aos experimentos em centros e laboratórios onde as condições são controladas, enquanto a Agroecologia privilegia as propriedades e a participação dos agricultores nos processos de pesquisa. A Agricultura convencional está atrelada ao modo de pensar da ciência moderna, que entende que os resultados da pesquisa podem se dar objetivamente, desconsiderando o sistema social e o agroecossistema. Além disso, as premissas filosóficas desse tipo de ciência não conferem legitimidade ao conhecimento dos agricultores. Para os agroecólogos interessa tanto o sistema ambiental quanto o social, “é a interação entre os dois sistemas que deve ser viável e benéfica às populações” (NORGAARD e SIKOR, 2002, p. 59).

Para estes autores, a perspectiva da ciência moderna que domina a agricultura convencional é determinada por cinco “ismos”: atomismo, mecanicismo, universalismo, objetivismo e monismo, que sempre definiram as características da atuação e das tecnologias desenvolvidas no setor. Os autores defendem que se as instituições e tecnologias não estivessem baseadas apenas nestas premissas as consequências sistêmicas e de longo prazo poderiam ter sido previstas e amenizadas, ou mesmo evitadas.

A Agroecologia, assim, inscreve-se como uma resposta à crise socioambiental e à crise epistemológica da ciência e adequa-se como alternativa para a agricultura familiar camponesa, no entanto, os desafios práticos são muitos, pois requerem um enfrentamento sobre uma realidade moldada e ideologicamente dominada por modelos antagônicos aos que pressupõe a perspectiva agroecológica. Wanderley (2008) por exemplo, defende que estando o camponês numa sociedade de classes, vive a condição de classe subalterna e está “submetido às distintas forma de dominação à propriedade da terra e do capital, que definem o seu lugar pelo não reconhecimento e pelo bloqueio, tanto de suas potencialidades no campo econômico, quanto de suas singularidades sociais e culturais” ( WANDERLEY, 2008, p. 31). Fazer alterações no modelo que favoreçam os expropriados requer a visão dessas complexas relações estruturais.

### **1.3. DESENVOLVIMENTO – OUTROS DESENVOLVIMENTOS OU QUAL DESENVOLVIMENTO?**

Selene Herculano (1992), ao situar-nos num contexto mais recente em que aflora a discussão sobre o desenvolvimento, relembra que o debate nos EUA, no início da década de 60, durante a Guerra Fria, era o seguinte: técnicos do MIT (Massachusetts Institute of Technology) defendem a importância de modernizar (desenvolver) as sociedades atrasadas, sob a referência da trajetória norte-americana. O objetivo era manter essas sociedades sob a influência do bloco capitalista representado pelos Estados Unidos da América. Haveria nesse processo de “difusão de modernidade” estágios ou etapas pelas quais as sociedades arcaicas (de economia predominantemente agrícola) deveriam atingir para chegar ao topo do desenvolvimento, “a era do consumo de massa”. “Desenvolvimento era isso: a transposição dos traços característicos da sociedade norte-americana para os países em atraso” (HERCULANO, 1992, p. 10)

O termo desenvolvimento, para esta autora, representa uma nova roupagem para a ideia de progresso, onde predomina a noção de crescimento econômico através da expansão dos meios de produção e acumulação e não das alterações nas relações sociais de produção.

Na esteira dessa discussão, Furtado (1974) sentencia que o desenvolvimento econômico é um mito, pois seria impossível generalizar as formas de consumo dos países centrais, estando este estilo de vida determinado a ser o privilégio de uma minoria, pois

O custo, em termos de depreciação do mundo físico, desse estilo de vida, é de tal forma elevado que toda tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao colapso de toda a civilização, pondo em risco as possibilidades de sobrevivência da espécie humana. Temos assim a prova definitiva de que o desenvolvimento econômico – a ideia de que os povos pobres podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais povos ricos – é simplesmente irrealizável. (FURTADO, 1974, p.75)

Assim, diversos autores, entre eles Diegues (2001), defendem o fracasso da promessa do progresso. A História mostrou que esse projeto da modernidade gerou profundas desigualdades sociais, além de provar a impossibilidade de contemplar todos os territórios e povos. Assim, afirma o autor que outras possibilidades de sociedade devam ser levadas em consideração. Para ele, não há um caminho único, linear e positivo por onde deva transitar a humanidade para atingir o bem-estar. Destaca, dessa forma, o fracasso da ideia do “progresso” difundida nas sociedades ocidentais e enfatiza a necessidade de construção de

novos paradigmas de sociedade. O “como fazer”, inicia-se na exigência da elaboração de novos modelos e utopias para que seja possível traçar os caminhos concretos dessas novas sociedades. Nesse ponto me parece que essa abordagem dialoga estreitamente com a perspectiva que vem sendo trabalhada na Agroecologia, pois esta se propõe norteadora de processos que visem o desenvolvimento rural, mas a partir da diversidade e, sobretudo, da valorização dos recursos e conhecimentos locais.

Corroborando esta perspectiva, Brandão (2007) afirma a existência de uma diversidade e polissemia no mundo rural muito maior do que se supõe, reforçando a noção de que não há e não poderia haver um único caminho a ser seguido. Para esse autor, o agronegócio (que representa o pretense caminho único do desenvolvimento) impôs seu ritmo e racionalidade a muitos espaços rurais, alterando as estruturas de poder, espaços de vida e trabalho no campo. Coloca sua racionalidade (voltada para o lucro e a produtividade) como forma única de realização do desenvolvimento, destoando e destruindo vivências tradicionais que se baseiam em outras relações tempo-espaço.

Neste sentido, ele defende que a lógica da monocultura produtivista propõe e impõe modos de vida “modernos” (inspirados na ideia geral de progresso) submetidos a sua racionalidade, mas que existem por toda parte formas de resistência à expansão dessa lógica capitalista, uma resistência que vem exatamente das comunidades expropriadas pelo sistema e que se opõe à racionalidade do capital.

Onde parece haver uma uniformização crescente e irreversível, podemos estar diante, também, de uma crescente diferenciação de formas culturais de vida e modos sociais de trabalho no campo (BRANDÃO, 2007, p.42)

Citando Octavio Ianni, Brandão (2007) argumenta que, mesmo nos espaços dominados pela agricultura moderna, não só resistem como se adaptam e multiplicam-se formas de viver comunitárias e tradicionais, com sua organização própria de vida e trabalho.

Se tudo mudou, como se apresenta no discurso do desenvolvimento/progresso, não mudou a desigualdade social, pelo contrário, esta se aprofundou com a expansão da modernidade e sua racionalidade, conclui o autor. E insiste: existem múltiplas interações espaços-tempos que coexistem ao modelo da modernização.

A ideia de progresso não vislumbrou essas múltiplas realidades contraditórias que se sobrepõem. Traçou, ao contrário, um modelo positivo de desenvolvimento e modernidade,

cuja objetividade não se concretiza na dinâmica dialética da História. Assim, as utopias e resistências se mantêm como necessárias à reprodução social dos “excluídos” do progresso.

Para Wanderley (2009) esses agricultores assumem, no contexto atual, o papel de preservar o patrimônio natural, a produção de alimentos com qualidade e a equidade nas relações de trabalho, sendo que

O grande desafio consiste na busca de outras maneiras de produzir, que não agredam nem destruam a natureza, que valorizem o trabalho humano e contribuam efetivamente para o bem-estar das populações dos campos e das cidades.

(...)está na hora de a sociedade brasileira não apenas dar um *voto de confiança* a esses agricultores, mas sobretudo reconhecer sua capacidade de assumir, efetivamente, seu papel enquanto ator social, protagonista da construção de outra agricultura e de outro meio rural no nosso país. (WANDERLEY, 2009, p. 44)

#### **1.4. O RECORTE EMPÍRICO: HISTÓRIAS, SUJEITOS, PRÁTICAS E CONCEITOS**

O assentamento Paulo Freire II é formado por 24 famílias, e nas entrevistas –que foram realizadas com 13 delas– foi possível conversar com os agricultores mais envolvidos com a experimentação e desenvolvimento de alternativas agrícolas mais naturais, líderes e representantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, além de umas poucas famílias com baixa inserção na vida social do assentamento, para ter um leque amplo das experiências e percepções a respeito da Agroecologia.

A história de vida dos assentados, a partir do momento em que se tornaram um sujeito coletivo, é muito parecida. Todos eles moravam na região de Boquim, tradicionalmente produtora de laranja, no momento em que se conheceram e se envolveram com a luta pela terra. A grande maioria vivia do trabalho nas fazendas de citros, onde alguns realizavam o manejo dos laranjais mas, sobretudo, a colheita dos frutos. Recebiam pela produção diária e estavam submetidos às oscilações próprias da atividade. Nas épocas de pouco trabalho a grande oferta de mão-de-obra barateava a remuneração e em outros momentos não havia trabalho nenhum. Relatam que não tinham horário para “largar o serviço”, que muitas vezes tinham que trabalhar até tarde da noite, pois coletavam laranja em vários municípios.

Trabalhava em cima de um caminhão, saía de manhã, chegava de noite.(...) Dias que a gente tirava um caminhão, dias que a gente tirava até três, depende o sitio. E tinha tempo que a gente... uns tirava dez caixa, *otos* tirava dez e aí por diante. A gente trabalhava a semana toda. [o pagamento] era por caixa (por produção) depende o que a senhora tirasse, o que a senhora ganhava. E era assim... (Maria das Virgens, Agricultora, Assentamento Paulo Freire II)

Eram transportados junto com a carga no retorno a seus lares, em Boquim. A grande maioria não possuía terra, então para ter uma produção própria trabalhava em fazendas alheias, onde usufruía da terra por um ou dois anos no máximo, ao cabo dos quais tinha que deixar uma benfeitoria para o dono, como a plantação de pastagem ou de pomares na área, por exemplo.

O fumo era meu, mas na terra dos *zoto*. Quando fazia o sitio que já tava assim, quase *começano* a botar, aí o dono num queria mais que trabalhasse naquele ano mais. Se você botava o adubo, você tinha que *aproveitá* aquele ano. O que plantasse tirava, depois num plantava mais. Dexava lá o sitio feito e pronto. Tinha uns que dava até dois anos, mas *otos* num dava. Quando acaba essa *maiada* da plantação de fumo, a gente ia *pa* laranja. (Maria das Virgens, Agricultora, Assentamento Paulo Freire II)

A escolaridade de um modo geral é baixa, de nível primário, pois, segundo eles, o trabalho nos laranjais e as condições imprecisas de sua sobrevivência não permitiram a frequência na escola.

Eu estudei pouca coisa, minha irmã, que eu não tinha tempo de estudar não, no tempo que eu vivia com meus pais num tinha estudo, o estudo era a enxada. Era. Eu fui pra roça com 9 ano de idade. Era *trabaiando* na roça, onde achava um pedaço de terra pra trabalhar a gente prantava e ia *trabaiá* na roça dos *oto* pra ganhar dinheiro pra comer. (Maria das Virgens, Agricultora, Assentamento Paulo Freire II)

(...) num tinha como *estudá*, trabaiva desde os 11 ano... estudei... entrei umas duas vezes ainda, mas não conseguia *atravessá* o ano, num conseguia *tirá* o ano, tinha que *trabalhá* e *as veis* era trabalho puxado demais, estudava de noite e os carro num tinha *horaro* de *chegá*. A gente saía, tinha *horaro* de *saí*, mas não tinha *horaro* de *chegá*, a gente trabalhava em Umbaúba, Cristinapolis, RioReal e vinha em cima das carrada de laranja, aí num tinha *horaro* de *chegá*, num tinha como *estudá*. Ai findava *saino*, nunca *atravessei* o ano. (Ivanilson, Agricultor, Assentamento Paulo Freire II)

A História de conquista da terra está relacionada com um convite para uma ocupação feito pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Salgado, no ano de 1999. Alguns

agricultores disseram que houve muita desconfiança, pois relacionavam a ocupação de terra a roubo, influenciados pela opinião de familiares e pelas notícias na televisão. No entanto, o processo de luta consolidou as informações e a base política daqueles trabalhadores, conforme fica claro nos depoimentos a seguir:

A gente *fomo* aprendendo um conhecimento de que a reforma agrária era uma medida que tinha há muitos ano na documentação brasileira que dizia que a terra que fosse improdutiva ela poderia ser destinada a fim de reforma agrária e também a terra que não pagava imposto... ela poderia ser destinada a fim de reforma agrária, que era o caso que *nós tava...* *nós tava* numa linha que na verdade não era *robano* as terra, era um dever que o estado tinha que fazer, ou cobrava os imposto daquela terra ou aquela terra tinha que ser tomada pra ser produtiva. (Ivanilson, Agricultor, Assentamento Paulo Freire II)

Antes daquele momento, até aquele dia ali, eu fazia, né? Fazia algumas crítica *as vez, pela essas* ocupações, lá vai... *as vez*, como diz? Dizia que era ladrão de terra, invadir o que é dos *oto* e lá vai... mas depois a gente vai, como diz a história, vai conversando e vai entendendo qual é o objetivo de cada um, né? Quantas terra tem aí, *as vez*, desocupada, as terra aí num tem produtividade nenhuma, produção nenhuma e quantos trabalhador que tem vontade de ter um pedacinho de terra, que tem vontade de plantar alguma coisa e muitas vez num tem nada. (Wilson, Agricultor, Assentamento Paulo Freire II)

Esse processo de formação política começa na mobilização para a ocupação, nas reuniões de formação do grupo interessado e continua nos acampamentos, enfrentamentos e negociações que se seguem até o objetivo final, que é a desapropriação e assentamento das famílias envolvidas. Os assentamentos rurais, em sua grande maioria, surgem das lutas pela terra que reivindicam num primeiro momento o reordenamento da estrutura fundiária. São fruto de um processo que pode ser lento, onde famílias sobrevivem sob condições precárias e sob forte tensão, com a possibilidade de um embate direto a qualquer momento.

De uma forma geral, no caso do grupo que formou o Paulo Freire II, apenas um dos membros do casal foi para o acampamento para garantir a vaga da família, na maioria dos casos era o homem, enquanto o outro membro continuava trabalhando para sustentar a família (“*São poucas as famílias que vem completa. É mais o homem, a mulher mais os filhos vem depois*”). As mulheres que ficavam na cidade cuidavam dos filhos e trabalhavam como diaristas em “casa de família” ou continuaram no trabalho como catadoras de laranja. Alguns atribuem o fato de apenas um membro da família ter passado pelo período de acampamento a um descompasso no entendimento sobre a importância da conquista da terra e dos

movimentos a ela relacionados, pois quem viveu “embaixo da lona” e toda a realidade ligada a isso (reuniões, discussões, ocupações, enfrentamento com a polícia, privações materiais de toda ordem) teve uma formação mais ampla sobre as contradições que envolvem o processo e tende a valorizar mais a conquista e a organização que a possibilitou.

Para Silva e Lopes (1996) a expansão do capitalismo no campo sergipano, processo acelerado nas últimas décadas, manifesta-se principalmente nas atividades ligadas à agroindústria da cana, dos projetos de irrigação e da citricultura, tendo como contraponto a resistência dos trabalhadores, onde

As ocupações de terra são uma das manifestações mais evidentes, postas em práticas por camponeses e trabalhadores rurais, que não aceitam ser a grande vítima desse processo. Não querem ser “boias-frias” no campo, trabalhadores da construção civil ou subempregados nas cidades. Não querem ser moradores de cortiços, barracos, favelas mocambos, palafitas, pontes e viadutos. (SILVA E LOPES, 1996, p. 57)

Estes autores afirmam que a citricultura em Sergipe foi responsável pela produção de 40% da produção agrícola do Estado, durante a década de 80, a concentração da atividade é no litoral sul e centro-sul, principalmente no município de Boquim, Arauá, Riachão do Dantas, Pedrinhas, Itabaiana, Lagarto, Salgado, Cristinápolis, Estância, Umbaúba, Santa Luzia do Itanhy, Tomar do Geru, Itaporanga d’Ajuda e São Cristóvão. É uma atividade com alto índice de utilização de insumos modernos, como adubação e mecanização e uso de créditos bancários. Cresceu com os incentivos da política de modernização da agricultura e tem, assim como as outras atividades, “aumentado o êxodo rural e a proletarianização da massa camponesa” (SILVA E LOPES, 1996, p. 62)

Os agricultores que participam dessa pesquisa fazem parte dessa realidade. A grande maioria era trabalhadora das fazendas de laranja e embora saísse dessa condição de empregado temporário, considerada por quase todos pior que a condição atual, entraria em outra situação também marcada por muita dificuldade.

A entrada na terra significa a realização de um sonho, relacionada a muito sofrimento. A separação da família durante o acampamento, a vida embaixo da lona, os enfrentamentos e despejos. No entanto, a maioria acha que valeu a pena, pois a posse da terra significou a libertação dos laços do trabalho precário ou do desemprego. Para alguns, a expectativa não correspondeu à realidade e se dizem frustrados, acreditando que teriam tido melhor destino se

continuassem na cidade. Os depoimentos a seguir nos indicam esses significados de conquista através do sacrifício pessoal que persiste no enfrentamento das dificuldades dentro do assentamento e como pessoas que vivem no campo. Para a grande maioria foi importante o envolvimento com o MST e a luta pela terra, pois significou a conquista de condições mínimas de dignidade material, a posse da terra, da casa e das ferramentas de trabalho:

Eu desde pequeno que eu trabalho... sou trabalhador, diarista. Trabalhava *tirano* laranja. E fazia outras coisa também, várias coisas na roça. Mas como o sonho de todos é ter um pedaço de terra *pra* trabalhar, o agricultor, e aí eu tive essa oportunidade de a gente entrar no MST e conseguir meu pedaço de terra que era um sonho pra melhorar a qualidade de vida da gente, ser trabalhador da gente mesmo num ser empregado de ninguém. (Ivanilson, Agricultor, Assentamento Paulo Freire II)

É como diz, né?... (se emociona e chora) *às vez* a gente tem até a dificuldade de conversar, né? De dizer o começo da luta... (põe a mão no rosto, apertando os olhos) muita dificuldade... (silêncio) (voz embargada) certo dia trabalhando, nesse tempo eu *tava* até trabalhando na construção civil, trabalhando de ajudante de pedreiro, *tava* sendo ajudante, aí um colega me convidou para uma reunião no sindicato dos trabalhadores rurais lá da cidade: “rapaz, vai ter uma reunião, sobre... tudo indica que tão organizando aí umas reunião pra juntar um pessoal daqui junto com o pessoal do MST aí pra fazer uma ocupação” (...) Graças a Deus, apesar de toda luta, de todo sacrifício, toda dificuldade, ainda valeu a pena. (...) É significante a luta da gente, apesar de tudo. (Wilson, Agricultor, Assentamento Paulo Freire II)

Não me arrependo de ter entrado na organização, tudo que tenho primeiramente agradeço a Deus e depois ao movimento, que é o Sem Terra. Tudo o que eu tenho é devido essa luta, antes trabalhava, trabalhava e sem um *petem* seguro... e hoje, graças a Deus, tenho minha casa pra morar, tenho minha terra pra trabalhar, *tô* sossegado, entendeu? E a luta continua... (Terinho, Agricultor, Assentamento Paulo Freire II)

Eu não acho que valeu a pena. Pode ter valido a pena pra ele (o marido), agora pra mim não. Pra mim foi muito difícil e até hoje é difícil. Por que a vida no campo é essa vida, você vai pro rio lavar roupa, você vai pra roça trabalhar de enxada... essas coisa. Mas os nosso filhos a gente num quer que faça a mesma coisa, é bom ensinar, é bom que eles cresça com responsabilidade, mas com perspectiva de vida melhores pra eles. (Telma, Agricultor, Assentamento Paulo Freire II)

Por um lado valeu a pena. Valeu que eu saí da vida que eu vivia, arriscano minha vida em cima de um caminhão... hoje eu tenho meu sitiozinho aí... eu tenho um pasto... quando tá no inverno meu gado tá ai *dento*, é *poquinho* mas tenho. Tenho meu animal, tenho minha carroça... quer dizer, coisa que eu nunca tive. (Maria da Virgens, Agricultora, Assentamento Paulo Freire II)

Valeu né? Porque hoje eu tenho minha casinha, tenho *minhas coisinha* pouca, mas eu tenho. Eu tenho uma besteirinha lá embaixo que é minha horta, que é minha mais de meu marido. E vamo vivo assim... (Diana, Agricultora, Assentamento Paulo Freire II)

Assim, o “sonho” ao ser realizado depara-se com a presença forte das condições concretas da realidade. Precisaram aprender muita coisa nova com a conquista da terra: possuir e administrar uma área onde terão que trabalhar e produzir, organizar-se coletivamente, planejar, etc.

Uma grande parte deles só tinha a experiência com a citricultura, de forma alienada, ou seja, sem o domínio das fases da produção. Não se apropriando do seu trabalho, sequer percebiam a sua atividade laboral como pertencente à agricultura, como fica claro neste depoimento de Agnaldo:

Da minha parte até 25 anos eu morei em Boquim e a minha área de trabalhar era a colheita de laranja, que não tem nada a ver com agricultura, é meio que ligada, mas é... né? (Agnaldo, Agricultor, Assentamento Paulo Freire II)

Vários agricultores tem a infância ligada à produção na terra, mas, como isso fazia parte de um passado distante, tiveram que reaprender e reelaborar seus conhecimentos para a nova realidade. Dessa forma, existe uma grande diversidade no assentamento de maneiras de lidar com a agricultura e de organizar a produção.

Conquistaram a terra no ano de 2001 e no início do Assentamento relataram que foram conduzidos a uma certa homogeneidade por conta do projeto produtivo, onde o banco impunha certas condições para a liberação dos recursos. Mas com o passar do tempo, a experiência pessoal e o acesso a políticas e programas de governo é o que determinou o “modelo” de cada família.

A maioria possui hortas e quintais com frutíferas, onde produzem para o consumo e para a venda no mercado local, além de fornecerem para a Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB. De forma geral, não utilizam a adubação química, por ser cara e “salgar” a terra. Algumas práticas de melhoramento do solo são utilizadas, como a cobertura morta e o combate às pragas que se dá, principalmente, pelos compostos naturais que aprenderam em cursos, com os técnicos ou com outros agricultores. A experiência obtida com as práticas agrícolas e a participação em encontros, cursos e palestras, sendo distinta, resultou em diversas percepções sobre a necessidade de cuidados com a terra e com a saúde.

Na minha horta eu só uso orgânico, é esterco de gado, é a mamona, é galinha (cama de aviário), eu *poverizo* com orgânico, que é o *ninho* (neem), *manipuera*, o *mijo* do gado, eu *num* produzo nada de tóxico na minha horta.

Eu tenho uns animalzinho aí, mas não sustenta não, pra tudo, tão miudinho ainda, e mãe (a vaca) tá lá no aluguel, que o *negoço* ficou ruim... aí a gente tem que *comprá* mamona... e a horta, a horta é o seguinte tem que por adubo direto, se não tiver ela não produz. As folhagem que sobra eu dou *praz galinha*, um porquinho que nós tem... (Gilson, Agricultor, Assentamento Paulo Freire II)

...é mais é esterco de galinha, é de boi... o químico na época da mandioca, como eu tinha muito aí, eu misturei no esterco de gado pra ver se melhorava, né? Num valeu a pena não. Eu perdi, tomei prejuízo sempre, de todo jeito, então o que eu mais uso aqui é o esterco de galinha e o esterco de gado e pronto. Veneno não uso não. Agora quando tem assim, formiga, essas coisa, aí as vezes a pessoa faz farinha, eu pego a *manipueira* e guardo no vaso... *as vez* eu coloco... no buraco da formiga, tapo e pronto. Aí controla mais. (Givalda, Agricultora, Assentamento Paulo Freire II)

Apesar da utilização de práticas naturais, indicando a sensibilidade para os princípios ecológicos, o conceito de Agroecologia é algo apenas incorporado por alguns poucos agricultores, e ainda assim, reduzido a um aspecto da produção ou do cuidado com a natureza, não refletindo as dimensões mais abrangentes da proposta. O mesmo ocorre com relação aos técnicos contratados para a Extensão Rural nos assentamentos, ainda que alguns tenham clareza do caminho proposto pela agroecologia, na maioria dos casos observados reflete-se uma confusão ou reducionismo relacionados ao uso do conceito. Em uma oficina realizada pela Embrapa e o Incra, no primeiro semestre de 2013, para a discussão de uma proposta de formação continuada em Agroecologia para o pessoal da Assistência Técnica, realizou-se uma atividade onde os participantes (aproximadamente 20 técnicos, alguns dirigentes do MST e professores universitários, totalizando 30 pessoas) deveriam escrever em poucas palavras o seu entendimento sobre a Agroecologia. O resultado desse trabalho mostrou a importância de nivelar o conceito para que haja clareza sobre o conteúdo do discurso e sobre os meios para transformá-lo em prática, já que participam de um programa que tem como diretriz geral a promoção da agroecologia nos assentamentos, do contrário cada um estará trabalhando a partir da sua própria visão, que muitas vezes, está reduzida a práticas agrônômicas limitantes de um trabalho mais amplo na perspectiva agroecológica. Seguem alguns relatos dos técnicos sobre o seu entendimento acerca da Agroecologia:

Preservação da natureza; alimentos sem veneno; cuidar bem da terra; não poluir a natureza; evitar queimadas; plantar tudo aquilo que a família necessita.

Disponibilizar e socializar técnicas para o equilíbrio da natureza.

É viver no campo, produzir seu alimento, com respeito ao ciclo da natureza.

Construção da vida! Plantar colher e comer, com amor!

Forma de produção diversificada, socialmente justa que permite a conservação da natureza e garante alimentação saudável.

É um jeito de produzir alimentos saudáveis protegendo o meio ambiente e os seres da natureza em especial o ser humano.

Construção permanente do conhecimento popular.

Viver bem; Segurança alimentar; Valorização dos quintais produtivos.

Preservação da natureza. Produzir com qualidade e amor à natureza.

É uma forma de trazer o meio para o seu habitat natural; é um jeito de buscar produzir no seu próprio meio, sem danificar o fator biótico do próprio meio; é a restauração do solo, flora e fauna e os microorganismos *existente* no solo; é o resgate dos nossos ancestrais.

Produção orgânica, produtos oriundos do seu próprio lote, produção sustentável.

Independência/interdependência; Radicalidade/flexibilidade.

Alimentação saudável –sementes crioulas – armazenamento de um ano para o outro; produção de alimentos orgânicos –sem uso de agrotóxico, plantação de hortas medicinais – capim santo, erva cidreira; não ao desmatamento.

É o *apisse* da agricultura moderna e produtiva, transforma a realidade local. Harmoniza as camadas produtivas e bem diversificada. O agricultor bem dono do conhecimento. Praticidade e harmonização com o habitat, e, um relacionamento *intercambia* e de saberes.

É a maneira de trabalhar na terra sem agredir o meio ambiente. É muito discutido com os camponeses, mas pouco *plática*. *Fauta* incentivo do governo. Hoje as poucas *pláticas* que tem *funcionando* ainda é do pequeno agricultor.

Novo e ‘velho’ jeito de pensar a agricultura e as relações sociais.

Outro jeito de viver.

É o ramo da ciência que se propõe a organizar o conhecimento para que possamos atingir um verdadeiro desenvolvimento rural justo, solidário e com viabilidade econômica para os agroecossistemas familiares e camponeses.

Pra mim significa saúde, fazer plantação sem usar veneno por que o veneno causa muitas doenças e prejudica o meio ambiente. Exemplo = veneno não pode ser usado porque prejudica as plantações de hortaliças e principalmente a água que usamos para beber e tomar banho.

Os discursos, embora apresentem elementos essenciais para a consolidação de práticas agroecológicas (como recuperação do solo, manejo alternativo de praga e valorização do saber camponês, etc.) demonstram um entendimento parcial, reduzido à adoção de práticas agrícolas mais naturais e menos impactantes para o meio ambiente. No entanto, esses profissionais são contratados por uma empresa que tem estreita relação com o MST (num contrato com o INCRA) e desconsideram na maioria das falas os aspectos mais amplos no

enfrentamento do modelo de desenvolvimento pretendido pela Agroecologia: alguns professores que foram convidados para debater o assunto com o objetivo de construção de uma proposta de formação continuada em Agroecologia, enfatizaram que, mais do que práticas, essa formação deve trabalhar as contradições do modelo vigente na sociedade, de modo que os técnicos e agricultores que vislumbram a Agroecologia como referência possam ter claros os desafios políticos na construção dessa proposta para o enfrentamento do modelo da agricultura convencional, por ser este incompatível com a realidade dos assentamentos.

O trabalho de campo e a vivência da pesquisa deixou uma amostra da complexidade da construção da Agroecologia, seja pela prática dos agricultores, seja pela mediação da ATER (como trataremos no próximo capítulo). Os assentados, que viveram sua constituição como sujeitos sociais e políticos na luta pela terra, tem uma ampla heterogeneidade na percepção e experimentação do que seja para eles a Agroecologia. A formação política do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, organização que defende em suas diretrizes a adoção da Agroecologia como referencial para as áreas de assentamento, se dá de muitas formas e com diferentes intensidades e, embora seja fundamental, não consegue, ainda, universalizar os princípios, fazendo-os presentes e incorporados no cotidiano das áreas reformadas. Percebem-se processos os mais variados, particulares e subjetivos para a adoção das práticas/princípios agroecológicos. O único consenso entre aqueles que sabiam ou já tinham ouvido falar de agroecologia no assentamento estudado é que há uma relação do tema com a proteção do meio ambiente. Para muitos outros, trata-se de um projeto institucional e alguns nunca ouviram falar. As opções para adotar uma ou outra prática agroecológica estão mais atreladas a problemas de saúde decorrentes do uso de agrotóxicos no passado e ainda a busca por uma vida melhor, distante da “venda” do trabalho para os fazendeiros de laranja. A alimentação mais saudável e variada também aparece como elemento relacionado com a produção “agroecológica”.

Para mim agroecologia é trabalhar *respeitano* a natureza, sem usar *agrotaxe*, sem *tocá* fogo, né? *Respeitano* o máximo a natureza, isso é agroecologia. Você *criá* seus filho com saúde, né? Com produto que você *mermo tá produzino*, que você vê ali que tem, faz como diz a história, 100% de garantia, isso é agroecologia. (Ivanilson, Agricultor, assentamento Paulo Freire II)

Proteger o meio ambiente. Proteger *as nascente, as mata* é você fazê *aguecologia* no seu lote. O que é *aguecologia*? de tudo você ter variedade, de tudo você ter alguma coisa. Da cana a palma, da palma ao algodão, do algodão ao milho, do milho a fava, da fava a melancia, da melancia ao quiabo, o tempero completo, do quiabo ao alface, Entendeu? E do alface ao

feijão... Hoje um menino meu, se você soltar aí é *chupano* manga, *chupano* caju, quando você for dar um pratinho de feijão com arroz, eles num *quere*, *tão* tudo de barriga cheia. (Cabelinho, Agricultor, Assentamento Paulo Freire II)

Produzir sem agredir o meio ambiente. Aproveitar o que já tem, as arvores nativa, frutífera também, e plantar sem agredir o meio ambiente. Sem desmatar, sem usar agrotóxico, que é uma *das principal* questão dentro do meio ambiente, que evite o uso de agrotóxico, de adubo químico. Produzir de forma natural... fazer a floresta. Imitar a natureza, eu acho que é isso agroecologia. (Agnaldo, Agricultor, Assentamento Paulo Freire II)

Eu num sei nem como explicar... é assim, *negoço* de floresta, preservação de floresta, de *queimage*, eu entendo que é isso, pelo o que a gente... né? O que a gente tá aprendendo é isso, é preservar o meio ambiente...entendeu? *num* queimar, *num* jogar lixo... que sei lá, a terra já *tá* escassa, já *ta* fraca e se fazer tanta *queimage*, se *tá* jogando lixo, se *tá* ... se num proteger o ambiente aí é que vai faltar água, vai faltar é tudo, vai ficar tudo ruim, cada vez pior, se *cada quem* num fazer sua parte, né? agroecologia, eu acho que faz parte disso. (Givalda, Agricultora, Assentamento Paulo Freire II)

Aqueles que um dia adotaram práticas mais convencionais de produção, tiveram incentivos pessoais para a mudança, embora muitos deles não saibam o que é agroecologia ou não relacionem diretamente suas mudanças a essa proposta.

(...) tem um menino que namora com a minha menina, ele é de *Buquim*, namora com a minha filha mais velha, perdeu o pai, deu uma coisa braba na garganta, morreu com essa doença braba, através de agrotóxico, *trabaiô* muito, com trator *poverizando*. Depois foi, foi, morreu novo, rapaz novo, seus 40 e *poucos ano*, a gente vê isso... se for pra eu *poverizar* com remédio natural, eu *poverizo*, agora com agrotóxico, Deus me livre, num boto mais nunca. (Wilson, Agricultor, Assentamento Paulo Freire II)

(...) eu *tô* vendo as coisa tão feia na questão das doença que *tá tendo*, eu digo por experiência própria do que eu *tô* passando. Um cabra novo que nem eu 51 anos, *tô* praticamente invalido sem poder trabalhar. O coração... isso é através de que? Coisa que a gente come e que não tem segurança. (...) hoje, graças a Deus, eu não uso mais insumo químico, eu não *povarizo* uma plantação minha mais, eu não uso veneno, eu só trabalho mesmo na questão, quasetamente, não é agroecologia, mas é quasetamente agroecológico. (Terinho, Agricultor, Assentamento Paulo Freire II)

Os agricultores relataram que quando foram assentados usaram adubo químico, incentivados pelo credito bancário, mas pararam de usar por causa do alto custo (registre-se que uma pequena parte deles continua a usar em pouca quantidade, por considerarem que “*dá mais força ao estrume do animal*”); já outros através da observação concluíram que a terra fica melhor usando o adubo natural. Apesar de o apelo da saúde ser o mais evidente, como nos relatos acima, alguns tiveram outros motivos para não usar o agrotóxico. Pelo menos um

assentado assumiu que usa herbicida para facilitar a limpeza da área do quintal. Em alguns casos, houve a tentativa de uso desse tipo de produto, porém o preço foi o impeditivo, fazendo os agricultores buscarem alternativas mais naturais.

Uma situação comum é a destinação da totalidade da produção ao mercado, de onde se adquirem itens menos baratos e menos nutritivos, representando um contrassenso para o agricultor camponês.

Os agricultores, com suas práticas e experiência, mesmo que não intencionalmente, fazem a negação do modelo convencional da agricultura, pela incompatibilidade deste com a sua reprodução, seja por que percebem que compromete sua saúde ou por que tem custos que eles não podem pagar. Apontam, assim - independentemente do conhecimento ou domínio do conceito - para a busca de uma alternativa onde a Agroecologia pode ser a referência. O desafio é o de aprofundamento de uma visão crítica da construção da alternativa e o enfrentamento das etapas de consolidação dessa alternativa. Talvez aqui a ATER possa representar esse suporte que, longe de trazer as soluções acabadas, tem o papel de provocar a reflexão e buscar no diálogo e conhecimentos locais a construção de novas formas e alternativas de produzir e viver. Resta refletir se os técnicos, de uma maneira geral, estão convencidos e/ou preparados para isso.

Pode-se afirmar também que o caminho a trilhar será de passos lentos, mas concretos. As experiências agroecológicas ou “*quasemente agroecológicas*”, como foi dito, desenvolvidas no assentamento fazem parte dessa opção por outro modelo possível. O caso do agricultor Ivanilson, que denominou seu lote de “Roça do futuro” chama a atenção de diversos pesquisadores, estudantes, provocando reações dentro e fora do assentamento.

Negão, como é mais conhecido Ivanilson, desenvolveu um sistema agroflorestal (SAF) onde cultiva uma grande variedade de alimentos harmonizando a produção com a manutenção de elementos arbóreos. O agricultor planta num mesmo espaço (de 40cm aproximadamente) a maior variedade de sementes de que dispuser, entre culturas anuais, frutíferas, árvores lenhosas etc, conseguindo, dessa forma, melhorar seu solo e controlar a ação de pragas, além da diversificação na colheita. Junto com esses cuidados agrícolas inovadores, ele preza pela produção voltada à alimentação da família, buscando soberania e autonomia com relação ao mercado fornecedor de insumos.



Fig. 2.1. – Lote de Ivanilson – Assentamento Paulo Freire II. Fonte: Arquivo do Projeto CCAT – Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2013.

Para Ivanilson, a roça do futuro é aquela que sempre lhe dará algum produto. Os sistemas agroflorestais que utiliza são capazes de prover com abundância e constância a alimentação da sua família, além de manter a terra em boas condições. Seguem dois depoimentos dados por ele que sintetizam seu conceito de roça do futuro. O primeiro deles se deu na ocasião de uma pesquisa sobre SAFs, apresentada na dissertação “Agroflorestas Sucessionais em Território de Identidade Rural”<sup>9</sup>: *“mesmo quando se retira algum produto do roçado, no futuro terá mais coisas para colher, por isso, roça do futuro, sempre tem mais coisas, não acaba”*. Em uma ocasião recente onde foi convidado pela Embrapa Tabuleiros Costeiros para coordenar a implantação de um SAF no assentamento vizinho ele falou aos outros agricultores: *“as pessoas olham para isso aqui e acham que é melhor fazer tudo quadrado (canteiros ou roças em mosaicos), pois vai ter mais produção. O que a gente precisa entender é que nesse modelo (“quadrado”) a gente só faz tirar, tirar da terra, um*

---

<sup>9</sup>Dissertação de Mestrado em Agroecossistemas de Marília Andrade Fontes, UFS, 2011.

*dia ela esgota. Nesse outro jeito não, eu tiro, mas também eu deixo, por isso que é a 'roça do futuro'”*



Fig. .2. – Roça do Futuro: SAFs no lote de Ivanilson – Assentamento Paulo Freire II. Fonte: Arquivo do Projeto CCAT. Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2013.

Em uma oficina realizada no assentamento Paulo Freire II, em janeiro de 2013, pelo projeto de pesquisa-ação “Construção do conhecimento agroecológico em territórios de identidade rural por meio de intercâmbios em redes sociais”, liderado pela Embrapa, os agricultores foram convidados a expressar o que para eles é Agroecologia, tendo como resultado do encontro os 10 princípios Agroecológicos daquela rede de agricultores participantes do projeto: 1. Plantar sem veneno; 2. Não usar fogo, cuidar do solo; 3. Plantar para não comprar; 4. Diversidade de integração agricultura e criação e rotação de cultura; 5. Produzir nosso adubo; 6. Controle alternativo de pragas; 7. Ter e saber usar as árvores; 8. Aproveitar mato para cobertura; 9. Troca de saberes, soberania alimentar; 10. Respeito e valorização da mulher. Esses princípios deveriam servir de referência para os agricultores envolvidos na rede de construção do conhecimento agroecológico, onde a adoção de cada um deles deveria ser considerada como um passo que se aproxima da Agroecologia: quanto mais dessas práticas houver em uma experiência camponesa, mais próxima da Agroecologia ela

estará. Entre os agricultores do assentamento Paulo Freire II a maioria desses princípios é adotada, porém de forma isolada. Daí que podemos dizer que a experiência de Negão, pela sua profundidade na aplicação desses princípios, é a mais avançada neste assentamento. No entanto, representa a iniciativa –em curso– de muitos agricultores camponeses na construção de alternativas que lhe garantam melhorias concretas de vida. Outros tantos estão trilhando, em outras fases e etapas, o mesmo caminho.

Um dos desafios da Agroecologia como movimento social é promover a conexão entre essas experiências e dar-lhes visibilidade de modo que fique claro para os agricultores que eles não estão sozinhos, que muitos outros estão buscando esse caminho alternativo, para que se fortaleçam e dialoguem na construção de soluções mais abrangentes e principalmente, para que convençam pelo exemplo outros camponeses dessas possibilidades. É a estratégia de criação de redes de agricultores e sistematização de experiências, por meio das quais se pode promover e fortalecer a agroecologia.

Assim, a perspectiva agroecológica está posta como referência conceitual/metodológica na construção de agriculturas de base ecológica, onde fica evidente a abordagem ampla, multidimensional que esta perspectiva traz como contribuição na solução dos problemas provocados pela intensificação dos meios modernos de produção agrícola. No entanto, pensar na multiplicação das ações em Agroecologia implica em ter claros os desafios dessa proposta. Exige a tomada de consciência de que não é um caminho pronto e nem fácil. Mas que pode e deve ser construído a partir das experiências exitosas e do trabalho de pesquisa-ação comprometidos com a criação de alternativas à agricultura convencional.

Apresentadas essas questões nos deparamos com o conceito de transição agroecológica que é considerando central na Agroecologia e deve ser entendida como

Um processo gradual e multilinear de mudanças, que ocorre através do tempo, nas formas de manejo dos agroecossistemas, que, na agricultura, tem como meta a passagem de um modelo agroquímico de produção (que pode ser mais ou menos intensivo no uso de inputs industriais) a estilos de agriculturas que incorporem princípios e tecnologias de base ecológica (CAPORAL e COSTABEBER, 2004, p.12).

Trata-se, portanto, de um processo social que pressupõe, ainda segundo os autores citados, uma mudança nas atitudes e valores dos atores sociais e que só pode ser compreendido a partir de múltiplas dimensões. Nos processos convencionais de mudanças na

agricultura, a dimensão econômica tem sido privilegiada como categoria de análise, mas no processo de mudanças orientado para a ecologização da agricultura, seria insuficiente para explicar as razões que levam segmentos da agricultura familiar à mudança. Na análise multidimensional a agricultura não pode ser vista apenas como atividade produtiva ou econômica, mas como lugar de interações socioculturais, ecológicas e relações ambientais (COSTABEBER e MOYANO, 2000).

Dessa forma, a transição agroecológica deve considerar, segundo Caporal e Costabeber (2004) a articulação entre estas seis dimensões: a econômica, a social, a ambiental, a política, a ética e a cultural.

Ao processo de transição de modelos de agriculturas incorpora-se um outro conceito que é o de ação social coletiva, defendido por autores como Sevilla Guzmán e Costabeber. Para este último, a ação coletiva é o motor da transição agroecológica e não sua consequência. Defende, pois, as estratégias associativas, onde os agricultores adeptos da proposta ecológica possam articular seus interesses. Assim vai argumentar que a ecologização da agricultura, que no começo dependia de ações isoladas, demandará uma abordagem coletiva como resposta aos desafios. Ou seja, a transição agroecológica se realiza não apenas nas experimentações da agricultura familiar, mas sobretudo, na organização dos atores nas lutas para o enfrentamento dos avanços do grande capital agrário e agrícola e no fortalecimento da estratégia camponesa de reprodução social a partir do resgate das culturas agrícolas tradicionais.

### **1.5. CONSIDERAÇÕES SOBRE A TEORIA, A REALIDADE E AS MUDANÇAS NECESSÁRIAS**

O cenário apresentado nos mostra que a agricultura, nas bases convencionais em que vem sendo desenvolvida, gera um saldo elevado de degradação ambiental e desigualdade social além de apresentar indícios da incapacidade de sua permanência ao longo do tempo. O cenário mostra ainda uma busca de alternativas. Os assentados do Paulo Freire II, por exemplo, estão “tateando” uma saída, motivados pelas mais diversas causas. As iniciativas ainda são pontuais e estão desconectadas, indicando os desafios, seja para o movimento social, seja para os assentados como grupo social ou para as instituições envolvidas e interessadas na pesquisa e na extensão. Os indícios não apontam uma alteração mais geral do modelo, mas este parece ser o horizonte a ser perseguido pelos que estão buscando as

alternativas. São diversos os motivos que limitam o avanço da Agroecologia, mas todos estão atrelados a uma constatação óbvia: existem dois modelos de agricultura que se contrapõem e que representam interesses de grupos antagônicos na sociedade. Significa dizer que os “excluídos” do modelo dominante, são na verdade, sua outra face: a expressão da contradição do modelo.

Para avançar no campo agroecológico é necessário construir a articulação de interesses, fortalecimento das experiências em curso, das organizações, etc. A disputa de valores se dá em bases desiguais, a força da ideia de atraso sobre as culturas tradicionais, as (falsas) perspectivas de consumo vendidas pela mídia e pelo senso comum predominam nos anseios e estão inseridos na disputa. Daí por que falar em Agroecologia significa indissociavelmente falar de modelo de sociedade e, portanto, de disputa política do modelo.

A atuação dos atores inseridos em projetos e programas deve estar pautada pela clareza do projeto que a Agroecologia representa, deve problematizar a realidade vivida na agricultura camponesa, construindo coletivamente os caminhos, sejam os de ordem técnica que precisam avançar para a consolidação das experiências “faróis” e que estas sirvam de referência e incentivo, entusiasmando outros agricultores, seja na discussão das possibilidades de enfrentamento coletivo para as transformações que favoreçam os trabalhadores camponeses.

## CAPÍTULO 2 – EXTENSÃO RURAL E ASSESSORIA TÉCNICA OU APRENDIZADO AGROECOLÓGICO?

A tarefa do homem a quem a conquista dos sinais humanos da vida – a liberdade, a solidariedade e a felicidade – é o apelo que dirige o trabalho e o saber, deveria ser o de insistentemente descobrir os meios para que a direção da História seja transformada. (BRANDÃO, 2012, p. 13)

### 2.1 DA ATER CONVENCIONAL À CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA ATER

Não é minha proposta contar novamente a História da Extensão Rural no Brasil e a sua intervenção no meio rural. Muito já se falou desse assunto através de autores como CAPORAL (1991), FONSECA (1985) entre outros. No entanto, sua trajetória será resumidamente pontuada como ponto de partida para uma reflexão a respeito dos novos horizontes que se apresentam no momento atual.

A Extensão Rural no Brasil esteve historicamente voltada para a transferência de tecnologias favorável à implantação do modelo de desenvolvimento rural, que tinha como inspiração e meta a modernização da agricultura. No contexto mais amplo da política desenvolvimentista brasileira da década de 60, o trabalho de extensão dedicou-se ao favorecimento do consumo de bens e insumos industriais e privilegiou a atuação junto a médios e grandes produtores, por serem estes mais *capazes* de adotar as tecnologias modernas (CAPORAL e COSTABEBER, 2004). Buscou colaborar com o avanço do capitalismo no campo, difundindo o modelo tecnicista que pretendia promover a modernização conservadora da agricultura no Brasil, excluindo e marginalizando parte significativa da população rural que não tinha condições de *acompanhar* esse processo.

Dessa forma, o serviço de ATER tem sua trajetória atrelada à difusão de pacotes tecnológicos, ou seja, incentivo ao uso de insumos industriais (fertilizantes químicos, sementes híbridas e agrotóxicos), mecanização intensiva e enfoque na produção voltada para a exportação. Destinou-se à difusão de um modelo de desenvolvimento que, ao desenvolver o capitalismo, destruía os modos de produção não capitalistas que ocorriam no campo e que eram responsáveis pelo abastecimento interno. Como consequência deste modelo verifica-se o enriquecimento de grupos dominantes e o empobrecimento dos já pobres, gerando o êxodo rural e o crescimento desordenado das cidades, degradando as condições de vida e de saúde das populações. Além disso, o modelo econômico adotado no Brasil a partir dos anos 50-60

agravou ainda os problemas ambientais, com destruição da vegetação natural e da fauna, a quebra de equilíbrio biológico dos solos com a mecanização pesada, a desertificação, a destinação de áreas ecológicas pouco apropriadas para as culturas de exportação (ANDRADE, 2011).

O modelo de ATER, inspirado neste processo de desenvolvimento (visando o crescimento econômico e a concentração de renda), enfrentou críticas permanentes no que diz respeito a seu caráter produtivista (voltado para a modernização descrita acima) e de forte tendência autoritária. O trabalho “Extensão ou comunicação?” de Paulo Freire (2011) é emblemático na análise crítica deste formato. Ali o autor chama a atenção para o processo de intervenção técnica baseado numa relação vertical entre o agrônomo e o agricultor e cujo conteúdo tecnológico, a “Revolução Verde”, contribuiria para o agravamento de problemas de ordem econômica, sociocultural e ambiental. Neste modelo convencional de extensão rural o agricultor era visto como receptor de tecnologias geradas pela pesquisa que muitas vezes estava distante da demanda real e estava a serviço da “modernização conservadora” (CAPORAL e RAMOS, 2006).

Assim, o serviço público de Extensão Rural no Brasil viveu, ao longo de sua história, alguns períodos de reflexão, voltados à mudança de suas diretrizes. Caporal (1991) afirma que no final dos anos 70 o discurso da Embrater passa por mudanças diante da reorganização dos movimentos sociais e “abertura” da ditadura, e passa a defender o planejamento participativo no lugar das diretrizes centralizadoras da empresa. No entanto, a mudança de discurso da empresa não condiz com a mudança da prática orientadora das “filiais” do sistema de ATER nos estados, as EMATER (empresas estaduais de ATER).

Para esta nova tarefa, no entanto, seria necessário repensar também a dimensão educacional da extensão. Exigia-se, agora, que o extensionista fosse capaz de interpretar a realidade sócio-econômica e cultural, bem como fazê-lo de forma conjunta com os agricultores, suas famílias e organizações, mediante processos educacionais adequados. Implicaria, desde logo, num rompimento drástico com o modelo tradicional de educação para a difusão de inovações, cujo passo decisivo é dado a partir das orientações novas dirigidas para a formação dos extensionistas. (CAPORAL, 1991, p. 48)

O autor então traça um histórico das diretrizes da extensão rural propostas pelo Sistema Brasileiro de ATER - SIBRATER, enfatizando a proposta que se consolida no final da década de 70, que está pautada na participação das comunidades e na busca por processos

educativos em substituição aos métodos de indução, onde predominava o difusionismo tecnológico. Apesar do discurso, a prática da ATER não se modifica. O autor traça daí as perguntas-hipóteses que nortearão o seu trabalho de pesquisa naquele momento: quer saber se o problema está na resistência dos técnicos em assumirem novas práticas, se a empresa (EMBRATER) propôs mudanças no discurso, mas estabeleceu mecanismos impeditivos para a prática ou ainda se o atrelamento do órgão, como membro do Estado, estava tão comprometido com os interesses dominantes que não deveria assim mudar a sua abordagem.

Conclui que a ATER não atua no sentido de transformar a realidade, mas antes em perpetuar formas de produção por meio de um processo educativo adestrador, que as torna propícias às condições de manutenção das classes dominantes e do capitalismo. O autor chama isso ideologia tecnicista, onde as tecnologias são transferidas sem a crítica ao contexto e ao interesse de sua produção, tornando-se o projeto extensionista excludente e por fim, apesar das tentativas de “repensar” a prática extensionista numa abordagem dialógica, as mudanças não foram implementadas na prática.

Embora o esforço de intelectuais de dentro e de fora do aparelho extensionista apontasse para a necessidade de mudança na prática, de maneira a torná-la mais democrática, dialógica e participativa, a história mostra que até o início dos anos 90 o extensionismo luta para manter-se fiel a suas origens, reproduzindo o difusionismo tecnicista ensinado por Rogers, mesmo sabendo que dessa forma sua educação informal ou não formal continuará sendo um processo de subordinação ao modo de produção capitalista, incapaz de permitir a libertação da população rural dos mecanismos que a mantém subordinada. (CAPORAL, 1991, p. 113)

O momento histórico que se segue àquele é o mais crítico que a ATER pública brasileira conheceu: a extinção da EMBRATER no início dos anos 90, no governo Collor, sob a tendência neoliberal que marcou sua gestão, desmantelando o sistema nacionalizado e inviabilizando na prática, em alguns estados, a extensão rural de caráter público.

Há cerca de uma década, a Extensão Rural passou por uma profunda reflexão sobre o seu papel social durante a discussão para criação da nova Política Nacional de ATER (PNATER), em 2003. Este momento trouxe no discurso uma ruptura com a história do serviço de ATER praticado em nosso país, como pode ser verificado nos documentos normativos que foram gerados naquele momento.

A nova ATER nasce a partir da análise crítica dos resultados negativos da Revolução Verde e dos problemas já evidenciados pelos estudos dos

modelos convencionais de ATER baseados no difusionismo, pois só assim o Estado poderá oferecer um instrumento verdadeiramente novo e capaz de contribuir, decisiva e generosamente, para a construção de outros estilos de desenvolvimento rural e de agricultura que além de sustentáveis possam assegurar uma produção qualificada de alimentos e melhores condições de vida para a população rural e urbana. (BRASIL, 2004, p. 3)

Na construção da nova PNATER, a orientação difusionista deu lugar ao enfoque participativo preconizado por Paulo Freire (2011) e a Agroecologia passou a ser a orientação teórico-metodológica central, em uma construção que contou com diversas esferas do governo e a participação das entidades e movimentos sociais que representam a agricultura familiar, dando legitimidade sociopolítica e aderência dessas organizações.

O público prioritário da nova ATER passa a ser os agricultores familiares, assentados de Reforma Agrária, extrativistas, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, povos da floresta, seringueiros etc. Esse texto/discurso traz ainda a necessidade de uma abordagem multidisciplinar para as ações de ATER, “estimulando a adoção de novos enfoques metodológicos participativos e de um paradigma tecnológico baseado nos princípios da Agroecologia” (BRASIL, 2004)

Assim, o texto da Nova PNATER é extremamente avançado na abordagem metodológica da ATER e chega a ser radical na ruptura proposta. Para Freitas (2008), havia no cenário político uma disputa com relação à maneira de como definir e enfrentar a implantação de políticas públicas voltadas ao “desenvolvimento sustentável” e a Agroecologia se apresentava como o mais radical dos modelos em disputa. Ao fim do debate, a PNATER apresenta a decisão de trazer a Agroecologia como horizonte para a construção do desenvolvimento rural. Isto implica afirmar que as pretensões estão além dos enfoques tecnológicos produtivistas da economia, mas também ocupam-se das dimensões culturais, políticas, sociais e ambientais, dando mais complexidade ao arranjo que a política pública propõe contemplar. A PNATER de 2003 desencadeou processos importantes que se orientaram pela Agroecologia.

Essa oficialização da Agroecologia na PNATER criou condições propícias para que outros desdobramentos nessa direção fossem desencadeados. (...) Ao assumir o enfoque agroecológico na orientação das ações da ATER, a política abriu amplos espaços de debate, influenciando inclusive a criação de muitos dos cursos de Agroecologia no país a que nos referimos antes. (PETERSEN et al, 2009, p. 100)

Resta observar que a alteração normativa não é condição única e nem a mais importante para a mudança real. O câmbio na prática envolve alterações complexas, institucionais, estruturais, políticas e humanas. O papel desempenhado pelo técnico, por exemplo, não se altera pela simples mudança na lei. Seu “saber fazer” consolidado pelos anos de experiência prática (em grande parte voltada para a orientação convencional) não se altera com o mesmo dinamismo com que se modifica uma instrução normativa. Muito menos mudam os interesses dos grupos privilegiados do setor rural, a quem não interessam essas mudanças e continuam disputando os espaços políticos, jurídicos e legais a seu favor. Por outro lado, a mudança legal favorece a ação daqueles identificados com a Agroecologia, proporcionando melhores condições político-institucionais para a realização de seu trabalho, bem como a articulação com as organizações da agricultura familiar (PETERSEN et al., 2009, p. 100).

## **2.2 ATER NA REFORMA AGRÁRIA**

Teremos iniciativas importantes a partir da nova PNATER, que apontam para a intenção de validar essas propostas de renovação da ATER, a exemplo da Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES), que surge nesse contexto como um instrumento de extensão rural para coordenar as novas demandas sociais e institucionais nos assentamentos de Reforma Agrária, com o objetivo de *“promover a viabilidade econômica, a segurança alimentar e nutricional; a sustentabilidade socioambiental e a promoção da igualdade nas relações de gênero, geração, raça e etnia nas áreas de assentamento”*, conforme ilustra seu primeiro Manual de Operação (2008).

Alguns concordam que existe atualmente um esforço – ou intenção – de superar o modelo convencional da extensão rural nos assentamentos e construir metodologias e processos mais participativos. Mas, diante do objetivo apresentado pelo Manual da ATES, corre-se o risco de estarmos diante de um discurso oficial, como em outras fases da extensão rural que pode não se refletir nas ações práticas.

Segundo Neumann e Dalbianco (2012), a assistência técnica para os assentados da Reforma Agrária estava previsto desde o Estatuto da Terra, em 1964. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA veio em 1970 e teve como objetivo, ainda segundo os autores citados, a consolidação das unidades de produção dos assentamentos e a integração

das populações marginalizadas. Caberia, assim, à assistência técnica inserir os assentamentos no processo de desenvolvimento - (com qual papel?). No entanto, segundo Pimentel citada por Neumann e Dalbianco (2012), as propostas de ATER para os assentados durante os governos militares, muito embora houvesse a criação de instituição para fomentá-las, não deslanchou nas ações práticas, “não saiu do papel”.

O debate é retomado com a “reabertura democrática”, na década de 80, tendo a mobilização dos movimentos sociais importante papel na reivindicação de políticas públicas que se voltassem à estruturação e desenvolvimento dos assentamentos. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST, surge nesse contexto, articulando e mobilizando trabalhadores sem-terra na luta pelo acesso e as condições necessárias para a permanência na terra.

De 1997 a 2002 houve uma iniciativa concreta de programa específico para a Reforma Agrária, o projeto Lumiar, sendo antecedente da ATES no oferecimento de uma assistência técnica específica para os assentados. A sua implementação, através de iniciativa do governo federal foi fruto das pressões dos movimentos sociais que reivindicam uma ATER para as áreas reformadas (DALBIANCO e NEUMANN, 2012).

Logo em seguida, com a extinção do Lumiar teremos a ATES, a partir de 2004, que intenciona representar as diretrizes da PNATER na extensão rural para a Reforma Agrária. Para Miná (2004), o diagnóstico que leva à criação da ATES revelou a falta de capacidade operacional do INCRA para atender a todas as demandas dos assentamentos, daí sendo necessária a contratação de pessoal fora do quadro da instituição para atender a demanda de ATER; insuficiência dos serviços estaduais de ATER e necessidade de um serviço de extensão específico para os assentados. Normativamente a ATES tem por inspiração o referencial da Agroecologia, colocado como demanda pelos movimentos sociais da Agricultura Familiar, a exemplo do MST, que consideram esta proposta a mais adequada à construção das alternativas para esse público.

A Extensão Rural agroecológica pode ser definida como um processo de intervenção educativo transformador e participativo, onde as pessoas possam refletir sua realidade. Busca esta um desenvolvimento com justiça social e interação sustentável dos recursos ambientais. Trabalha o agroecossistema e também o sistema cultural onde atua (CAPORAL e RAMOS, 2006).

Paulo Freire (2011) afirma que a teoria implícita na ação da extensão rural convencional (ou no ato de “estender”) é uma teoria antidialógica e, portanto, não educativa, mas persuasiva e dominadora, caracterizada pela invasão cultural, que é a imposição de sistemas de valores – e conhecimentos - dos técnicos sobre os dos camponeses e a manipulação, como caminho para a domesticação e contra a organização dos indivíduos. Contrário às práticas persuasivas, ele observa que a transformação da realidade só é possível por meio de uma postura dialógica, defendendo, assim, o diálogo como o instrumento capaz de humanizar as relações entre os homens.

Os profissionais da Extensão quando se afirmam “assistencialistas” e educadores cometem um equívoco, pois na verdade escolheram a “domesticação” no lugar da educação. Quando o assistente se coloca como agente da mudança automaticamente insere os indivíduos que recebem sua ação no polo de objetos, a transformação não é fruto de um agente externo à realidade a ser transformada. (FREIRE, 2011)

Freire aponta ainda que alguns profissionais utilizam o argumento de que o caminho dialógico é mais lento e não comporta a lógica da “produtividade” e que o trabalho por meio do diálogo representa perda de tempo. Para o pedagogo esta maneira de pensar traz uma falsa concepção de como se dá o conhecimento, pois acredita que o processo de conhecer se faz “depositando” conteúdos em consciências vazias. Com estas afirmações, eles revelam ainda uma descrença por parte do extensionista no homem simples do meio rural, na sua capacidade de ser sujeito. Transformam para si, o homem simples em um absoluto ignorante e ao fazer isso relativizam sua própria ignorância, se colocando como aquele que sabe mais.

A aprendizagem agroecológica deve ser capaz de criticamente romper essa lógica e voltar-se para um processo de fortalecimento dos agricultores, numa prática educativa e libertadora. Precisa aprender a ponderar os interesses imediatistas com a intenção e construção de propostas consistentes no longo prazo. Um argumento comumente utilizado para as práticas autoritárias na relação técnico-camponês é o de que o agricultor não está preparado para o diálogo e que quer resultados rápidos e atitudes paternalistas. O extensionismo convencional se apropriou desse argumento ideológico para a orientação da atividade dos técnicos. A proposta agroecológica deve ser capaz de apostar no contrário e se comprometer enfaticamente na construção de metodologias horizontais e verdadeiramente participativas.

Rejeitar, em qualquer nível, a problematização dialógica é insistir num injustificável pessimismo em relação aos homens e à vida. É cair na prática depositante de um falso saber que, anestesiando o espírito crítico, serve à domesticação dos homens e instrumentaliza a invasão cultural (FREIRE, 2011, p.71).

O programa de ATER em Sergipe tem a força de contar com uma equipe institucional, que coordena o programa no INCRA, comprometida com a construção dessa extensão rural mais afinada com os objetivos da PNATER e da proposta da Agroecologia. Foi iniciativa dessa equipe promover seminários para o diagnóstico do quadro da extensão rural em Sergipe nos assentamentos de Reforma Agrária com o objetivo de construir a última Chamada Pública junto às lideranças dos assentados. No entanto, o que parece é que este compromisso se deve ao esforço pessoal desses funcionários, devido a sua identificação com essa proposta, não significando uma mudança estrutural na instituição para promover esse tipo de ação.

Independente disso (mas reforçando a importância das mudanças institucionais), é essencial a iniciativa de aproximação com os assentados, pois busca dialogar com os anseios dos movimentos sociais, que consideram fundamental a construção dos projetos da extensão rural junto aos agricultores/as de modo que reflitam as necessidades locais dos assentamentos e das famílias. Em texto publicado no portal do MST na internet, podemos ver a seguinte reflexão:

Precisamos nos antecipar e provocar as demandas nas chamadas públicas, casando com a estratégia para desenvolvimento dos assentamentos. É importante definir ações que promovam a organização e fortalecimento da cooperação, da agroecologia, das mulheres, dos jovens; a agroindustrialização e comercialização (REGINA, 2010).

A coordenação de ATER do INCRA/SE é composta por apenas dois funcionários, para dar conta de processos que em qualquer órgão público são burocráticos, demandando muito tempo e cuidado na organização de papéis para atender as exigências dos órgãos de controle externo. Segundo um dos coordenadores, o processo para contratação da última empresa de ATER/ATER gerou 23 volumes de 400 páginas cada um. E a cada mês se incorporam dois novos volumes ao processo, durante a fase de fiscalização e pagamento; ou seja, ao invés de ter mais tempo para pensar os assuntos de execução da ATER, os profissionais estão ocupados com a formalização da comprovação das atividades realizadas pelos técnicos.

É importante salientar o limite que tem um programa ou política pública em transformar realidades que estão inscritas numa estrutura de cultura política e de projeto geral de desenvolvimento e sociedade. Neste sentido, é preferível olhar a ATES e os outros esforços de extensão agroecológica como um contraponto, uma construção de alternativas possíveis. Assim, desvelar a complexidade de implantação do programa não significa reforçar suas fraquezas, pois seria enxergá-lo como um redentor de problemas profundos que não se resolverão se forem atacados apenas pontualmente. Assim, entender a efetividade do programa alia-se à expectativa de, conhecendo-o, fomentar a reflexão a respeito do seu fortalecimento como política pública, fazendo cumprir seu papel original, demandado pelos movimentos sociais do campo, de ser alternativa aos programas de extensão tradicionais.

### **2.3 A EXPERIÊNCIA DA ATES/ATER NO ASSENTAMENTO PAULO FREIRE II: “ATES? É DO QUÊ?” “NUNCA OUVI FALAR”**

Inicialmente, um dos objetivos da pesquisa era focar a contribuição específica do programa de Assessoria Técnica Social e Ambiental - ATES no processo de transição agroecológica no Assentamento Paulo Freire II, no entanto o trabalho de campo demonstrou haver, de maneira geral, um desconhecimento por parte dos assentados com relação ao programa. Se perguntados sobre a ATES, dizem lembrar vagamente do nome, de ser um projeto, mas não se recordam com exatidão.

É do que? Se eu não me engano já vi alguém falando por aqui. Pra mim que já ouvi falar, se não foi aqui, foi em outro canto. Aqui tem coisa da ATES tem? (pergunta pra outro assentado) Tem não, né? Mas eu já vi alguém falando... mas não tem não. (Sílvia, Agricultora, Assentamento Paulo Freire II)

Eu lembro... eu acho que teve, pra mim que teve... (Givalda, Agricultora, Assentamento Paulo Freire II)

Nunca ouvi falar. (Telma, Agricultora, Assentamento Paulo Freire II)

Ouvi falar... esse projeto veio ali pro Rosa (referindo-se ao assentamento Rosa Luxemburgo), se eu não me engano. (Ivanilson, Agricultor, Assentamento Paulo Freire II)

Ao acrescentar na pergunta que é um programa de assessoria técnica que visa trabalhar também as questões ambientais e culturais:

Tinha *uns projeto* aí, sempre *falano*... meio ambiente no meio, *uns negócio*... cultural no meio. Sempre aí tinha uma parte animadora na frente, um pessoal com um violão. Tentar botar esse projeto ali... (Confundindo com outros projetos que já aconteceram no assentamento) ( Zé Rogrigues, Agricultor, Assentamento Paulo Freire II)

Tipo um IBAMA, né? (Diana, Agricultora, Assentamento Paulo Freire II)

Esse *negócio* da PAIS, eles já *viero* aqui umas quatro *vez*... pra não usar adubo químico, né? Que prejudica nossa saúde, o solo. (Gilson, Agricultor, Assentamento Paulo Freire II)

Aqui a gente faz parte também... o pessoal do ambiente passa toda a *explicação* pra gente, o que a gente pode fazer, o que não pode fazer, aí a orientação, aí já fala de tudo. (Wilson, Agricultor, Assentamento Paulo Freire II)

Eu num me lembro... *ói*, eu *cunverso* com você agora, mas se você me perguntar eu num sei lhe responder. (Maria das Virgens, Agricultora, Assentamento Paulo Freire II)

Se eu não me engano era "*atese*" a empresa que até hoje o Incra contrata. (Cabelinho, Agricultora, Assentamento Paulo Freire II)

Desta forma, não existe para os assentados uma indicação de que esse programa significou um marco de assistência técnica diferenciada. É possível que não tenha havido uma preocupação de apresentar a ATES como um programa distinto dentro da ATER. Além disso, o enfoque utilizado não conseguiu coordenar as múltiplas dimensões propostas no programa, pois, de uma maneira geral, o aspecto econômico produtivo continuou tendo mais peso no trabalho da maioria dos técnicos, num primeiro momento de vigência do programa na área estudada. Percebem-se algumas tentativas –não efetivadas– para promoção da autonomia da mulher, por exemplo, mas ainda assim, privilegiando o aspecto econômico produtivo, com a criação de projetos específicos.

Teve esse programzinho de criar o grupo de *muie*, era pra criar *uvêa*, galinha e porco. Ficou no papel. Qualé sair... (Zé Rodrigues, Agricultor, Assentamento Paulo Freire II)

Fizemos o grupo tudo *da muiers* que *quiria* fazer o *projetozinho*, pequenininho pra ir pra frente um pouco, né? *Fizemo os grupo*, tudo, *se reunimo*, tudo, *escolhemo* o nome *das coisa* que queria, cada um tinha *seus nome*: era *muié* guerreira, cada grupo era seu nome de coisa ensinumo (assinamos) tudo e *ói* (faz gesto batendo uma mão na outra), *insunamo* que ficou por isso mesmo. (D. Zélia, Agricultora, Assentamento Paulo Freire II)

Resta dizer que o pouco tempo em que a ATES esteve com atividades no assentamento é insuficiente para que fosse capaz de promover alguma transformação mais concreta e pudesse ser –sozinho– objeto de análise num processo de transição agroecológica.

Apesar de não haver um destaque para a ATES na memória dos agricultores, alguns relatos evidenciam ações realizadas no período de vigência do programa no assentamento, como, por exemplo, o trabalho com os Sistemas Agroflorestais - SAFs, tendo incentivado a cobertura da área com árvores aliadas à produção de alimentos que, embora olhado com desconfiança num primeiro momento, deu resultados considerados bons para os assentados. Estas atividades provavelmente se relacionam a uma das metas da ATES, que é a recuperação ambiental do assentamento (PRA).

Algumas pessoas chamavam isso (SAFs) de ignorância, projeto de fundo de quintal. O que é um projeto de fundo de quintal? E você ter sua mangueira, ter seu cajueiro, sua bananeira, sua frutinha ali. De tudo você ter, entendeu? Sua galinha, sua vaca, um projetinho fundo de quintal. A técnica começou a trabalhar de agroecologia, questão de natureza, a nascente, tal, tal. E nós dizia que não dava certo, que era ilusão, isso e aquilo *oto*. Ela *ateimou*, pegou uma parceria com a Embrapa e começou a fazer *os trabalho, nas pelaga, nas pelega!!* Com pouquinha gente, e hoje nego comenta por que tá dando certo. (Cabelinho, Agricultor, Assentamento Paulo Freire II)

Alguns comentaram que os técnicos mostraram como fazer compostos naturais para o controle de pragas, com o uso de produtos locais, como *manipueira* e folhas de *neem* etc

A maioria daqui *num* usa veneno, não. Tem ate um *prantio* de uma *arvre* que *presta* pra matar inseto... *freve* o caldo... o *ninho*[neem]. Serve pra isso. (Zé Rodrigues, Agricultor, Assentamento Paulo Freire II)

No entanto, a Agroecologia não guiou enfática e efetivamente a ação do programa naquele período. Além disso, pretendeu-se contemplar o caráter multidisciplinar proposto nas normas a partir da criação de diversas equipes com focos “especializados” não havendo necessariamente a interdisciplinaridade das ações. Assim, teríamos alguém que trabalha com agroindústria, por exemplo, e um outro que trabalha a comercialização, sem que as ações estivessem articuladas entre si.

No período que corresponde à vigência da ATES, segundo eles, apenas alguns agricultores eram visitados, não existindo uma rotina contínua de visitas e onde a “amizade” com o técnico –especialmente quando atrasava o salário– era o que garantia a atenção no lote.

É uma conversa boa, educado... mas é aquilo que eu disse: conversa! *vai vim* isso, *vai vim* aquilo, chegue assine aqui... Outros aqui que só vinha pra *duas*

*casa ou três, quem tinha mais conhecimento... (Zé Rodrigues, Agricultor, Assentamento Paulo Freire II)*

*Então sempre que eu preciso de alguma coisa aqui, ela sempre me ajuda. Mas independente de salário ou não. Eu acho isso...Mas tem outras pessoas aí que não tem acesso a comunicação com os técnicos. (Cabelinho, Agricultor, Assentamento Paulo Freire II)*

Os assentados lembram bem da ATER no início do assentamento, mas não reconhecem a atuação da ATES como uma ação destacada da assistência técnica do INCRA, como já foi dito. Diante da impossibilidade de tratar do programa como algo específico e já que ele não pode ser abordado em separado pelos agricultores, optei por proceder da seguinte maneira: apresentar a experiência da ATES/ATER de forma geral, ou seja, da fundação do assentamento em 2001 até o ano de 2011, quando se encerrou o último convênio no assentamento, sem fazer um recorte específico da ATES. E em seguida, tratarei da construção em curso de uma proposta dentro da ATER do INCRA de aproximação enfática com a Agroecologia, onde o projeto básico do edital para a contratação dos técnicos definiu claramente ações e o coletivo de profissionais envolvido na experimentação de uma metodologia para favorecer a transição agroecológica por meio de intercâmbios em redes sociais de aprendizado, conforme será abordado no próximo capítulo.

Apresentarei, portanto, uma reflexão da experiência geral da Assistência Técnica e Extensão Rural no assentamento, usando como referência um diagnóstico realizado pela equipe do INCRA para identificar os pontos positivos e negativos da ATER no território onde se localiza o Paulo Freire II e um quadro analítico de Caporal (2004a) onde apresenta indicadores para a Extensão Rural.

## **2.4 REFLEXÕES DO ‘CAMPO’ SOBRE A ATES/ATER**

Houve para a preparação desta última chamada pública um trabalho importante da equipe do INCRA, que resultou em um quadro diagnóstico da ATER nos assentamentos de Reforma Agrária no Estado de Sergipe. Entre os meses de agosto e setembro de 2012 uma equipe da Superintendência do INCRA em Sergipe (SR-23) apoiada por consultores de outros estados, realizaram oficinas de diagnóstico participativo nos quatro territórios sergipanos, onde participaram dois representantes de cada um dos Projetos de assentamento – PA do Estado para refletir o trabalho da ATER nas áreas de reforma agrária. Os encontros geraram

um relatório interno intitulado “*Diagnóstico com as famílias assentadas dos PAs do Estado de Sergipe*”. Alguns dos problemas identificados dialogam com o que se apresentou na pesquisa de campo no assentamento Paulo Freire II, no entanto, as entrevistas revelaram uma série de outras questões que não aparecem na planilha do INCRA e podem enriquecer esse diagnóstico.

O quadro a seguir mostra o resultado das oficinas do INCRA nos grupos em que participaram os assentamentos do Território Sul Sergipano, onde está localizado o Paulo Freire II:

O que foi ruim e não queremos que se repita	GRUPOS			
	1	2	3	4
Falta de compromisso dos técnicos *	X		X	X
Ausência de planejamento (ausência de calendário, ausência de Controle do trabalho da assistência técnica)	X	X		
Falta de interesse para elaborar laudos técnicos que justifiquem as Perdas da produção decorrentes de fenômenos climáticos	X			X
Falta de preparo do técnico**	X	X	X	X
Elaboração de projeto fora de época (PRONAF)	X			
Problema no pagamento dos técnicos		X	X	
Demora na elaboração dos PDAs (Planos de Desenvolvimento do Assentamento)			X	X
Interrupção de alguns projetos			X	X
Projetos prontos sem discussão com os assentados				X
*Marcavam reuniões e não apareciam. **Falta de preparo dos técnicos para incentivar: o trabalho coletivo, a agrobiodiversidade sociobiodiversidade; a juventude a permanecer nos PAs; considerar os conhecimentos prévios dos assentados; realizar o acompanhamento individual;				

Quadro 2.1 - Pontos Negativos identificados pelos grupos sobre a assistência técnica realizada no passado – Território Sul. FONTE: INCRA, 2012 Relatório interno “Diagnóstico com as famílias assentadas dos PAs do Estado de Sergipe”

Ações realizadas	GRUPOS			
	1	2	3	4
CONAB (Programa para Aquisição de Alimentos - PAA)		X	X	
Indicação/elaboração de projetos para todos os assentamentos (investimento/ambiental)		X		X
Parceria com outras empresas (SEBRAE, kit irrigação)		X		
Elaboração participativa dos PDAs (oficinas e trabalhos de grupo)			X	
Incentivo ao associativismo/trabalho coletivo/ criação de cooperativas	X		X	
Assistência técnica comprometida com os movimentos sociais, com a Cultura, com a Agroecologia			X	
Acompanhamento para a implementação da agroindústria			X	
Elaboração de projeto do Apoio Mulher (“apesar de não ter sido Implementado”)			X	
Acompanhamento dos técnicos nas negociações das dívidas com os Bancos			X	

Quadro 2.2 - Pontos Positivos identificados pelos grupos sobre a assistência técnica realizada no passado – Território Sul. FONTE: INCRA, 2012 Relatório interno “Diagnóstico com as famílias assentadas dos PAs do Estado de Sergipe”

As entrevistas abordam muitos desses tópicos aprofundando-os e trazendo novas contribuições como veremos logo em seguida, refletindo pontos comuns entre os assentados com relação à avaliação da ATER<sup>10</sup>.

#### 2.4.1 Sistema de crédito e ênfase no aspecto econômico: “Nunca era do gosto da gente, que o banco num aceitava”

Todo mundo veio da região de Boquim, quase, e veio *pruma* região totalmente diferente, então, você trouxe a cultura de lá, quis implantar aqui, muita coisa não deu certo. Laranja, não se adequava bem aqui, a não ser que tenha um bom preparo, uma boa mudança de cultura dentro da própria

<sup>10</sup> Aceitando a crítica freireana de que o termo *extensão* não pode ser utilizado para denominar processos educativos entre técnicos e camponeses, não parece haver qualquer coerência na expressão “extensão rural agroecológica”, pois, por definição, são conceitos que se contrapõem. A opção de utilizar essa expressão - é pela forte presença dela nos textos que abordam o tema. Autores, inclusive que se referenciam em Paulo Freire (como Caporal, por exemplo) preferiram mantê-la. A minha opção, no entanto, quando não estiver numa referência direta a esses textos, será o de utilizar a expressão “aprendizado agroecológico”, embasada numa perspectiva educacional dialógica.

cultura, na forma de implantar, não é? Outros, optaram por gado, foi bem diversificado, mas eu acho que essa diversificação atrapalhou, por que você tinha muita coisa pra gerenciar, então nem todo mundo tinha a família grande *pra...* e além de que... porque investimento é assim, você espera ele, aí quando ele vem que você implanta ele não lhe dá o retorno pra você ir se mantendo ali para você ficar tocando ele, ao menos, quando tem um ou dois *dendo* de uma casa ou três. Ai você tem que trabalhar fora até que aquilo ali lhe dê o retorno e é uma coisa que ajuda a enfraquecer *os assentamento*. (Agnaldo, Agricultor, Assentamento Paulo Freire II)

A gente sempre tinha uma opinião, mas sempre o técnico dizia “ah, mas não pode isso, tem que mudar”... quer dizer, nunca era do gosto da gente, que ele dizia que tinha coisas que o banco não aceitava e tal, então quer dizer, na maioria *dos produto* que a gente queria plantar nunca era do gosto da gente. Tinha coisas que a gente queria fazer, mas eles: não isso aí o banco num vai aceitar e aí pronto, sempre foi assim... entendeu? (...) E aí quando eles começa a puxar um pouco pro lado do banco, aí o sonho do agricultor foi por terra e ai ele vai querer começar a trabalhar, *apricar* uma coisa que ele nunca trabalhou. (Ivanilson, Agricultor, Assentamento Paulo Freire II)

Agnaldo e Ivanilson nos ajudam aqui a pensar problemas importantes no momento inicial do assentamento, onde o técnico é o responsável pela elaboração do projeto produtivo para cada família. Seus relatos evidenciam a preocupação do profissional com a parte agrônômica, produtiva, que visa contemplar a dimensão econômica da entrada na terra (é importante lembrar que há bem pouco tempo essas pessoas eram subempregadas “sem terra”). Os agricultores “reclamam” da falta de sensibilidade em perceber os aspectos culturais e sociais que estão imbricados na dinâmica da nova vida como assentado. Ora se referem a “assistência técnica” como uma coisa impessoal, mas também atribuem à pessoa do técnico esta responsabilidade. Foi a “assistência técnica” quem deixou de observar que o agricultor não tem como se manter enquanto o seu projeto produtivo não se desenvolver, e foi o “técnico” quem não defendeu o projeto sonhado pelo agricultor junto ao banco.

O investimento (implantação e manutenção do projeto técnico) necessita da presença do agricultor para se concretizar, mas até o investimento dar retorno o agricultor precisa sobreviver, indo muitas vezes, trabalhar fora abandonando o projeto, o que demonstra uma forte contradição. Nem as instituições, nem o técnico (este numa relação mais subalterna com relação às primeiras) levaram em consideração este aspecto como um elemento relevante, focados que estão na produção (dimensão econômica).

Bergamasco e Norder (2001) afirmam que o ambiente inicial para os assentados é marcado pela precariedade, onde as carências de meios de trabalho podem, ao invés de

alavancar suas vidas, dar continuidade a sua pobreza. Assim, percebe-se que faltou à ATER considerar as implicações sociais dos projetos produtivos, que são fatores diretos e tão importantes quanto o econômico para garantir a viabilidade dos mesmos.

Esse momento inicial vem acompanhado ainda de orientações técnicas que se distanciam da experiência e mesmo da expectativa dos agricultores. O financiamento do banco dependia, via de regra, da incorporação de alguns insumos considerados “essenciais” para viabilizar tecnicamente a produção (“venda” do pacote “modernizante”, típico do papel da ATER convencional), além de indiretamente impor quais tipos de culturas devem ser desenvolvidas pelo agricultor. Normalmente, os agricultores aceitam as condições, pois do contrário ficariam sem o recurso financiado, o que, na avaliação dos entrevistados, seria pior. Acabam finalmente aceitando o dinheiro e as condições, mas na prática, as resistências aparecem como fruto da contradição e do processo de imposição.

Ellen F. Woortmann (2009) argumenta, neste sentido, que o saber camponês carrega uma complexidade que só pode ser entendida se olhada a partir da sua própria visão de mundo. Essa parcela de agricultores desenvolve complexos sistemas simbólicos de relação com a natureza e uma lógica de organização social própria. Defende esta autora que a adoção de pacotes tecnológicos representa riscos e endividamento para os camponeses. É um mundo o qual não domina a linguagem e a que, portanto, ficariam submissos. Concluindo que

O camponês não é obtuso, impermeável à mudança. Ele é observador e cauteloso. Não pode colocar em jogo a reprodução social de sua família só porque alguém em algum gabinete resolveu impor uma inovação tecnológica à ‘população de baixa renda’. (WOORTMANN, 2009, p. 128)

Os agricultores abordaram nestes depoimentos ainda um outro problema grave, além da falha no planejamento das ações, que é, para muitos assentados, a falta de mão de obra familiar, que sendo um tema tão específico, não será abordado aqui, mas não poderia deixar de ser mencionado, pois tem implicações diretas com o trabalho realizado pela ATER.

Em outros momentos se evidencia a iniciativa de construção do projeto junto aos agricultores, pois eles relatam que o técnico perguntava como eles desejavam a produção:

A gente fez o projeto assim, o que ia *prantá* e o que a gente ia criar... uns *prantava* uma coisa e *otros prantava otras*, depende o que você quisesse (...) mas perguntam o que é que você vai querer *prantá dento* do seu lote aí a preferência é sua...” (Maria das Virgens, Agricultora, Assentamento Paulo Freire II)

No entanto, segundo a maioria dos depoimentos, o que prevalecia era o que o banco entendia como viável. Para alguns, haveria aí uma aliança do técnico com o banco (“*o técnico puxando mais pro lado do banco*”), onde se desconsideravam as conversas e os interesses dos agricultores (na análise feita pelos agricultores). O mais provável é que o técnico adeque a proposta produtiva para viabilizar o financiamento, podendo ser interpretado, ao contrário, como uma aliança ao agricultor – obviamente, a partir dos critérios estabelecidos por ele do que seria melhor para o assentado.

Para alguns a ATER não ajudou a organizar a produção, de modo a sugerir culturas mais adequadas ao assentamento. Para outros, a indicação do que deveria ser plantado (ou do que o banco concordou financiar) significou o abandono do sonho de um lote diversificado com as culturas com as quais o agricultor mais se identificava. Neste caso, o técnico –que é a personificação da assistência técnica— parece não ter problematizado a questão junto aos assentados. E pode indicar ainda o despreparo na área agronômica (na perspectiva da agricultura familiar) por não ser capaz de defender a viabilidade técnica de suas propostas.

Existe uma opinião geral de que a maior contribuição da ATER foi na liberação dos recursos financeiros, indicando uma contradição na percepção dos agricultores, do papel desempenhado pela ATER, pois, ao mesmo tempo, consideraram que a ineficiência no acompanhamento dos projetos foi a grande responsável pelo fracasso nos investimentos e o consequente endividamento das famílias.

Ele ajudou porque, se quando a gente teve, vamos supor a ocupação da terra, quando a gente passou a ter *os lote, as casa*, se num é o *tecno* pra liberar projeto, pelo *meno* ajudar, num tinha conseguido os projeto, né? Mas só que sempre ficou a desejar, que a gente num tive uma orientação que devia ser, entendeu? Ficou sempre a desejar uma orientação melhor... eu acho que foi isso, uma orientação, pelo menos *ni* plantio, *essas coisa*... faltou, mais orientação... (Givalda, Agricultora, Assentamento Paulo Freire II)

A *assistência técnica* na parte de campo é perdido, ainda a semana passada *tava participano* de reunião ali... pra mim é *mermo* que não *tive*, né? Por que? Por que não resolve nada, a não ser a parte *borocratica*, de banco, essa parte eles ainda... *mermo* assim não é tudo, ne? Como eu *tavadizeno*, a questão de um laudo, é uma dificuldade *pra* dar, entendeu como é? A dificuldade de campo, são a forma que eles são formado, né? (Ivanilson, Agricultor, Assentamento Paulo Freire II)

A assistência técnica que nos tinha aqui só pra ver... pra liberar *ricurso*, só pa parte de banco, aquela parte *demo*... num sei nem dizer a palavra [burocrática]. Aquela parte lá que dá mais trabalho lá no banco. Mas aquela parte de ir lá na terra, pegar um pé de goiaba, pegar um pé de laranja, pegar um pé de banana... “óí, cês pranta aqui nessa forma. Cum buraco dessa largura, com essa extensão de fundura, e aqui a árvore vai se desenvolver

melhor...” nós num *tivemo* isso. É como diz, muitos veio pra cá, já sabia um pouco de lutar ca terra, de lutar um pouco, mas otos num sabia nada, dependia muito da assistência tecnica nos nunca *tivemo* isso. (Wilson, Agricultor, Assentamento Paulo Freire II)

Eles só vinha no início do dinheiro, que a gente *tava pegano recurso*, né? Aí tinha... *chuvia*[ técnico]. (Maria das Virgens, Agricultora, Assentamento Paulo Freire II)

Estes agricultores abordam uma questão muito recorrente nas ações “clássicas” da ATER, que é a elaboração de projetos para a liberação de recursos financeiros. Embora, de uma maneira geral, os agricultores considerem imprescindível essa atividade, muitos deles depuseram que a liberação de recurso -na maioria dos casos insuficiente- junto com a deficiência de acompanhamento sistemático dos projetos, que muitas vezes não se relacionam com atividades que o agricultor domina, invariavelmente vai resultar em dívida das famílias junto aos bancos. Este tema foi insistentemente abordado nas entrevistas: há um endividamento generalizado no assentamento. Para lidar com o problema, os discursos variaram entre: empenho na venda de produtos para quitar a parcela prestes a vencer (o que resulta em precariedade na manutenção de produtos essenciais à família, como roupas e até mesmo alimentos); protestar contra o banco e exigir a anistia; resignar-se à espera das consequências que podem ser inclusive, segundo eles, a perda da terra;

Só que o projeto ele é todo defasado, ai o *valô* de um animal *c'uma* carroça, eu me lembro como hoje, o *valô* pra você compra um animal *c'uma* carroça, no tempo, era 700 reais. A gente ia atrás de comprar, quando chegava lá, 500-600 real era só um animal... e a carroça? Entendeu como é? Tudo assim. (Ivanilson, Agricultor, Assentamento Paulo Freire II)

Então, junto com o problema da dívida os assentados trouxeram a problemática de que, os recursos liberados são aquém da necessidade para um projeto que possa efetivamente resultar em produção que alavanque a situação geral das famílias. Falaram da degradação da terra (“*Faz que nem a música de Luiz Gonzaga* [se referindo à terra do lote], *se prantá num nasce, se nascê num dá...* Zé Rodrigues) em que foram assentados e da necessidade de investimento para sua recuperação. Além da dificuldade de adquirir instrumentos de trabalho de boa qualidade com o limite financeiro estipulado pelo projeto. O resultado disso é a compra de bens pouco resistentes e duráveis e conseqüentemente, o prejuízo do agricultor que deverá adquirir novamente o investimento, ou, como é mais comum, ficar sem ele.

Os técnicos tem muitas funções *dendo* da agricultura que ele num tá adaptado praquilo, né? Aqui teve, por exemplo, a gente hoje tá com dificuldade de pagar as nossas prestações no banco, que aqui teve muita gente que perdeu animais, que precisava de laudo técnico, num fazia... (Ivanilson, Agricultor, Assentamento Paulo Freire II)

Ou que pelo mesmo, já que a gente teve prejuízo, ter o quê? Um laudo *elaborano* como que a gente tomô prejuízo, né? eu acho que se o *tecno* tivesse feito isso a gente *num tava* no prejuízo que a gente tá hoje não. Hoje a gente tem só dívida no banco. (Givalda, Agricultora, Assentamento Paulo Freire II)

Então era simples, era mais fácil... então eu *tô* pagando caro, todo mundo aqui *tá* pagando caro *mode* uma empresa que não sabe conduzir um projeto de assistência *tenica* pro pequeno agricultor. (Cabelinho, Agricultor, Assentamento Paulo Freire II)

Ainda na esteira do endividamento outro assunto tratado por quase todos os entrevistados foi a ausência de um laudo técnico que comprovasse a perda da produção. Para os agricultores, a situação atual do assentamento, com relação à dívida e os temores e revoltas relacionados, poderia ter sido evitada se houvesse um trabalho minucioso do técnico em alegar e atestar junto aos órgãos financiadores os problemas relacionados à perda da produção de algumas culturas.

Se fosse depender de mim, de minha liberação, eu só liberava mermo se tivesse *veno* efeito no trabalho que eles *ta fazeno*. Por que tem que ter responsabilidade, eu digo direto, o técnico tem que ter responsabilidade no que ele *tá fazeno*, por que não dá pra você ficar prestando uma *assistença* técnica e tudo do agricultor *dano* errado. E que *assistença* técnica é essa? E agora quem que fica com a *curpa*, só o agricultor? Com a *curpa* e com o prejuízo, né? E aí o agricultor, ele fica passando necessidade, família passando necessidade, ele fica *inadimprente* e o técnico fica livre pra fazer *oto* projeto, heim? *Ói* que modelo desgraçado! (Ivanilson, Agricultor, Assentamento Paulo Freire II)

Aqui Ivanilson aborda outro tema relacionado ao que está sendo tratado, que é a responsabilização do agricultor pelo fracasso dos projetos produtivos. Isso indica o traço autoritário implícito da extensão rural, onde o camponês invariavelmente assume o ônus sobre os erros que não são cometidos por ele, senão por influência e confiança em uma relação que se dá de forma vertical.

Embora a ênfase do trabalho técnico tenha sido com a parte produtiva, os assentados reconhecem a ação pontual com algumas iniciativas, onde se evidencia uma visão do que deve ser o trabalho dos técnicos:

A parte ambiental sempre funcionou, assim...em termos de informação. Sempre teve... a parte social e cultural, muito pouco. Por que eu acho que isso é mais dependente das áreas, das regiões, dos assentamentos. Nosso assentamento é um assentamento *mermo* que na parte de cultura praticamente é parado. Eu não vou atribuir *curpa* ao pessoal por que eu acho que é uma deficiência nossa, dos assentados. (Agnaldo, Agricultor, Assentamento Paulo Freire II)

[A assistência técnica só trabalhou a parte] de produção, era. De *negócio* cultural, de brincadeira, de festinha, não. (Zé Rodrigues, Agricultor, Assentamento Paulo Freire II)

Quando tratam desses assuntos os agricultores passam a reconhecer que há uma responsabilidade dos assentados pela manutenção das festividades e eventos culturais, não reconhecendo essas atividades como intrínsecas ao trabalho da ATER. Neste caso, o “peso” sobre o técnico é diminuído, dando a entender que a compreensão geral do seu papel de técnico é, na visão da maioria, dos assuntos agronômicos.

É importante pontuar que Agnaldo relata que as informações sobre o tema do meio ambiente sempre circularam no assentamento, evidenciando atividades (mesmo que isoladas) que abordam a dimensão ambiental. Provavelmente se refere aos trabalhos relacionados às agroflorestas e instruções com relação ao controle de pragas, que foram citados em outros momentos como ações incentivadas pelos técnicos.

#### **2.4.2 Papel dos agentes de ATER e Formação dos técnicos: “(a assistência técnica) ficou devendo nessa parte do campo”**

Eu acho que a Assistência Técnica, não a nível de movimento, mas a nível de nordeste, eu não sei se eu *tô* errado falar assim tem carência na questão de identificar pragas, doenças, entendeu? Ou é falta de estrutura, a assistência ficou devendo, no início nem tanto, mas de uns tempo pra cá...ficou devendo mais nessa parte de campo. Eu acho a parte mais deficiente da assistência nessa área. (Agnaldo, Agricultor, Assentamento Paulo Freire II)

Rapaz, eu num gosto nem de falar da *assistência* técnica, sabe? Por que tudo o que fez isso aqui, que *tá* construído isso aqui, tudo foi *nois* que *construímo*... “ah, e *quale* o papel da *assistência* técnica, o que foi que *assistência* técnica ajudou?” Pra mim *mermo*, ela mais me atrapalhou de que ajudou, né? Me atrapalhou no sentido de a gente *botá* tanta fé na *assistência* técnica, que nem muitos aí e nada dava certo, né? Uma *assistência técnica* voltada para o agronegócio, que não é a realidade do agricultor, da agricultura família, e aí a maioria dos projetos dava tudo errado. (Ivanilson, Agricultor, Assentamento Paulo Freire II)

Há aqui uma confusão com relação a qual assistência técnica se deseja. Negão e Agnaldo são lideranças no assentamento e ambos defendem a Agroecologia e o uso dessa perspectiva na orientação do serviço de ATER. O aprendizado agroecológico, no entanto, retira do técnico a centralidade do processo, afirmando que esta deve ser uma caminhada de “aprendizagem sobre o mundo” (CAPORAL e COSTABEBER, 2004b, p. 63)

Existe uma expectativa, junto aos assentados, de uma ATER enfática nos aspectos técnicos, destoando da proposta de um novo papel para ATER. O papel do técnico, segundo a grande maioria, continua sendo o de protagonista do processo em quem se depositam as expectativas de solução dos problemas. Esse elemento é essencial para ser trabalhado pela extensão rural inspirada na Agroecologia, pois há, em muitos casos, a espera de que o papel do técnico seja paternalista e convencional, alguém que veio, com o seu conhecimento, dizer o que fazer.

Trata-se de uma visão pré-concebida do papel que o técnico deve desempenhar como agente de desenvolvimento, alertando a necessidade de rediscutir e reconstruir esse papel, com os agricultores. No aprendizado agroecológico, o técnico deve ser visto como um facilitador de processos e não como um professor que traz conhecimento e projetos que, muitas vezes -e isso ficou claro aqui- não refletem a realidade da agricultura familiar camponesa.

O aprendizado agroecológico tem como base o saber dos agricultores, que num diálogo com o saber técnico-científico é resignificado e incorporado como capaz de apoiar projetos que dialoguem com a realidade camponesa. Não se pode esperar, ingenuamente, que estes agricultores que viveram toda sorte de relação autoritária (desde a época dos latifúndios) compreendam que o protagonismo do processo deva ser assumido por eles, isso deve ser construído na vivência do aprendizado, deslocando os papéis e empoderando as comunidades.

A extensão rural é um projeto educativo, que pode estar voltado, conforme Caporal (2004a), ou para a persuasão, no modelo convencional ou para a participação, conforme a proposta agroecológica. A educação persuasiva, na visão de Paulo Freire, sequer pode ser chamada de educação, visto a posição radical que ele sustenta, de que a educação só se fundamenta numa perspectiva libertadora. A persuasão é uma tentativa de convencer o indivíduo para que aceite uma propaganda numa postura “domesticadora” e explicita a relação sujeito-objeto, onde o sujeito (técnico) persuade o objeto (camponês). Essa nunca poderia ser a opção de uma ação libertadora (FREIRE, 2011), portanto, entendendo o

aprendizado agroecológico como um processo de educação libertadora parece claro que essa também não poderia ser a opção de um facilitador envolvido com essa proposta.

Se observarmos, a tabela do diagnóstico do INCRA (Tabelas 3.1e 3.2) indica o peso no papel do técnico atribuído pelos assentados, apareceram como fraquezas da ATER realizada no passado, pontos como: a falta de compromisso e despreparo dos técnicos, ausência de planejamento (dos técnicos), elaboração de projetos fora de época, projetos construídos sem a discussão com os assentados, falta de interesse, novamente por parte dos técnicos na elaboração de laudos que justificassem as perdas de produção etc.

Como pontos positivos, os que apareceram com mais frequência foram as ações da ATER junto ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), importantes para garantir a comercialização da produção e a elaboração de projetos que contemplaram todos os assentados (investimentos e na área ambiental) e que incentivou o trabalho coletivo e a criação de cooperativas.

O que leva a aprofundar ainda mais a reflexão sobre o desafio do aprendizado agroecológico de diminuir a centralidade do técnico para que o agricultor assuma o protagonismo do processo, o que leva a pensar o desenvolvimento de metodologias como ponto central dessa nova extensão rural. O técnico neste processo deve ser um facilitador dos processos de experimentação agroecológica e um problematizador fomentando a ação coletiva que reunirá os agricultores em torno de interesses comuns na transição agroecológica.

Outro papel atribuído ao técnico é o de promotor de políticas públicas, viabilizando o seu acesso:

Veio muita coisa, assim, por meio do técnico, projeto de CONAB, você não pode negar, veio por meio da assistência. Foram eles que fizeram, né? Kit PAIS [Projeto Agroecológico Integrado e Sustentável] veio por meio da assistência (...) Por que, esse problema de CONAB mesmo é um problema que não dava pra ser assim... uma outra coisa que atrapalha é a centralização de conhecimento. Por que isso podia ser feito na área, era só passar o conhecimento... CONAB e muitas coisas. (Agnaldo, Agricultor, Assentamento Paulo Freire II)

Aqui, Agnaldo evidencia a importância do técnico para favorecer e viabilizar o acesso às políticas públicas, algo fundamental para melhorar os aspectos da produção e

comercialização, mas ainda no mesmo discurso critica o fato de que as informações ficam centralizadas no técnico.

Esse outro depoimento também é ilustrativo do tema, onde a agricultora se refere à orientação técnica e como ela se dá na prática:

É animante, né? Quando ele tá conversando a gente se anima, mas depois a gente vai veno a realidade, que num é como ele fala, nem como a gente pensa. Por que ele diz um negócio, aí agente faz, a gente começa a quebrar a cabeça, aí num dá certo, aí para por aí. (Diana, Agricultora, Assentamento Paulo Freire II)

O papel que o técnico desempenha no assentamento, viabilizando crédito e se ocupando principalmente com os aspectos produtivos, reflete possivelmente a sua formação como profissionais. Alguns agricultores falaram desse aspecto:

Eu num sei... os estudo que esse pessoal estuda, maioria da vez, deixa a desejar, por que eles aprende, como é que diz?... na pratica mermo eles... eles aprende no estudo, né? agora, na pratica, poucos deles... Mas muito deles ai, só aprende só na sala de aula. Quando eles vão na pratica eles sabe muitcho pouco, as vez, o próprio lavrador é que vai ensinar ele (riso), ne? é! (Vilson, Agricultor, Assentamento Paulo Freire II)

A dificuldade de campo são a forma que eles são formado, né? A universidade na verdade forma eles do jeito dela lá que pra campo pra nós eles num... *os agricultor*, falar a verdade, se eles for anda nas roça dos agricultor aí vai é atrapaiá. Por que eles num tem a pratica... né? E a universidade num trabaia cum a realidade do camponês, não. É por isso que muita coisa dá errado, entendeu? (Ivanilson, Agricultor, Assentamento Paulo Freire II)

Este assunto é recorrente quando se fala da ATER, especialmente quando tratamos de um segmento da agricultura familiar descapitalizado, que exige abordagem específica. Se tratarmos de uma perspectiva voltada para a Agroecologia, a formação dos técnicos deixa ainda mais a desejar. Na observação em campo e na convivência com alguns técnicos, pode-se perceber o interesse de muitos pelo tema, mas limitado para alguns pelo que já foi tratado com relação ao reducionismo conceitual da Agroecologia. A prática desses últimos, é voltada para o “ensinamento” de práticas mais naturais de cuidados com o solo e de controle de pragas, que, não obstante sejam importantes, tornam-se noções isoladas na perspectiva da Agroecologia. Por outro lado, existem técnicos que têm uma vivência maior no assunto e compreendem de forma mais abrangente o seu papel, refletindo com mais clareza a função da ATER na construção do conhecimento agroecológico. Na última chamada pública para contratação de Assistência Técnica e Extensão Rural do INCRA foi constituído um núcleo

específico de profissionais ligados à Agroecologia, que tem como uma das metas, trabalhar o tema no coletivo de técnicos.

A formação dos técnicos, no entanto, deve ser analisada novamente no contexto geral da sociedade, onde os papéis sociais e o treinamento profissional se dá, historicamente, a partir de interesses de grupos dominantes.

Para Moreira e Lima (2008) a formação técnico-científica dos profissionais traz a natureza como algo externo da sociedade. O mundo da formação técnica é reducionista, como é também a formação disciplinar na ciência moderna:

Nesse sentido, podemos dizer que as especialidades e as formações profissionais são reducionistas. Reduzem a complexidade do mundo vivido examinando um dos seus componentes. Essa também é a história das diversas disciplinas científicas. (MOREIRA E LIMA, 2008, p. 320)

Levando-se em conta que a Agroecologia prevê a integração dos diversos matizes da vida social, encontramos um enorme desafio entre a construção dessa proposta por profissionais formados na especialização técnica isolada da dimensão humana. Tanto as técnicas quando a ciência são condicionadas histórico-culturalmente, assim como também a formação dos profissionais.

As escolas de formação técnica funcionaram tradicionalmente aliadas a políticas educacionais oriundas dos poderes hegemônicos, conforme analisa Moreira e Leite (2008) no trabalho intitulado “Identidade social e natureza: tensões entre saberes da assessoria técnica em assentamentos rurais”. A formação meramente técnica nas escolas e faculdades agrícolas ajudam a explicar a dificuldade de muitos técnicos em -mesmo tendo a intenção- se desvincular do seu aprendizado profissional.

Para vislumbrar sobre o perfil do profissional podemos novamente recorrer a Paulo Freire, que nos fala sobre o “profissional comprometido”. Para o pedagogo, este profissional é aquele que estando no mundo, sabe-se nele, ou seja, tem a consciência do quanto estar no mundo o condiciona, possibilitando transpor os limites impostos por esse mundo. Se não for assim, o ser no mundo é a-histórico, não podendo se comprometer e não podendo transformar o mundo com suas ações (FREIRE, 2011a).

As reflexões de Freire tocam no específico do tema desse tópico quando alertam que quanto mais alguém se capacita como profissional (sendo conhecedor de um patrimônio cultural que é de todos) mais aumenta a responsabilidade como homens. Assim

Não posso me deixar seduzir pelas tentações míticas, entre elas a da minha escravidão às técnicas, que sendo elaboradas pelos homens, são suas escravas e não suas senhoras. (...) Não devo julgar-me, como profissional, “habitante” de um mundo estranho; mundo de técnicas e especialistas salvadores dos demais, donos da verdade, proprietários do saber, que devem ser doados aos “ignorantes e incapazes” (FREIRE, 2011a, p.25)

O compromisso, portanto, de um profissional da Reforma Agrária que a veja sob esta visão criticada, não pode ser verdadeiro, não pode ser o compromisso do profissional, em cuja ação de caráter técnico se esquece o homem ou se o minimiza, pensando, ingenuamente, que existe o dilema humanismo-tecnologia. E, respondendo ao desafio do falso dilema, opta pela técnica, considerando que a perspectiva humanista é uma forma de retardar as soluções mais urgentes.” (FREIRE, 2011a, p.27e 28)

Essa na verdade, coincide com a abordagem difusionista da Revolução Verde, onde a tecnologia é trazida pelos especialistas e oferecidas (como se estivessem acima da realidade) aos agricultores “receptivos”.

Se a educação atual será capaz de formar os profissionais comprometidos é uma pergunta que deve ser feita, ainda que sua resposta leve a outras encruzilhadas históricas.

**2.4.3 Estrutura institucional e infra-estrutura: *Era uma terra muito engraçada...* “Não tinha mercado, não tinha energia, não tinha como fazer muita coisa... não tinha estrada, não tinha nada. Tudo era difícil. Foi na base da vontade *mermo*”.**

Eu acho a falha, hoje, de não ter continuado... de vez em quando aparece um [técnico], *óia* a área, sabe? Num falta não, pra *olhá*, vem e diz como é, o que tá *precisano* o que num tá, sempre vem, num sabe... agora assim num é definitivo... agora eles num *isquecero* da gente não. (Maria das Virgens, Agricultora, Assentamento Paulo Freire II)

Se a gente tivesse acompanhamento certo eu acho que a gente não tinha tomado tanto prejuízo que a gente teve não. Comprar muda de laranja, muda de maracujá, de tudo, muda de coqueiro, tudo e terminar em quê? Em prejuízo? Que lucro a gente teve? Nada! O que a gente tem hoje é a dívida dessa altura pra pagar. (Givalda, Agricultora, Assentamento Paulo Freire II)

Eu não quero mais nenhum lá dento [técnico], por que eles quando vem *praqui*, vem *falano bunito* e *dizeno* que vai assumir *cum* os calendário deles de visita, só a primeira vez, as pessoa assina tudo, fica tudo convencido aí, quando pensa que não, desaparece. (Ivanilson, Agricultor, Assentamento Paulo Freire II)

Rapaz, ele vinha [o técnico] em 15 em 15, *as vez* num vinha em 15 em 15, vinha em 8 em 8, depois parou por *compreto*. (Diana, Agricultora, Assentamento Paulo Freire II)

Se não aparece nenhum não, mais eles não são culpados não, culpada e a empresa que contrata eles. Tem gente que gosta de culpar o *tecno*, não é o *tecno*. O *tecno* é pago para fazer aquilo, mas se for pago, se não for pago, quem e que vai? (Cabelinho, Agricultor, Assentamento Paulo Freire II)

Você ganha pra prestar um serviço aqui, você não tá recebendo, como é que eu vou cobrar de você? Entendeu? Então fica até difícil avaliar o trabalho da pessoa, do técnico da assistência, por que ele tinha um argumento. De dizer que não tinha como ser melhor porque *tá* sem receber. (Agnaldo, Agricultora, Assentamento Paulo Freire II)

Aqui dona Maria das Virgens, Givalda, Diana e Ivanilson trazem o tema da descontinuidade do serviço que é considerado como uma das maiores falhas da ATER. Evidentemente, isso não está relacionado à responsabilidade do técnico, mas a um descompasso entre o encerramento de um convênio ou contrato e o começo do outro. O assentamento contou com uma ATER no início do assentamento (a partir do ano 2001), que pelos relatos durou de 3 a 4 anos. Depois desse período o INCRA ficou sem um programa de ATER com técnicos contratados, passando essa atividade a ser realizada pelos próprios funcionários da instituição. Foram assinados alguns convênios pontuais entre os anos de 2004 e 2008, porém incapazes de atender na totalidade os assentamentos. Nestes depoimentos os assentados provavelmente se referem ao último convênio de ATER, que foi assinado em 2009. Esse convênio teve um problema com relação ao pagamento dos técnicos, segundo o coordenador de ATER do INCRA, o órgão interveniente de execução da ATER era réu em uma ação trabalhista, e por conta disso, o dinheiro repassado pelo INCRA ficava impedido de chegar até a empresa executora do serviço de ATER, ocasionando o atraso de mais de 8 meses no pagamento dos salários.

Os convênios foram um instrumento muito problemático neste sentido. A Lei de ATER de 2010 muda esse formato instituindo o instrumento jurídico do contrato para as atividades de ATER. O INCRA está no seu segundo contrato de ATER (um de 2010 e outro de 2012) onde o problema do atraso dos salários e descontinuidade de serviço foi amenizado. O que não se pode prever é a pronta continuação do serviço quando do vencimento de um contrato e a necessidade de nova chamada pública para a sua renovação. Os investimentos para a área estão condicionados a políticas de governo, que em determinados momentos estão favoráveis a ATER e à Reforma Agrária, mas em outros são interrompidos provocando a descontinuidade ou mesmo desmonte dos programas.

Além da descontinuidade do serviço, os assentados relataram a constante mudança de técnicos na área:

E teve foi várias por que mudou sequênciade *tenico*, nesse período aqui nos tivemos de cinco a seis *tenico* diferente, então é isso que eu *to* dizendo a você prejudicou muito nesse sistema de mudança, por que daqui que você se adequar a um trabalho junto aquela comunidade é diferente daquele que já veio *continuano*, né? Já *tá* com mais afinação na discussão, a forma de fazer reunião influi muito, por que é da reunião que sai o planejamento da produção e isso tinha muito que *haver*. (Terinho, Agricultor, Assentamento Paulo Freire II)

Teve no início... só que entrava um, saía. entrava o to, saía. Aqui teve muitos... (Maria das Virgens, Agricultora, Assentamento Paulo Freire II)

Junto ao problema da descontinuidade do serviço, algumas pessoas relataram que houve uma mudança de técnicos ao longo do tempo. Para os assentados essas mudanças interferiram no resultado do trabalho, pois havia interrupções e reinícios constantes, dando inconstância ao processo. É evidente que as falas tratam de questões de ordem subjetiva, restando saber qual a posição institucional no que diz respeito a um nivelamento da equipe com relação às suas atividades.

Outro assunto relacionado foi a visita do técnico no lote de uns e não de outros, indicando provavelmente a insuficiência de técnicos para atender a contento todas as áreas:

De vez em quando vem uns... óia o lote de uns, não óia de otos, por que o certo, quando vem uma pessoa assim, que vem de fora, que vai olhar dois lote, três, tem que olhar todos lote. Que é 24 família. Vem *ni* uns e num vai *ni* otos. Eu acho um erro isso. Porque se seu fulano tem alguma coisa, eu também tenho. (Maria das Virgens, Agricultora, Assentamento Paulo Freire II)

Alguns problemas mencionados dizem respeito à falta de infra-estrutura inicial na fundação do assentamento, que implicaram diretamente sobre as iniciativas produtivas da ATER, pois inviabilizavam o transporte, a comercialização e a estruturação das famílias. Esse aspecto, ao que parece, foi desprezado pelos idealizadores dos projetos produtivos, novamente evidenciando o olhar fragmentado da realidade social:

A gente tem algumas dificuldades no começo, não tinha CONAB, não tinha mercado, não tinha energia, não tinha como fazer muita coisa, não tinha estrada, não tinha nada. Tudo era difícil. Foi na base da vontade *mermo*. *Copiano* coisa que a gente já via por aí na agricultura familiar e além que quando você implanta acaba o dinheiro e agora que você tem que tocar o que foi implantado, tem que se alimentar, tem que alimentar a família, entendeu como é difícil? (Agnaldo, Agricultor, Assentamento Paulo Freire II)

**2.4.4. Metodologia e valorização do saber camponês: “*Eu só gosto de trabalhar assim: teoria e prática. Não venha só com teoria, teoria é hoje, amanhã é prática*”**

Eles insinuava até como a gente cavava a cova pra plantá o maracujá, como era que fazia praplantá o coqueiro... teve muitas coisa, no maracujá, que eu nunca trabalhei com maracujá, eles acompanhava. O maracujá enquanto tinha deu bom...foi tudo com o técnico... porque a gente não sabia de nada [sobre o maracujá], eu mermo não sabia... eu via maracujá, mas eu nunca trabalhei *ni* maracujá...mas tinha o acompanhamento deles, ensinar como era... podar, fazia a flor, tudo isso teve... nessa parte eles foro bom. (Maria das Virgens, Agricultora, Assentamento Paulo Freire II)

Porque quando meu marido fez o projeto eles *ensinava* como era que se *prantava*, eles iam pro lote e ensinavam, como era que se prantava. Foi bom, foi maravilha, depois que prantou, que já *tava* grande, desapareceu... (Givalda, Agricultora, Assentamento Paulo Freire II)

O que dona Maria da Virgens e Givalda nos relatam é a transferência de conhecimento e tecnologias como práticas do serviço de ATER. Não houve nestes caso a construção do conhecimento com os agricultores, por meio da problematização e experimentação mediada pelo diálogo de saberes, ao contrário, o “conhecimento” foi trazido pelo técnico e saiu também com ele, pois quando deixa o assentamento acaba a continuidade das culturas recomendadas.

Durante a entrevista de D. Maria das Virgens, ela foi complementada com o comentário do esposo, que acompanhava a conversa: “*depois que o mangangá tomou conta, pronto! Acabou-se!*”, referindo ao ataque de um inseto que não souberam controlar pois não dominavam o trabalho com o maracujá, assim, no primeiro problema, perderam a plantação.

Se vier e dizer, separe ai um lugarzinho no seu lote pra gente trabalhar, conte comigo. Eu só gosto de trabalhar assim, teoria e prática. Não venha só com teoria, teoria é hoje, amanhã é prática. (Cabelinho, Agricultor, Assentamento Paulo Freire II)

O agricultor sintetiza um descontentamento, que foi expresso por outros entrevistados, que é a postura exemplar, no sentido pedagógico da palavra, que deve ter o técnico no desempenho de sua atividade. O relato possibilita uma reflexão com relação a abordagem educacional da ATER. Neste caso, o assentado reclama uma forma de “fazer junto” e rechaça a postura de alguém que diz o que fazer a partir da sua própria visão. Esse depoimento

contesta a postura convencional do extensionista que se coloca no papel de proferir a palavra com superioridade.

Sobre a relação de poder existente entre quem exerce a palavra e a escuta, que está presente na educação convencional, nos fala Brandão (2012)

O direito de falar e ser ouvido é o ofício do senhor. Os súditos calam ou repetem a palavra que ouvem, fazendo seu o mundo do outro. Porque a diferença entre um e outros em que o primeiro detém a posse do direito de ditar a ordem do mundo social. Ele é quem transformou um dever coletivo e anterior de dizer, no que poder de ditar e ser, assim, obedecido. (BRANDÃO, 2012, p.8)

Para o autor, a postura de “dizer” pertence à classe dominante e não pode ser exercida por qualquer homem que esteja empenhado na busca por liberdade. Para estes o dever é de “redizer o mundo”, “reescrever a palavra” e isso só é possível, conforme exposto na perspectiva freireana através do diálogo verdadeiro que se dá entre sujeitos.

Esse pensamento de Paulo Freire parece ser outra maneira de dizer o que disse o agricultor sobre a teoria e a prática:

Na verdade, se dizer a palavra é transformar o mundo, se dizer a palavra é privilégio de alguns homens, ninguém pode dizer sozinho a palavra. Dizê-la sozinho significa dizê-la para os outros, uma forma de dizer sem eles e, quase sempre, contra eles. Dizer a palavra significa, por isso mesmo, um encontro de homens. Este encontro que não pode realizar-se no ar, mas tão-somente no mundo que deve ser transformado, é o diálogo em que a realidade concreta aparece como mediadora dos homens que dialogam. (FREIRE, apud Brandão, 2012 p. 113)

Uma outra dimensão fundamental, que deve ser valorizada no trabalho na nova ATER, é a experimentação camponesa, ou seja, o trabalho de pesquisa curiosa comumente realizada pelos agricultores

Eu acho que nessas terra já a gente fez num sei o que do solo, como é que chama? análise do solo. E até hoje ninguém sabe o resultado do que na verdade a gente tem que plantar aqui. Aí a gente mermo meteno a cabeça mermo, assim... por a gente mermo, vou testar isso, vou testar aquilo, aí por isso que a gente fazia: nunca prantava uma coisa só, né? Sempre variada, vou testar isso, vou testar aquilo, mas se fosse pelo técnico mermo... (Givalda, Agricultora, Assentamento Paulo Freire II)

Na aprendizagem agroecológica a base da construção do conhecimento é o saber do agricultor sobre sua realidade. Trata-se de reconhecer que o técnico não domina o

conhecimento e assim empenha-se por um diálogo mais franco com os camponeses, que pelo que vimos, depositam uma carga enorme de expectativa na “infalibilidade” da sua orientação. E ainda mais, aborda sobre o uso de uma tecnologia (a análise de solo) à qual não tem acesso com facilidade, dependem de mediadores –que neste caso, não se mostraram tão interessados em fazer chegar os resultados, segundo Givalda. Arriscaria dizer que é preferível a valorização do saber camponês sobre a terra, ao invés de oferecê-lhe uma tecnologia da qual ficará dependente. Ou, como alternativa, trabalhar com tecnologias acessíveis, que ele pode igualmente recusar ou aceitar. Existem metodologias para um nível de análise de solo, por exemplo, que podem ser realizadas pelos próprios agricultores com produtos facilmente encontrados e manuseados por eles.

A experimentação e a experiência camponesa aliada ao diálogo técnico é que pode favorecer a construção do conhecimento para que se evite a substituição de uma forma de conhecimento por outro (FREIRE, 2011, p. 27). O conhecimento para Paulo Freire só se realiza pelos sujeitos em face do seu estar no mundo, na busca constante de respostas sobre a sua própria realidade, através da invenção e da reinvenção.

Conhecer, na dimensão humana, que aqui nos interessa, qualquer que seja o nível em que se dê, não é o ato através do qual um sujeito, transformado em objeto, recebe, dócil e passivamente, os conteúdos que outro lhe dá ou impõe. (FREIRE, 2011, p. 28)

Pensar essas questões é também pensar a comunicação que se estabelece entre os sujeitos:

Foi bom... num foi ruim não... foi bom, que a gente aprendeu um *bucado* de coisa, *eles ensinô, nós ensinô* a eles também, que o que a gente sabia a agente *ensinô* e assim foi *levano* a vida. (Diana, Agricultora, Assentamento Paulo Freire II)

[A comunicação] Aqui toda vida foi boa. Sempre quando *eles vem praquieles* procura essa maneira de diálogo, entendeu? Se aproximar do produtor, isso é importante, por que se não for dessa forma também não tem como resolver o problema. (Terinho, Agricultor, Assentamento Paulo Freire II)

A abordagem simpática dos técnicos é uma coisa marcante nas entrevistas, o que leva a refletir sobre a importância da adoção de metodologias participativas no trabalho do aprendizado agroecológico, mas também sobre os limites da participação num universo marcado pela autoridade de um saber sobre outro.

Segundo Pretty e Vodouchê citado por Caporal (2004b) o uso de abordagens participativas promove a aproximação entre técnicos e agricultores facilitando o aprendizado de uns pelos outros, além de incentivar a confiança de que o profissional será capaz de ajudar o agricultor, sem lhe impor sua visão e solução acabada. No entanto, dentro dessa abordagem é importante estar atento para as nuances que pode ter a participação pretendida. Para Caporal (2004a), a partir de adaptações de Pretty e Gaventa, existe uma tipologia da participação indicando como as pessoas participam ou podem participar em programas e projetos de extensão: 1- participação manipulada –onde há um representante não eleito que fala em nome das pessoas; 2 - Participação passiva –as decisões são informadas, sem que haja um processo de escuta dos interessados; 3 - Participação por consulta –as pessoas são consultadas a partir de uma problemática trazida pelo técnico, que controla dessa forma a análise do processo; 4 - Participação por incentivos materiais –as pessoas são motivadas por trocas materiais, sem participar efetivamente do processo de aprendizagem; 5 - Participação funcional –é estabelecida pelo agente externo para o cumprimento das suas metas, mas normalmente depois que as decisões importantes já foram tomadas; 6 - Participação interativa –envolvimento das pessoas na análise da realidade. Envolve processos de aprendizagem sistemáticos e estruturados; 7 - Participação mediante acompanhamento –atuação da ação social coletiva apoiada por agente externo. As alternativas e decisões são tomadas pelos participantes; 8 - Auto-mobilização –nível de participação que independe de agentes externos, onde pode haver a busca por recursos e assessoria, mas com o controle de uso do recursos definido pelo grupo.

Diante disso, é preciso ter clareza para que a participação não se transforme em discurso vazio, sem representar a busca de autonomia dos grupos com os quais se trabalha. É comum alegar a “indisposição” dos camponeses para essa participação, o que nos leva a pensar sobre a “cultura do silêncio”. Freire (2011) argumenta que o silêncio do camponês tem razões de ordem históricas e sociais. Para ele, a estrutura vertical latifundiária impõe uma hierarquia social que coloca o camponês em posição de “naturalmente” inferior: “Sem o direito de dizer a sua palavra, e apenas com o dever de escutar e obedecer” Neste tipo de estrutura não há realmente lugar para o dialogo e é natural que o homem rural apresente desconfianças com relação aos que propõem dialogo com ele. E há a desconfiança com relação a eles próprios. “Introjetam o mito de sua ignorância absoluta” (Freire, 2011, p. 61)

Seja como for, com mais ou menos dificuldade, não será com o antidiálogo que romperemos o silêncio camponês, mas sim com o diálogo em que se problematize seu próprio silêncio e suas causas (FREIRE, 2011, p.61 e 62).

Em alguns de seus textos Freire (2011, 2011a, 2011b) aborda a mudança de estrutura do latifúndio para o assentamento. Para ele a Reforma Agrária exige um olhar crítico sobre as mudanças que podem ser operadas na segunda estrutura. Não se pode esperar que as transformações ocorram mecanicamente, esquecendo-se de que elas ocorrem no domínio da história e da cultura e que a visão mecanicista reduz os camponeses a “objetos” da transformação.

Daí que se impunha, a todos os que atuam no processo de reforma agrária, que levem em conta os aspectos fundamentais que caracterizam a existência camponesa na realidade do latifúndio.

Somente a ingenuidade tecnicista ou mecanicista pode crer que, decretada a reforma agrária e posta em prática, tudo o que antes foi já não será; que ela é um marco divisório e rígido entre a velha e a nova mentalidade.

Na visão crítica do processo de reforma agrária, esta, pelo contrário, é uma ação totalizada que incide sobre uma totalidade, que é a realidade que será transformada, sem que isto signifique que a nova realidade que vai surgir não esteja marcada pela anterior. (FREIRE, 2011)

Com essas afirmações, o autor defende a necessidade da problematização da realidade em qualquer processo educativo, através da qual as coisas e os processos possam fazer sentido aos educandos. Do contrário teríamos um conhecimento estático, a-histórico e sem significado real. O verbalismo abstrato este sim, para Freire, representa perda de tempo.

Seria ingenuidade esperar que a simples mudança de lugar –do latifúndio para o assentamento– representasse uma quebra dessa relação. Por isso mesmo, o diálogo deve ser insistentemente perseguido na busca pela participação efetiva dos sujeitos. Isso se faz através de metodologias que procuram romper o silêncio e que valorizem o camponês, a sua experiência e a sua linguagem.

No acompanhamento do processo que se desenvolve na ATES/ATER, considerei de muita importância o aspecto metodológico, pois representa uma possibilidade de atuação efetiva dos profissionais na efetivação das orientações de construção do conhecimento agroecológico em estruturas horizontais de diálogos. Este não “salvará o mundo”, é verdade, pois pudemos verificar os entraves estruturais de consolidar uma ATER empenhada na Agroecologia, mas oferece uma possibilidade de reflexão e aprendizado para que agricultores

e técnicos redefinem seus papéis nesse contexto de consolidação de uma proposta agroecológica e é por este motivo que o próximo capítulo estará dedicado a este tema.

O quadro abaixo de Caporal (2004b)<sup>11</sup> nos auxilia na visualização dos dois polos da Extensão Rural e nos incita a refletir sobre os matizes existentes entre um e outro, conforme pudemos verificar na atuação da ATER no assentamento Paulo Freire. Se pensássemos em uma coluna intermediária, esta poderia refletir o resultado da pesquisa de campo, indicando os caminhos de uma proposta em construção, que se deseja agroecológica, mas está –ainda– atrelada a práticas e conceitos do modelo convencional.

INDICADORES	EXTENSÃO RURAL CONVENCIONAL	EXTENSÃO RURAL AGROECOLOGICA
Bases teóricas e ideológicas	Teoria da difusão de inovações. Conhecimento científico em primeiro lugar	Desenvolvimento local. Agricultor em primeiro lugar. Resistência dos camponeses.
Principal objetivo	Econômico. Incremento de renda e bem estar mediante a transferência de tecnologias. Aumento da produção e produtividade.	Eossocial. Busca de estilos de desenvolvimento socioeconomicamente equilibrado e ambientalmente sustentável. Melhorar as condições de vida com proteção ao meio ambiente.
Compreensão sobre Meio Ambiente	Base de recursos a ser explorada para alcançar objetivos de produção e produtividade. Aplicação de técnicas de conservação.	Base de recursos que deve ser utilizada adequadamente de forma a alcançar estabilidade nos sistemas agrícolas. Evitar ou diminuir impactos ao ambiente e aos estilos de vida.
Compreensão Agricultura	Aplicação de técnicas e práticas agrícolas. Simplificação e especialização.	Processo produtivo complexo e diversificado,

---

<sup>11</sup>Francisco Roberto Caporal, é um extensionista histórico do Rio Grande do Sul e teve sua trajetória profissional voltada para a construção da mudança na prática extensionista. Esteve no Ministério do Desenvolvimento Agrário, à frente do Departamento de ATER (DATER) durante o processo de reformulação da PNATER.

		em que ocorre a co-evolução das culturas e agroecossistemas.
Agricultura Sustentável	Intensificação verde. Aplicação de tecnologias mais brandas e práticas conservacionistas em sistemas convencionais.	Orientação agroecológica. Tecnologias e práticas adaptadas a agroecossistemas complexos e diferentes culturas.
Metodologia	Para transferência de informações e assessoramento técnico. Participação funcional dos beneficiários.	Para recuperação e síntese do conhecimento local, construção de novos conhecimentos. Investigação-ação participativa.

Quadro 2.3. - Alguns elementos para a comparação entre tipos de extensão. Fonte: Caporal, 2004b.

Para a construção e implantação de um programa que esteja voltado para a Agroecologia, não bastam boa vontade e intenção, apesar de estas serem indispensáveis. É necessário que uma série de fatores se encontrem, alguns que estão no nível de mudanças subjetivas, por tratar-se de um processo muito novo e exigir que as pessoas abandonem a sua zona de conforto. No entanto a grande maioria são de ordem estrutural, tendo que ser disputados no nível político. Vou listar, para efeito de resumo, os que ficaram evidentes e apareceram nas falas e percepções dos agricultores e foram apresentados ao longo do capítulo:

- Estruturação do INCRA para a viabilidade das ações propostas e para que se evite a descontinuidade do serviço;
- As condições de financiamento do projeto produtivo/ sistema de crédito;
- Incentivos para a permanência dos agricultores e os jovens na terra;
- Condições gerais de infra estrutura como estradas, acesso a energia elétrica etc
- Articulação efetiva entre as várias áreas do conhecimento para nortear as ações;
- Descentralização da informação;
- Valorização do saber camponês, suas experiências e iniciativas e incentivo à experimentação;

- Uso de metodologias participantes e incentivo à participação efetiva através do diálogo para a construção do conhecimento, de novos valores e redefinição de papéis.
- Formação dos técnicos

## CAPÍTULO 3 - HORIZONTES PARA O APRENDIZADO AGROECOLÓGICO, PAPEL DOS ATORES E AVANÇOS METODOLÓGICOS

### 3.1. EXPECTATIVAS COM A NOVA ATER NA REFORMA AGRÁRIA EM SERGIPE

Eu acho que agora essa [ATER] vai ser diferente, o modelo como *ela foi criado*, como *tá organizado*. Eu acho que vai mudar quando o pessoal, *os assentamento* se organizar mais. (Agnaldo, Agricultor, Assentamento Paulo Freire II)

De camponês a camponês, eu acho que é um *dos caminho*. Só trabalhando a consciência das pessoas *pra* lidar com a terra, né? (Ivanilson, Agricultor, Assentamento Paulo Freire II)

O documento base da PNATER que guiou iniciativas como a criação da ATES foi institucionalizado em 2010, através da Lei 12.188/2010, estabelecendo que a contratação das entidades executoras se desse por meio de Chamadas Públicas, alterando a Lei 8.666/93 (Lei Federal de Licitações e Contratos) para que a contratação pudesse ser feita através de dispensa de licitação, onde o instrumento legal que formaliza o vínculo entre o INCRA e a empresa executora passa a ser o contrato. Essa é uma situação jurídica mais segura com relação aos convênios –formato anterior de contratação– garantindo, por exemplo, a continuidade e os recursos para a execução das atividades pelo tempo estipulado pelo contrato (normalmente um ano, podendo ser aditivado sem necessidade de novo edital por mais quatro anos).

Em Sergipe foram realizadas duas chamadas públicas até agora: a primeira em 2010 e a mais recente, em 2012. O serviço de ATES/ATER só se universaliza no estado com a última chamada, onde a Agroecologia aparece no edital como um esforço mais amadurecido –com relação ao anterior– da equipe que o elabora.

A Chamada Pública de 2010 trouxe a Agroecologia como uma orientação norteadora de cunho geral sem, no entanto, fazê-la concreta nas metas e objetivos do programa. O projeto básico da chamada pública aborda a perspectiva agroecológica em apenas dois momentos: ao mencionar um dos princípios gerais da ATES “*Adotar uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, estimulando a adoção de novos enfoques metodológicos participativos e de*

*um paradigma tecnológico baseado nos princípios da Agroecologia”* e ao descrever os perfis dos técnicos que devem ser contratados, onde é mencionado genericamente que na composição dos núcleos deve-se observar a experiência e atuação dos profissionais na Reforma Agrária *“priorizando-se técnicos (as) com especialização nas áreas de agricultura familiar, agroecologia, cooperativismo e associativismo”*<sup>12</sup>

O edital, dessa forma, evidencia, nesta chamada, mais uma orientação generalista do que uma possibilidade concreta de atuação da ATER na construção da Agroecologia nos assentamentos.

As metas do programa, previstas no projeto básico do edital de 2010, estabeleciam: a elaboração de planos de trabalho, projetos para execução de créditos do INCRA, Plano de Desenvolvimento do Assentamento, Plano de Recuperação de Assentamento, orientações sobre o manejo dos sistemas produtivos e as atividades complementares, onde é sugerida a orientação para acesso aos mercados institucionais, organização das mulheres e atividades na “dimensão ambiental”. Os parâmetros para verificação de cumprimento das metas são quantitativos, como número de visitas técnicas, reuniões, oficinas e elaboração de projetos. Nesse formato de aferição vale muito mais a quantidade dessas visitas e projetos do que os impactos resultantes da atuação da ATER.

A proposta da Agroecologia é considerada nova para as instituições e, geralmente, os agentes, embora tendo a intenção, não têm a clareza dos procedimentos e orientações necessárias para o estabelecimento de ações e metas dentro dessa proposta. Assim, a maneira como a Agroecologia vem se apresentando nos projetos, programas e políticas públicas é processual, onde o conceito vai sendo compreendido e os agentes vão aprendendo a construir as possibilidades de atuação. A ATER no INCRA de Sergipe é um bom exemplo, a chamada pública de 2012 demonstra essa construção, trazendo elementos que sugerem –embora ainda incipiente– um amadurecimento institucional para abordar o tema.

A construção da Chamada Pública da ATER/ATER 2012 se fez com a identificação, pela equipe do INCRA, das demandas nos assentamentos de Reforma Agrária, conforme documento já mencionado no 2º capítulo: *“Diagnóstico com as famílias assentadas dos PAs do Estado de Sergipe”*, cujo objetivo era “construir com as lideranças dos projetos de

---

<sup>12</sup> Projeto Básico da Chamada pública 2010 – SR-23 (Superintendência de Sergipe), disponível em: [incra.gov.br/index.php/ater-sr-23](http://incra.gov.br/index.php/ater-sr-23)

assentamentos de reforma agrária a proposta da chamada pública de ATES no ano de 2012 visando uma assistência técnica de qualidade e com base nos anseios das famílias assentadas”, segundo o próprio documento. As demandas foram identificadas através de oficinas e trabalhos em grupo com os representantes dos PAs e lideranças dos movimentos sociais envolvidos. Foram realizadas nos quatro territórios do estado: Baixo São Francisco, Alto Sertão, Sertão Ocidental e Sul Sergipano, onde foi apresentada a Política Nacional de ATER aos participantes, que em seguida discutiram em grupos os pontos positivos e negativos do serviço de ATER, além das perspectivas futuras.

A atitude representa um esforço metodológico de construção participativa, visando conhecer a realidade e traçar metas para atender as demandas reais e o enfrentamento dos problemas vividos nos assentamentos.

Os pontos positivos e negativos de atuação da ATER levantados pela equipe do INCRA foram discutidos e apresentados pelos grupos de representantes dos assentados (conforme exposto no capítulo 2) e sobre as expectativas com relação à Assistência Técnica e Extensão Rural os mesmos grupos do Território Sul Sergipano trouxeram o seguinte:

Futuro – O que queremos?	GRUPOS			
	1	2	3	4
Cronograma de atividades por PA a serem executadas pelos técnicos da ATES	X	X		X
Visita periódica aos lotes	X	X		
Encaminhamentos para acessar os benefícios da Previdência Social (Ex.: Salário maternidade, auxílio doença e aposentadoria)		X		
O técnico tem que cobrar dos assentados que os mesmos sigam orientações das equipes de ATES		X		
Elaborar projetos para recuperar áreas degradadas (PRA)	X	X		X
Realizar palestras de Educação Ambiental (temas sugeridos: lixo, queimadas e desmatamento)		X		
Fomentar o desenvolvimento e o fortalecimento de manifestações culturais, tais como danças, músicas e oficinas		X		
Incentivar o desenvolvimento de atividades com os jovens que os distanciem do mundo das drogas		X		
ATES que incentive a agrobiodiversidade	X		X	
Estimular a organização para a comercialização dos produtos oriundos da reforma agrária (feiras livres etc)			X	
ATES que tenha uma visão integrada entre as dimensões ambiental, social*, econômica e cultural			X	

*técnico sensível às necessidades das famílias e dos movimentos sociais				
Realizar oficinas participativas e treinamentos sobre os temas: direitos humanos, meio ambiente, saúde, defensivos orgânicos, cooperativismo, associativismo (e outras formas de organização coletiva), beneficiamento de produtos, lazer, esporte, educação	X			X
Analisar a viabilidade de projetos	X			
Análise de solo antes da execução das ações	X			
Fomentar a mobilidade dos assentados	X			
Fomentar a criação de quintais produtivos (diversificação da produção)	X			
Capacitação em Agroecologia	X			
Incentivar a criação de espaços de lazer (esporte para os jovens)	X			
Elaborar projetos de agroindústria, para a CONAB de acordo com a realidade local, PRONAF, merenda escolar, Apoio mulher, PRONAF jovem e reflorestamento	X			X
Elaborar projetos de agroindústria/beneficiamento (especialmente de subprodutos da mandioca, pescado e mel)	X			X
Ações para viabilizar a construção de um centro de comercialização				X
Ações para viabilizar a aquisições de barracas em feiras livres				X
Acompanhamento de projetos que estejam em fase de execução	X			X
Laudos de situação ocupacional				X
Ações para viabilizar a certificação de produtos orgânicos				X
Orientar para que os assentados apliquem os recursos corretamente em seus lotes	X			
Elaborar e fomentar projetos paisagísticos nos PAs	X			
Elaborar laudos de perdas das culturas financiadas pelos bancos	X			
Elaborar projeto que viabilize a construção de um centro de formação	X			
Ações de articulação junto ao INCRA no objetivo de: abertura de estradas em agrovilas e lotes grandes	X			
Buscar apoio junto ao SEBRAE para comercializar os produtos	X			
Buscar apoio para implementação de projetos voltados para a inclusão digital	X			
Demanda para contratar engenheiro civil para a elaboração de projetos	X			
Técnicos sensíveis às formas de organização dos movimentos sociais			X	
Apoio à juventude para a construção de viveiros			X	

Quadro 3.1 - A Assistência Técnica que queremos. Fonte: INCRA, 2012 Relatório interno “Diagnóstico com as famílias assentadas dos PAs do Estado de Sergipe”

A partir do diagnóstico e de reuniões com parceiros, como Banco do Nordeste, CONAB, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Sergipe (FETASE), MST, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a equipe do INCRA elabora o Edital para seleção da empresa prestadora de serviço, que executará a ATER nos territórios.

O objetivo desta Chamada Pública é disponibilizar ATER a 6.011 famílias assentadas em 128 projetos de assentamentos, em todo o Estado, *“a fim de torná-los unidades produtivas estruturadas sob o viés do desenvolvimento rural sustentável, considerando-se os aspectos social, organizacional e ambiental”*, conforme previsto no projeto básico.

Foram montados 8 núcleos operacionais, complementares ou reforçando os já contratados na Chamada Pública de 2010: Canindé do São Francisco, Poço Redondo, Complexo Jacaré-Curituba, Nossa Senhora da Glória, Simão Dias, Lagarto, Estância e Japarutuba.

Dentre os 101 técnicos contratados<sup>13</sup> houve a previsão de que 3 deles formariam um coletivo para a promoção da agroecologia, que embora pensado no início para atuar nos assentamentos, avançou no envolvimento de outros técnicos, provocando um movimento transversal dentro das equipes/núcleos de ATES/ATER.

Interessa aqui uma atenção especial a esta equipe que representa a estratégia de construção de uma proposta em Agroecologia para as áreas de assentamento através da ATES/ATER na Reforma Agrária. Os profissionais que foram contratados para promover a Agroecologia têm um trabalho em curso no Território Sul Sergipano onde estão ajustando e utilizando a metodologia “Camponês a Camponês”<sup>14</sup>, conforme veremos mais adiante.

Além dessa estratégia, este edital avança ainda com relação às metas, tendo estabelecido na meta 06 “Promoção da Agroecologia e soberania alimentar” (banco de

---

<sup>13</sup> Foi realizada a contratação total de 101 profissionais para a Chamada Pública, sendo 47 de nível superior e 54 de nível médio. Destes, compõe-se um quadro geral compostos de 31 profissionais de nível superior das áreas de ciências agrárias, biológicas, humanas, sociais e artes. E 51 técnicos com formação compatível com os serviços de ATER. E ainda, um quadro de especialistas (com experiência de mais de dois anos na área) distribuído da seguinte maneira: Nível superior com formação especificada: Gestão de Cooperativas (3), Irrigação (2), Experiência em Georreferenciamento (6), Agroindustrial (2), Agroecologia (3) e Nível Médio: Irrigação (2) e Agroindústria (1).

<sup>14</sup> Os três técnicos são integrantes do núcleo de Estância, que é composto, ainda segundo o edital, de 13 técnicos, entre eles 4 de nível superior e 6 de nível médio (além dos que trabalham com Agroecologia), com a obrigatoriedade de um profissional das artes, com experiência em cultura popular (teatro, música e folclore).

sementes/produção saudável e alternativas aos agrotóxicos) e na Meta 11 – “Fomento da Agroecologia”.

Para a meta 06 estão previstos os seguintes serviços: planejamento, mobilização e realização de um Encontro por núcleo com o tema “Agroecologia e Soberania Alimentar para a Reforma Agrária”, onde a metodologia proposta é de que o protagonismo do evento seja das famílias com vivência em Agroecologia, que deverão ser identificadas em visitas aos assentamentos.

A preparação para este evento foi iniciada com o “Seminário Estadual de Agroecologia”, que aconteceu de 04 a 08 de novembro de 2013, com a presença de Paulo Petersen e Irene Cardoso, Presidente e Vice-Presidente da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), além de quadros nacionais do MST que tratam do tema. O Seminário representou um momento importante de consolidação da proposta da Agroecologia entre os técnicos. Foram convidados todos os técnicos do estado (150), enfatizando-se que deveriam participar do encontro aqueles que se interessam pelo tema e estão dispostos a incluir na sua prática profissional a construção da Agroecologia em Sergipe. Participaram 60 técnicos com forte presença nas atividades, discutindo os desafios para o trabalho agroecológico na ATER/ATES na Reforma Agrária, qualificando a intervenção e conteúdo do evento. No penúltimo dia do evento foi realizado um planejamento que contemplasse as ações que cada técnico levaria consigo com o compromisso de implementar. Esse planejamento incluiu ações como: Formação de um coletivo por núcleo para o desenvolvimento e acompanhamento de experiências agroecológicas nos assentamentos; Realização de mutirões nos PAs para a construção de quintais agroecológicos; Intercâmbios entre agricultores e técnicos para a promoção das experiências; Realização de cursos e oficinas para a implantação de manejo agroecológico na pecuária; Identificação de guardiões, resgate e troca de sementes crioulas para a implantação de bancos de sementes; Produção de ervas para promover a fitoterapia; Manejo sustentável de recurso hídricos para a criação de propostas de irrigação; Identificação, sistematização e intercâmbios de experiências agroecológicas para a formação de redes de aprendizagem, entre outros.

Para a meta 11 estão previstas oficinas para a identificação de agricultores que desenvolvam práticas bem sucedidas de base agroecológica e intercâmbios entre as famílias. Há a previsão de um intercâmbio interestadual para a troca de experiências entre agricultores com experiência em Agroecologia.

Além das metas de intercâmbio, existe a previsão de realização de 20 oficinas de práticas agroecológicas, com a duração de 3 dias, com o objetivo de debater os princípios agroecológicos identificados nos assentamentos e propor novas práticas, que sejam condizentes com a realidade local.

São ainda metas setoriais (com relação ao total de assentamentos do estado), mas sem dúvida indicam o início de um processo que avança no debate necessário de como a Agroecologia pode se estabelecer como referência para a agricultura nos assentamentos da Reforma Agrária.

As atividades do coletivo de Agroecologia (como a dos demais técnicos contratados na chamada pública) começaram em abril de 2013 e estão todas em fase de desenvolvimento, impossibilitando uma análise dos seus resultados, já que a grande maioria das metas está em andamento.

Percebe-se o mesmo problema de quantificar ações (“produtos”) como parâmetro para aferir a efetividade do programa. O fato de um grande número de visitas e relatórios realizados, por exemplo, não indicam impactos concretos na realidade dos assentamentos. Muitas vezes, podem representar um esforço inútil, apenas para alimentar as exigências burocráticas, demandando tempo e energia para a execução.

Preferi assim, no lugar de apresentar tabelas com os quantitativos de cumprimento das metas, concentrar a atenção na estratégia de determinar um coletivo para a promoção da Agroecologia na ATES/ATES, levando em consideração que esse grupo já atuava nos assentamentos antes da contratação pelo INCRA. Dessa forma, esse capítulo aborda o trabalho desse coletivo, mostrando como funciona, quais atividades, resultados e limites encontram na construção do conhecimento agroecológico na Reforma Agrária em Sergipe.

### **3.2 DE CAMPONÊS A CAMPONÊS: A ADEQUAÇÃO DE UMA METODOLOGIA PARA O APRENDIZADO AGROECOLÓGICO**

A experiência que ficou conhecida como “camponês a camponês”, se inicia com a discussão do projeto “Construção do Conhecimento Agroecológico em Territórios de Identidade Rural por meio de intercâmbios em Redes Sociais” (CCAT), que foi elaborado por quatro extensionistas (entre eles os três agora contratados pela Chamada Pública), que tem um

histórico de atuação nas áreas de Reforma Agrária. Pode ser compreendido como o amadurecimento de um processo iniciado com as atividades no âmbito do Colegiado Territorial<sup>15</sup>, onde se discutia a “identidade” da região Sul, tradicionalmente produtora da citricultura. Os agricultores que participavam das reuniões no Território, no entanto, estavam empenhados em outras atividades e interessados na Agroecologia como proposta de melhoria das suas atividades, onde buscavam a diversificação da produção, a proteção dos recursos naturais como solo e água e a autonomia com relação ao mercado, na produção de seus próprios insumos como sementes e adubos e vias alternativas de comercialização. Neste contexto se formou a Rede Social de Aprendizado - RSA do Território Sul Sergipano, um coletivo de agricultores e técnicos que se formou para aproximar as pessoas e construir estratégias e alternativas para a promoção da Agroecologia naquele território.

Com a elaboração do Projeto CCAT em 2011 o grupo busca financiamento junto à Embrapa Tabuleiros Costeiros que, com o apoio de um pesquisador consegue a submissão da proposta e aprovação do projeto de pesquisa-ação.

O objetivo do CCAT coincide com o seu título, ou seja, pretende a construção do Conhecimento Agroecológico por meio da identificação, intercâmbios e sistematização de experiências com os agricultores em redes. O projeto tem como estratégia metodológica o “campesino a campesino” (MACHÍN SOSA et al., 2012, HOLT-GIMÉNEZ, 2008), que consiste exatamente na troca de experiências entre agricultores, construindo assim soluções para os problemas comuns. Segundo uma das proponentes e extensionista na Reforma Agrária:

O nosso projeto parte de uma premissa que é a seguinte: os agricultores, camponeses, em algum lugar, em algum momento de sua história, sua trajetória, do seu cotidiano, inventam soluções criativas para os problemas que enfrentam no seu dia-a-dia. Então, a ideia inicial do projeto é que há soluções para os problemas enfrentados por inúmeros agricultores. Ou seja, um agricultor vai dar solução para outro agricultor. Assim, trabalhamos para viabilizar essa troca de soluções entre produtores. Por isso o projeto se chama “Camponês a Camponês”. Identificamos agricultores que já tem uma experiência consolidada na Agroecologia e esses agricultores trabalham com os demais, ajudando-os a chegar no estágio de produção agroecológica. Reunimos os agricultores, providenciamos o transporte para deslocá-los à

---

<sup>15</sup> Trata-se de um fórum de discussão composto pelos poderes públicos e representantes da sociedade civil e tem como função “planejar ações e articular políticas públicas em prol do desenvolvimento rural sustentável do território e exercer o controle social sobre políticas e programas públicos”. Fonte: [http://portal.mda.gov.br/portal/sdt/programas/Territorios\\_rurais/10365008](http://portal.mda.gov.br/portal/sdt/programas/Territorios_rurais/10365008)

propriedade daquele agricultor que tem a solução. Estamos numa fase do Projeto em que eles mesmos estão tomando a liderança dessa organização, e assim, construímos juntos um processo de intercâmbio. Acreditamos numa maior eficácia na hora de também adotar a agroecologia como estilo de produção.<sup>16</sup>

Para a operacionalização das atividades foram formadas três redes de agricultores no Território Sul Sergipano, denominadas G1 (Grupo em torno do município de Estância), G2 (Grupo em torno do município de Indiaroba) e G3 (Grupo em torno do município de Arauá).

<b>Grupo</b>	<b>G1</b>	<b>G2</b>	<b>G3</b>
<b>Municípios componentes</b>	Estância e Santa Luzia do Itanhy	Indiaroba	Arauá, Tomar do Geru e Umbaúba
<b>Assentamentos participantes</b>	Paulo Freire II Rosa Luxemburgo Bispo Dom Helder 17 de abril Fusquinha Roseli Nunes Mucambo Pau Torto Vitória da União (Priapu)	Sete Brejos Joélia Lima	Carlos Gato 27 de abril Campo Alegre
<b>Famílias envolvidas</b>	30	10	25

Quadro 3.2 – Redes Sociais de Aprendizagem do Território Sul Sergipano. Fonte: Trabalho de Campo, 2013.

Mais recentemente (após a contratação dos técnicos pela ATES/ATER) foi formado o G4 no município de Itaporanga d’Ajuda com a participação dos assentamentos Padre Josimo, Darci Ribeiro, Dorcelina Folador, Dom Helder Câmera, com o número aproximado de 15 famílias, algumas, entre elas, de comunidades tradicionais (catadoras de mangaba). O mapa a seguir ilustra a espacialização da rede:

<sup>16</sup> Camponês a Camponês: uma realidade em Sergipe. Jornal EncontraAqui Edição 45 Set/out 2013, p. 10. Entrevista com Marília Fontes.

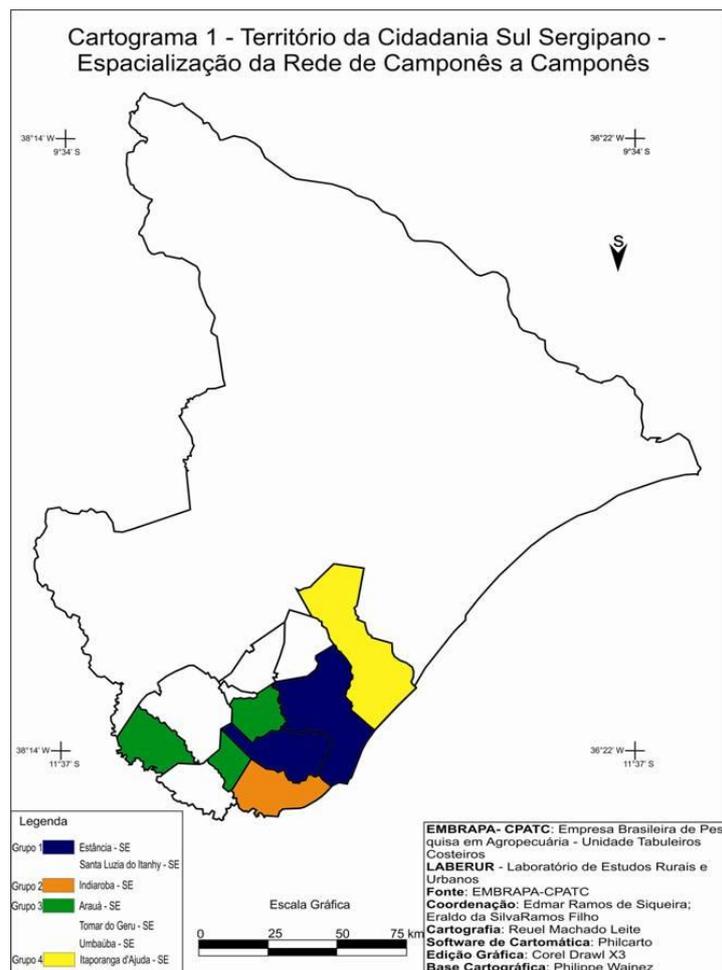


Fig. 3.1 – Espacialização da Rede Camponês a Camponês. Fonte: Arquivos do Projeto CCAT – Embrapa Tabuleiros Costeiros.

O projeto aprovado na Embrapa para ter duração de 3 anos, iniciou suas atividades de campo em junho de 2012 (Primeiro intercâmbio na Rede G1) e em abril de 2013 passou se integra à ATES/ATER, com a re-contratação dos extensionistas idealizadores do projeto. A contratação dos técnicos é resultado da Chamada Pública de 2012, que previa, como já foi mencionado, a composição de uma equipe com experiência em Agroecologia no Núcleo de ATES/ATER para o município de Estância.

Esses técnicos tem um histórico de atuação na ATES e na empresa vencedora da Chamada Pública, o Centro Comunitário de Formação em Agropecuária Dom José Brandão de Castro - CFAC. Com a contratação pelo INCRA, o projeto que depois ganhou a denominação “Camponês a Camponês” deixou de ter sua atuação apenas pelas ações da Embrapa e passou a atuar institucionalmente através da extensão rural na Reforma Agrária.

Tentando resumir esse processo podemos esquematizar da seguinte forma:

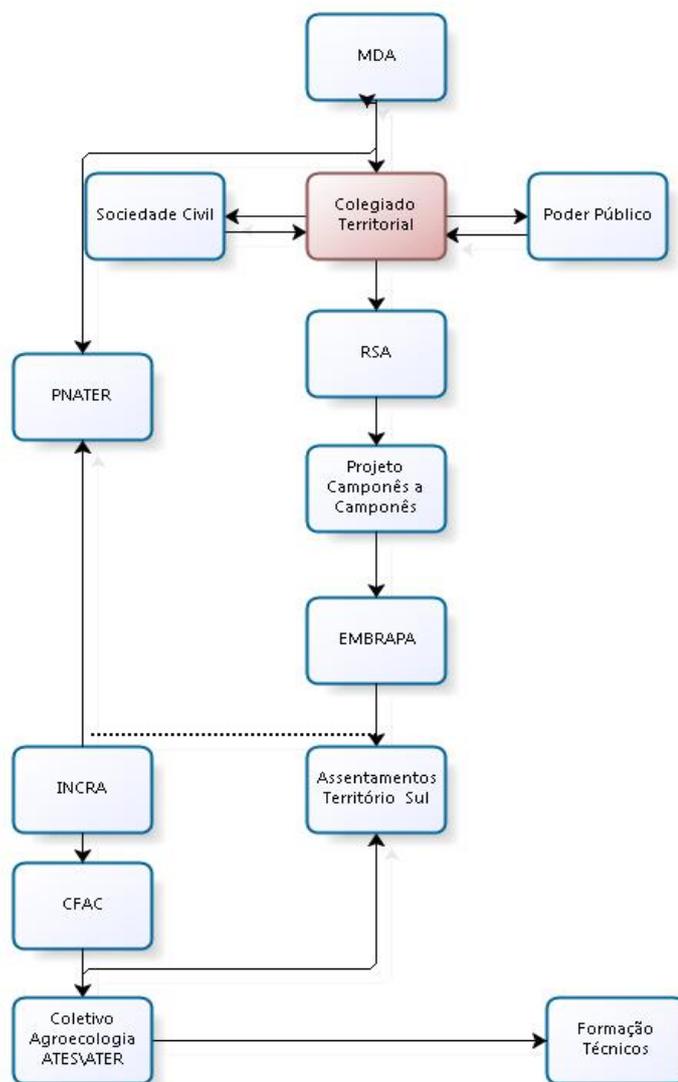


Fig. 3.2. – Instituições e atores envolvidos na construção da metodologia Camponês a Camponês.

As atividades e equipe do projeto foram ajustando e adequando o “camponês a camponês” para a realidade do Território Sul Sergipano, definindo as metodologias dos intercâmbios e da sistematização das experiências. Já o coletivo de ATER/ATER, além de continuar atuando nos assentamentos realiza a discussão com outros técnicos sobre as possibilidades de construção e promoção da Agroecologia na Reforma Agrária. Hoje já existe

um coletivo envolvido com a temática em cinco núcleos da ATES/ATER, ampliando portanto para os demais territórios sergipanos, pensando coletivamente as ações e o papel dos agricultores e técnicos no processo. A estratégia para a promoção da agroecologia e atuação dos atores é a metodologia Camponês a Camponês.

### 3.2.1 O que é o Camponês a Camponês?

A metodologia “campesino a campesino” tem suas origens nas comunidades Maya Kaqchikeles de Chimaltenango na Guatemala. Em 1972 houve uma experiência de um extensionista, que trabalhava para a Organização Não-Governamental (ONG) norte-americana *Vecinos Mundiales* nestas comunidades: o profissional havia desenvolvido técnicas eficientes para a produção de milho empregando adubação orgânica e práticas de cultivo adequadas para o terreno, tendo resultados mais favoráveis que os das plantações que usavam fertilizantes químicos. Esses insumos industriais haviam degradado o solo e endividado os pequenos agricultores. Como o extensionista não falava a língua local e somente alguns poucos camponeses falavam o espanhol, a maneira de fazer os agricultores conhecerem suas experiências foi através de demonstração e experimentação das práticas por alguns camponeses. Vendo os rápidos e satisfatórios resultados, os agricultores experimentadores se encorajaram a compartilhar suas experiências com vizinhos e outros agricultores (HOLT-GIMENEZ, 2008).

Era a metodologia camponês a camponês que, da maneira como surge e se desenvolve, se aproxima das ideias de Paulo Freire, quando defende relações horizontais entre o educador que aprende e é assim educando, e o educando que ensina e é, portanto, também educador.

Aunque no está claro si Vecinos Mundiales intentó hacerlo conscientemente, el método que usó coincidía con el modelo de Freire de "educador-educando/educando-educador" de la educación horizontal con adultos. (HOLT-GIMENEZ, 2008, p.17)

A metodologia tem sido utilizada em vários países da América Latina, como Nicarágua, El Salvador, Guatemala, México e Cuba, onde tem apresentado resultados importantes nos processos de transição agroecológica nestas sociedades, trabalhando com a seguinte estrutura: o camponês que já tem alguma experiência com a Agroecologia e desenvolve soluções, transforma-se em um promotor das suas práticas e a partir de intercâmbios onde ele visita o lote de outros agricultores/as e/ou recebe visita destes, ocorre a aprendizagem e a construção do conhecimento agroecológico.

Não há dúvida de que esta metodologia mostrou-se um instrumento simples, que conseguiu dinamizar a transmissão horizontal e a socialização do conhecimento e as boas práticas, de um camponês para outros. E, também, pesquisadores e dirigentes, o que proporcionou um diálogo de saberes com um sentido mais profundo de pertença e mais compromisso social (MACHIN SOSA et al., 2012).

Na ilha socialista a metodologia se transformou em movimento social empenhado na transição agroecológica, através do resgate dos conhecimentos tradicionais esquecidos com o processo de “modernização”. Ali se diz que estão vivendo um “Retorno ao futuro” (MACHIN SOSA et al., 2012). A Cuba revolucionária também experimentou o modelo agrícola da “Revolução Verde”, apoiada pelas relações comerciais com os países do leste europeu, no contexto da Guerra Fria. Com o isolamento após o colapso do bloco soviético, o país se viu diante de sua dependência evidenciada pelo imenso desafio de produzir alimentos para sua população. O nível de dependência era tão alto que aproximadamente 57% dos alimentos eram importados (MACHIN SOSA et al., 2012). Além disso, enfrentou a escassez de insumos de produção como fertilizantes, pesticidas, maquinário e combustíveis necessários no manejo da agricultura convencional. O período que se segue derivado da crise econômica em que se submerge a ilha é caracterizada pela superação do modelo e foi denominado de “Período Especial” iniciado em 1991. Isso significou a necessidade de um resgate da agricultura camponesa, a exemplo do uso da tração animal, das fontes de energia alternativas (biogás, moinhos de ventos etc), produção de alimentação alternativa para os animais, a fim de substituir os importados, controle biológico de pragas, uso das plantas medicinais para o tratamento de animais e pessoas, reflorestamento, diversificação produtiva para a garantia da alimentação humana, promoção da organização do trabalho coletivo. Além disso, os institutos de pesquisa trabalharam para o avanço tecnológico necessário para o processo de substituição de insumos característicos do Período Especial. Esse processo foi acompanhado pelo retorno das famílias ao campo (MACHIN SOSA et al., 2012). Constatou-se que a agricultura tradicional era rica em técnicas agroecológicas e que faltava um processo que fosse capaz de socializar e massificar a adoção dos conhecimentos camponeses. É neste contexto que a metodologia de camponês a camponês se insere, envolvendo no período de 10 anos mais de 100 mil famílias.

Existem vários fatores que podem ajudar a explicar o sucesso da metodologia “Camponês a camponês” em Cuba. A História recente do país, bem como as gerações mais jovens foram forjadas pelos princípios da Revolução Cubana, dentre os quais a solidariedade,

a organicidade em torno de experiências de trabalho coletivo, para além da urgência que as circunstâncias históricas impuseram ao país. Em Cuba, a metodologia, organizada pela Associação Nacional dos Agricultores Pequenos – ANAP, foi fruto de uma ação sistemática, orgânica e menos improvisada ou espontânea.

Segundo Machin Sosa et al. (2012), as primeiras ações foram a formação e capacitação das equipes que ficaram responsáveis por promover a Agroecologia, através da metodologia.

Assim, na experiência cubana, a metodologia CAC foi concebida como o sistema de métodos, procedimentos, e técnicas que facilitam o desencadeamento de processos de intercâmbios e de aprendizagem entre os camponeses(as) e suas famílias, assim como entre dirigentes, técnicos, pesquisadores e outros atores relacionados. O objetivo era envolver e comprometer os atores interessados na transformação da agricultura para um modelo cada vez mais sustentável, por meio da análise e das projeções no próprio cenário produtivo e de uma perspectiva cada vez mais participativa. (MACHIN SOSA et al., 2012, p. 66)

A metodologia, tal como vivenciada em Cuba, segue três passos básicos na fase de implantação: a) a problematização –onde são identificados, através do diagnóstico rural participativo, os problemas concretos que precisarão ser atacados. b) a experimentação – adoção de uma prática a fim de solucionar o problema identificado. c) a promoção e multiplicação das práticas –onde, através dos intercâmbios se socializam as experiências experimentadas pelos camponeses. Práticas simples, de baixo custo e com resultados rápidos são importantes para o efeito entusiasta necessário à credibilidade do processo.

O grupo sergipano ao propor o uso da metodologia no Território Sul Sergipano tinha claro o desafio de adaptar o camponês a camponês a esta realidade, vislumbrando os riscos a que estavam submetidos com a execução do projeto:

Poderá se deparar no início do projeto com a rejeição da proposta por parte da rede de agricultores, inviabilizando assim o início do projeto já que o andamento deste depende da aceitação e participação coletiva da rede. (...) Outra dificuldade pode ser um reduzido número de experiências agroecológicas de sucesso no território<sup>17</sup>

A articulação da Embrapa no Território, bem como a relação estabelecida entre os técnicos proponentes e os agricultores assentados, no entanto, possibilitou o início dos

---

<sup>17</sup> Projeto Construção do Conhecimento Agroecológico em Territórios de Identidade Rural por meio de intercâmbios em Redes Sociasi – CCAT. Embrapa Tabuleiros Costeiros.

trabalhos sem maiores percalços. O segundo risco, por outro lado, se confirmou dando outros rumos na execução das atividades amparadas pela equipe de ATES/ATER que agora se constitui no território, conforme veremos a seguir:

### **3.2.2 A experiência sergipana a partir do referencial teórico-prático da América Latina**

Na descrição do projeto CCAT estavam previstas etapas separadas para a identificação dos “agricultores faróis” (aqueles que tivessem uma “relação diferenciada com a natureza”), a sistematização das suas experiências e só depois o intercâmbio entre as experiências sistematizadas. Na prática, no entanto, o projeto seguiu outra dinâmica que foi reunir todas essas atividades nos intercâmbios. Ou seja, durante os intercâmbios eram identificados os “agricultores faróis”, pela indicação de seus pares e o agendamento dos próximos encontros seguindo esta indicação. A sistematização ocorre ao longo do processo, viabilizada pela organização das informações pela coordenação do projeto e construção participativa de uma metodologia que, além de explicitar a trajetória vivida pelos participantes, pudesse refletir a realidade, as mudanças e dos desafios colocados pela experiência.

Os intercâmbios são o momento privilegiado da proposta, onde ocorrem na prática as trocas de experiências e o encontro de saberes entre agricultores, pesquisadores, técnicos e extensionistas, funcionando da seguinte maneira: a família camponesa indicada ou escolhida para receber o intercâmbio começa com o resgate da memória e o compartilhamento das suas experiências como agricultores. É um momento rico, onde os agricultores se reencontram com sua história, de quando eram empregados de fazendas ou viviam nas periferias urbanas, trabalhando em condições precárias no passado, a trajetória de luta pela conquista da terra e o enfrentamento das dificuldades para que o sonho da posse da terra pudesse se concretizar em sustento para a família e em um lugar bom para viver. Após esse momento, acontece uma caminhada pelo lote para que os visitantes possam conhecer a experiência daquela família. Após a visita é feita a refeição, normalmente, nos arredores da casa do anfitrião. Há um esforço para que a comida seja preparada com ingredientes locais, como forma de valorizar a alimentação acessível pelos camponeses, sua produção e principalmente, sua autonomia.

Preferi trazer aqui a referência de outro assentamento para dar a noção territorial das ações do “Camponês a Camponês”, o assentamento Rosa Luxemburgo, que é vizinho do

Paulo Freire II em Estância. Ambos são participantes da Rede e apresentam importantes experiências de agricultores agroecológicos. Na imagem abaixo “Téo”, conta sua História para os integrantes do intercâmbio.



Fig. 3.3. – Téo conta sua História, Assentamento Rosa Luxemburgo, Estância – SE.  
Fonte: Arquivo do Projeto CCAT – Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2012.

Um dos interlocutores de Téo na imagem abaixo– também de camiseta vermelha – é o agroecólogo cubano Fernando Funes Monzote, vice-presidente da Sociedade Científica Latino Americana de Agroecologia – SOCLA, que foi convidado para conhecer e contribuir com a experiência sergipana do CaC, numa iniciativa para dar visibilidade e iniciar um diálogo internacional com atores latino americanos que estão vivenciando a metodologia. O outro interlocutor, de camisa branca, é André Millanez, coordenador de ATER no INCRA (SR-23). Na foto, o agricultor, durante a visita de campo, explica suas práticas para produção do adubo orgânico, através da minhocultura.



Fig. 3.4. –O camponês Téo dialoga com técnicos e estudantes, Assentamento Rosa Luxemburgo-Estância-SE. Fonte: Arquivo do Projeto CCAT – Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2012.

Em seguida temos um grupo de estudantes e técnicos que visitam o lote do agricultor-farol para conhecer a experiência camponesa de “relação diferente com a natureza”



Fig. 3.5. –Intercâmbio de Camponês a Camponês. Visita ao lote do agricultor Téo, Assentamento Rosa Luxemburgo - Estância-SE. Fonte: Arquivo do Projeto CCAT – Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2012.

Aqui a mesa do almoço, preparado no próprio assentamento, com ingredientes locais.



Fig. 3.6. –Alimento: Intercâmbio de Camponês a Camponês. Assentamento Rosa Estância-SE. Fonte: Arquivo do Projeto CCAT – Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2012.

No encerramento das atividades faz-se uma roda de conversa, onde os participantes deixam a sua impressão sobre o dia, através de uma dinâmica de grupo em que todos tem que dizer o que levam, o que deixam e o que tirariam daquela experiência. Para isso, são orientados pelos coordenadores a trazerem do lote alguns elementos naturais para simbolizar a vivência, que são dispostos no centro da roda.



Fig. 3.7. –Roda de conversa: Intercâmbio de Camponês a Camponês. Assentamento Rosa Estância-SE. Fonte: Arquivo do Projeto CCAT – Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2012.

A proposta tem discutido a importância da participação das crianças e jovens nestes momentos, onde os filhos dos técnicos tem a oportunidade de interagir com os filhos dos assentados.



Fig. 3.8. –Filhos de técnicos e filhos de assentados: Intercâmbio de Camponês a Camponês. Assentamento Paulo Freire II – Estância - SE. Fonte: Arquivo do Projeto CCAT – Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2013.



Fig. 3.9. –Filhos de técnicos e filhos de assentados: Intercâmbio de Camponês a Camponês. Assentamento Paulo Freire II – Estância - SE. Fonte: Arquivo do Projeto CCAT – Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2013.

Os coordenadores do intercâmbio registram toda a atividade com fotos e gravação dos depoimentos para a organização de uma relatoria e confecção de um boletim que é levado para discussão com os agricultores. Após os ajustes, é feita a impressão e distribuição. O boletim é um instrumento de comunicação, utilizado para divulgação das experiências entre os agricultores participantes das redes (Anexo C).

Após a realização de 10 intercâmbios na rede é realizada a “devolução” dos boletins e a avaliação do processo. Aqui são construídos os princípios da rede e são estabelecidas as demandas das famílias para potencializar suas experiências. A equipe percebeu a necessidade de realização de oficinas (extrapolando os objetivos do projeto pela Embrapa, mas contemplando as expectativas do INCRA para a ATER/ATES) no sentido de atender as demandas identificadas. Essa segunda fase do projeto está sendo planejada no momento atual<sup>18</sup>, onde os técnicos e pesquisadores pensam em centrar esforços no redesenho dos agroecossistemas das famílias assentadas participantes do projeto, num processo que envolva técnicos, agricultores e estudantes interessados no tema.

### **3.2.3 A experimentação dos agricultores faróis**

A rede G1 mostrou ter, neste período de um ano e meio, maior potencial (com relação as outras redes) para o trabalho com a Agroecologia, pois mesmo os agricultores que não tinham uma experiência já consolidada para apresentar, demonstraram entusiasmo para iniciar um caminho com o apoio dos outros agricultores em rede. Os que já possuíam experiências mais fortalecidas juntaram-se à rede na busca de melhorar a sua agricultura e para colaborar com a construção do conhecimento agroecológico. Após os dez primeiros intercâmbios, para que se tivesse uma referência operacional com relação ao grau de transição agroecológica de cada família, o grupo chegou ao entendimento de que os agricultores em transição seriam aqueles que se guiavam pelos seguintes princípios: “Plantar sem veneno; Não usar fogo, cuidar do solo; Plantar de tudo um pouco para não ter que comprar; Diversidade (animais); Autonomia de insumos para adubação; Controle alternativo de pragas; Ter árvores; Aproveitar mato para cobertura; Troca de saberes, soberania e segurança alimentar; Mulher

---

<sup>18</sup> Foram identificadas as demandas por incentivo ao trabalho coletivo nos assentamentos, resgate e formação de bancos de sementes crioulas, produção de adubo, formação em agroecologia, entre outros.

(respeito e valorização); Integração da agricultura e criação; Respeito ambiental; Rotação de culturas”.

Com a realização dos intercâmbios de 2012, os integrantes da equipe iniciaram a sistematização das experiências, através da realização de uma oficina onde participaram os técnicos da equipe, os agricultores da rede e alguns parceiros. O evento aconteceu no assentamento Paulo Freire II, em 24 de janeiro de 2013, levando a equipe refletir sobre os objetivos do projeto e o papel desempenhado pelos envolvidos. Baseado em Diaz-Hurtado (2010), geraram-se as questões orientadoras da matriz de sistematização de experiências (Anexo A), utilizada para problematizar a realidade vivida:

OBJETIVOS	PARÂMETROS		
	COMUNIDADE	PARCEIROS	METODOLOGIA
Troca de conhecimento	A1	A2	A3
Grau de transição	B1	B2	B3
Princípios e práticas adotadas	C1	-	C3
Envolvimento das famílias	D1	D2	D3
Identificação das demandas	E1	E2	E3
Receptividade	F1	F2	F3
Novidades	G1	G2	G3
<b>IMPACTOS</b>	<b>H</b>		
OBJETIVOS	PARÂMETROS		
	COMUNIDADE	PARCEIROS	METODOLOGIA
Troca de conhecimento	A1	A2	A3
Grau de transição	Plantar sem veneno; Não usar fogo, cuidar do solo; Plantar de tudo um pouco para não ter que comprar; Diversidade (animais); Autonomia de insumos para adubação; Controle alternativo de pragas; Ter árvores; Aproveitar mato para cobertura; Troca de	B2	B3

	saberes, soberania e segurança alimentar; Mulher (respeito e valorização); Integração da agricultura e criação; Respeito ambiental; Rotação de culturas.		
Princípios e práticas adotadas	Coletividade	-	C3
Envolvimento das famílias	Dividir tarefas; Envolver os jovens	D2	D3
Identificação das demandas	Sistematizar a experiência; Comercialização; Produção e armazenamento de sementes; Beneficiamento e embalagem; OCS; Produzir os próprios insumos (minhocárioetc); Envolver a assistência técnica.	E2	E3
Receptividade	F1	F2	F3
Novidades	Aproximação; Vontade de mudar; Implementar as experiências	G2	G3
<b>IMPACTOS SEGUNDO OS AGRICULTORES</b>	Envolvimento dos agricultores; “A mudança é evidente e para melhor”; A rede consolidou a Embrapa na agricultura familiar.		

Quadro 3.3. Matriz de Sistematização de Experiência, G1 (Rede Social de Aprendizagem de Estância e Entorno) Fonte: Arquivo do Projeto CCAT – Embrapa Tabuleiros Costeiros – Adaptado.

### 3.2.4 O ajuste da metodologia

No desenvolvimento das atividades de ATES/ATER se evidenciou a necessidade de extrapolar as ações de promoção da Agroecologia para além dos intercâmbios, já que as demandas indicavam a carência por formação em temas específicos, não desenvolvidos como solução para a maioria dos agricultores, como por exemplo, a produção de adubos e sementes.

Os envolvidos com o Camponês a Camponês (técnicos, estagiários, bolsistas, pesquisadores e analistas) tem uma rotina semanal de reuniões, onde se encontram para a avaliação das atividades realizadas e planejamento das ações futuras. Essa dinâmica permite a reflexão permanente sobre o processo e ajuste de ações.

Além das reuniões, são promovidos eventos para o debate sobre a construção do conhecimento agroecológico e as metodologias utilizadas pela equipe da assistência técnica e extensão rural na Reforma Agrária em Sergipe.

Dois desses eventos tiveram especial importância, pela capacidade que tiveram de aproximar pessoas interessadas no assunto e dispostas a contribuir na discussão e construção da metodologia: O 1º evento intitulado “I Jornada de Camponês a camponês: Agroecologia e soberania alimentar” aconteceu entre 11 e 13 de outubro de 2012 e contou com as seguintes atividades: Palestra na universidade sobre a experiência “Campesino a campesino” em Cuba, o lançamento do livro “Revolução Agroecológica – O movimento de camponês a camponês da ANAP em Cuba” da editora Expressão Popular; intercâmbio no lote do agricultor Téo, no assentamento Rosa Luxemburgo e reunião de trabalho ampliada da equipe do Projeto. Todas as atividades contaram com a participação de Fernando Funes Monzote, vice-presidente da Sociedade Científica Latino Americana de Agroecologia – SOCLA, na época professor universitário e pesquisador do Instituto Índio Hatuey - Cuba e atualmente agricultor, desenvolvendo a experiência de consolidar uma *finca* agroecológica. A Jornada aglutinou agricultores, professores, pesquisadores, estudantes e técnicos que se empenharam durante três dias na discussão sobre a Agroecologia, a metodologia camponês a camponês e a realidade dos assentamentos sergipanos.

O 2º evento, a “II Jornada de Camponês a Camponês: Impactos socioterritoriais dos assentamentos de Reforma Agrária e a Agroecologia”, aconteceu na Universidade Federal de Sergipe, no dia 22 de abril de 2013, contou com a participação de professores, pesquisadores técnicos, estudantes e de assentados do Paulo Freire II e Rosa Luxemburgo. No evento foi apresentado o resultado de um estudo sobre impactos socioterritoriais realizado nos dois assentamentos, coordenado pelo pesquisador Eraldo da Silva Ramos Filho e foi feita uma visita ao Espaço de Vivência Agroecológica da UFS – EVA.

### 3.2.5 Lições aprendidas, dificuldades percebidas e perspectivas futuras

Foi realizada uma avaliação da trajetória do camponês a camponês em Sergipe, onde se evidenciou para a equipe, algo previsto no início do projeto: o pequeno número de experiências consolidadas de Agroecologia, concluindo-se como imprescindível para a continuidade e fortalecimento da rede, a formação dos promotores, através do redesenho dos agroecossistemas dos agricultores faróis, com a implantação de unidades de aprendizado e experimentação que sirvam de motor para a construção da Agroecologia.

Percebeu-se ainda a necessidade de estreitamento do diálogo com as entidades dos movimentos dos trabalhadores, reforçando o enfrentamento político mais amplo como fundamental para o avanço da Agroecologia no território e no estado. A politização dos agricultores da rede também é algo fundamental num processo de mudanças apoiadas pela Agroecologia, construindo as alternativas pela práxis.

Além desses, os desafios colocados para o grupo são a ampliação geográfica de alcance do projeto: o contrato da equipe com a ATES/ATER do Incra prevê a meta de construção de uma rede estadual do “camponês a camponês”, expandindo a proposta metodológica para todo o estado de Sergipe, já em andamento com a ampliação do coletivo para mais quatro núcleos de ATER.

A necessidade da sistematização da experiência de forma consistente também se colocou como objetivo importante para a reflexão e visibilidade do processo de construção da Agroecologia na Reforma Agrária.

Segundo os integrantes do projeto, uma das grandes lições aprendidas pela equipe é a experiência de realização de um projeto coletivo e aberto. Quando os proponentes decidiram que os encontros e reuniões de construção e avaliação da experiência seriam públicos, sabiam das possíveis dificuldades que surgiriam com o envolvimento de muitas pessoas. Concluem agora que foi uma decisão acertada, pois enriqueceu a visão inicial, ampliou os horizontes e as possibilidades das ações do projeto.

A proposta aprovada na Embrapa projetou os seguintes impactos potenciais desejados:

As inovações agroecológicas e, aquelas relacionadas à gestão social, propiciadas pelo projeto contribuirão para um novo estilo de desenvolvimento com equilíbrio ambiental por meio de profundas alterações no sistema de produção atual, como aumento da agrobiodiversidade,

incorporação do elemento arbóreo aos sistemas agrícolas, não dependência de insumos externos e a eliminação do uso de agrotóxicos. Isso se dará, no aspecto econômico, pela identificação de modelos de intervenção com menores custos relacionados aos insumos e otimização dos processos naturais no aumento da produtividade e qualidade dos produtos. No aspecto social a transformação da forma de interlocução entre os atores da pesquisa, extensão e os agricultores, dentro da lógica da territorialidade contribuirá para novas formas de gestão social. Por fim há expectativa de potencial avanço no aspecto ecológico devido ao emprego de conhecimentos, tecnologias e produtos de base ecológica.<sup>19</sup>

No trabalho de campo dessa pesquisa busquei ouvir as impressões, em momentos individuais, dos agricultores sobre a rede “camponês a camponês”, onde os indicadores sociais pretendidos aparecem como uma preocupação mais evidente dessa primeira fase do projeto, como pode ser verificado nos depoimentos a seguir:

É uma ideia nova, né? Eu assim... eu acho... é uma ideia nova... boa. É uma ideia nova e boa. Prevê a descentralização de conhecimento de pessoa *pra* pessoa. A busca de novos conhecimentos, né? Novas idéias e... como é que se diz? Visa trabalhar o meio ambiente, então assim... é uma ideia boa. Nova e boa. (Agnaldo, Agricultor, assentamento Paulo Freire II)

Agnaldo hesitou em dar uma opinião mais assertiva. Para ele as pessoas estão pouco dispostas a participar de projetos que não trarão recursos imediatos. Acha que esse é um ponto que pode interferir negativamente no desenvolvimento do projeto. A opinião de Vilson corrobora essa preocupação, pois ao mesmo tempo em que considera importantes os projetos que trabalham o conhecimento, esse agricultor demonstra muita desconfiança com relação à quantidade de projetos e suas intenções com os trabalhadores.

(gaguejando) a gente tem que ser realista, num pode esconder a realidade, é essa história que a gente *tava* acabando de conversar, muitas coisa desacreditada, né? Tem uma pessoa que chega com uma *coisazinha* e coisa importante, um projeto sério... esse projeto aí, é como diz: num tem nada pra oferecer, o que tem só a boa vontade, o conhecimento, a gente *num vê*... mas é importante! O importante da gente num é só *recurso*, é o conhecimento, a gente criar amizade é muito importante. A gente num *vevi* aqui, *num é*? Pelo menos eu. Eu e *otosaí*, Ivanilso, muitos aí, tem muitos que num *vevi* aqui, num é só...“não, é por que eles num traz recurso pra gente, eles num traz dinheiro pra gente, vão se danar” num é isso, é aquilo que nos terminamos de falar, que muitas *das vez* a gente é usado, é enganado. Aí muitas das vez,

---

<sup>19</sup>Projeto Construção do Conhecimento Agroecológico em Territórios de Identidade Rural por meio de intercâmbios em Redes Sociasi – CCAT. Embrapa Tabuleiros Costeiros.

tem *otas* pessoas que vem com boa vontade de criar um conhecimento, eu conhecer você, você me conhecer, conhecer o *otolado* lá na frente, criar aquele conjunto, aquela harmonia um *ô oto* (um ao outro). *As vez* eu *tô de cá, as vez* já vivo tão chocado com tanta coisa... aí eu “vou nada rapaz, participar disso nada, só vem enganação, só vem... só vem... massacrar a gente” aí a gente... a Marília, a menina que participa na linha de frente, é uma menina muito educada, pessoa muito boa, tem tratado a gente muito bem, aí depois recebi uns dois convite dela, ela me convidou através do pessoal aí, (...) Se a pessoa vive *denda* *comunidade* *mocado*, sem sair, sem conhecer alguém vai se tornar isolado. (Wilson, Agricultor, assentamento Paulo Freire II)

Agnaldo falou durante a conversa da quantidade de convites para participar de eventos e reuniões que muitas vezes atrapalha o trabalho na agricultura, assim os assentados tendem a escolher aqueles que pareçam mais “vantajosos”, ou seja, aqueles que trarão benefícios financeiros imediatos:

É assim... o produtor está acostumado a falar em projeto... que esse é um projeto que vai mais lhe trazer conhecimento, não vai trazer recurso, dinheiro, né? Vai trazer novos conhecimentos, novas ideias... conhecer pessoas, conhecer novas realidades e o produtor não está acostumado. É uma coisa difícil *dele* acreditar. Entendeu? (Agnaldo, Agricultor, Assentamento Paulo Freire II)

Sobre existirem vários convites, ações e projetos “circulando” no assentamento e que, de alguma forma, podem atrapalhar as atividades na roça, Ivanilson concorda com Agnaldo:

Eu comecei participar ano passado, só que minha vida é corrida, e eu vivo daqui de roça. Então um dia pra mim sair assim sai *muitcho* caro *pra* mim. Eu num tenho essas condições, entendeu? (...) então eu comecei e não *afindei*. Eu não tenho condições, de jeito nenhum. (Ivanilson, Agricultor, Assentamento Paulo Freire II)

Mas discorda com relação aos projetos que trazem “recurso”, alega que quando começa a entrar recurso a tendência é distorcer, pois o agricultor vai mais interessado no dinheiro e menos no aprendizado que pode melhorar a sua vida no lote (“*Quando a coisa começa sem o dinheiro, ela parece que vai dano certo, mas quando começa a entrar o lado do recurso, começa a distorcer*). Ivanilson analisa o projeto como o “modelo” mais adequado ao camponês, pois aproxima os saberes a respeito de problemas comuns que tem soluções muito próximas, além de ser um projeto que “trabalha a consciência” considerado por ele, algo essencial para que o pequeno agricultor tenha clareza sobre sua realidade:

Esse é o correto! Esse projeto, esse modelo, de camponês a camponês, eu acho que é um dos caminho. Por que é de *agricultô pra agricultô*, assim, e é

campo, né? É correr campo, é ver a realidade. Por que de *agricultô pra agricultô inxiste* (existe) muita coisa que *as vez* o *agricultô* sabe e ele *tá* perto de *um o oto* e ele *tá* se batendo ali por que ele num vai na roça do *oto* lá. (...) É diferente da parte da *assistença* técnica, é totalmente diferente, né? Porque tem... por exemplo, eu consigo produzir coisas aqui que tem muita gente que não consegue, mas o *mermo* jeito, *as vez*, tem muita coisa aqui no meu lote, que a gente sai aí fora, que eu não consigo *produzi*, que eu vejo lá que aquele produz, é simples. Se você vê lá a questão do manejo é simples e... trabalha consciência. Só trabalhando a consciência das pessoas pra lidar com a terra, né? Se o técnico só falar isso é *entrano num* ouvido e *saino no oto*. *Prumagricultô*, ele *veno*, lá *dento* da roça de fulano lá, deu certo, ele num tá tocando fogo. Ele faz do mato, o adubo, que é no caso o que eu faço. Ele zela o máximo pra *recomperaro* lote dele, pronto. Ele *veno e veno* que *tá dano* certo, ele vai *tentá fazêno* dele. (Ivanilson, Agricultor, Assentamento Paulo Freire II)

O depoimento sintetiza ainda a ideia de valorização de uma proposta de aprendizado agroecológico em contraponto ao papel tradicional da ATER. Ivanilson tem clareza sobre a incompletude do conhecimento, sabe a partir da sua vivência que cada caso é diferente do outro, exigindo do agricultor observação e experimentação constante para melhorar a agricultura a seu favor:

Eu nunca vou saber de tudo, por quê? Porque cada ano e cada inverno é diferente, o solo... porque se eu planto uma planta... *prantei* o ano passado e num tive resultado tem que *mudificar*, o plantio, né? Então, eu que é que tenho que *tá* fazendo aquilo. (...) [A rede de camponês a camponês] Me ajudou na parte de fazer amizade com pessoas que são inteligentes também, *né?* e na visão, *né?* (...) Essa *troca de intercâmbio* ela traz muito conhecimento. É como eu disse a você: a gente nunca vai saber de tudo, a gente tem que *tá saino pra* gente estar *aprendeno*. (Ivanilson, Agricultor, assentamento Paulo Freire II)

Dona Maria das Virgens participou de poucos intercâmbios, apenas os que aconteceram no assentamento Paulo Freire II (lote de Agnaldo e de Ivanilson), dando sua opinião, acaba explicando a metodologia do projeto:

Do jeito que eles fala é bom. A proposta deles é bom, porque a pessoa fica... eu tenho um *prantio* aqui *nimeu* lote, o meu vizinho tem outro, mas eu num ando no lote de meu vizinho... aí quando eles vem, nós vamos acompanhar... meu vizinho olha o que eu tenho no meu lote e eu olho o que ele tem no lote dele... e a gente é acompanhado... e eles conversa... isso é bom porque dá *pra* isso dá *praquilo*, tudo eles explica... o pessoa que vem e a gente explica também pra eles. Como que ele num sabe, a gente passa também pra eles... o que ele sabe passa pra gente... é assim! É uma escola, eles aprende com a gente e a gente aprende com ele, é uma escola. Troca de ideia, né? (Maria das Virgens, Agriculora, Assentamento Paulo Freire II)

A consolidação e o fortalecimento da rede de agricultores também aparece como resultado dessa caminhada:

É importante, por que a gente, nós temos uma rede aqui na região, né? Na região sul, a gente tá com uma rede que é de camponês a camponês. Eu quando comecei aqui era pouca gente, hoje nós temos muita gente participando, principalmente aqui na Estância. O que eu acho de bom é o incentivo pra pessoa produzir com qualidade, com segurança. (Terinho, Agricultor, Assentamento Paulo Freire II)

Assim, os impactos sociais pretendidos com o projeto: “a transformação da forma de interlocução entre os atores da pesquisa, extensão e os agricultores, dentro da lógica da territorialidade contribuirá para novas formas de gestão social”, parecem ter sido atingidos quando os agricultores dizem perceber “descentralização do conhecimento”, “diferença com o trabalho da assistência técnica” “temos uma rede no território sul” e extrapolado quando as percepções apontam que o projeto proporciona “busca de novos conhecimentos”, “cria amizades” e “trabalha a consciência”. Os impactos econômicos, ambientais e ecológicos estão previstos no planejamento com a formação dos promotores e redesenho dos lotes para proporcionar a interação ecológica e a autonomia de insumos, não podendo seus impactos serem ainda avaliados.

Em um encontro para a avaliação das ações da rede com os integrantes do G1 em novembro de 2013, os grupos de trabalhos trouxeram as seguintes reflexões:

Avanços	Desafios	Ações necessárias
A interação entre os assentamentos	Levar as soluções aos assentamentos e áreas coletivas	Incentivo às ações coletivas (definir atividade e grupo por assentamento)  Produção de adubo  Banco de semente
Promoção da construção de conhecimento em Agroecologia	Melhorar a comunicação	Definição dos facilitadores nos assentamentos para atuar na comunicação e incentivo ao trabalho coletivo
Criação das Redes de	Garantir a autonomia de	Formar coordenação de agricultores

Aprendizagem	funcionamento da rede pelos agricultores	da rede
Propicia o encontro entre as 4 pessoas	Avançar no estudo de temas de interesse	Construir programa de formação em agroecologia
Intercâmbio e troca de conhecimento e experiência	Melhorar o planejamento de transporte para os intercâmbios	A coordenação deve planejar a logística dos intercâmbios com antecedência.

Quadro 3.4 - Oficina de avaliação das ações do camponês a camponês em 2013, rede G1, Assentamento Paulo Freire II. Fonte: Trabalho de campo, 2013.

### 3.2.6. SOBRE O CAMINHAR

O conhecimento e a experimentação agroecológica desafia grande parte do conhecimento agrônomo que foi imposto aos camponeses pela Revolução Verde, daí a complexidade de desconstruir e redefinir os caminhos, muitas vezes com incerteza e desconfiança. Por este motivo que a construção da agroecologia não pode ter os mesmos moldes da extensão convencional, não pode ser um novo “pacote” tecnológico, pressupõe a consideração irrestrita do modo de viver e de pensar dos camponeses, que deve guiar o processo de mudança, por esse motivo *“La metodología campesino a campesino es probablemente mejor descrita como una pedagogia que se sustenta por la práxis campesina”*. (HOLT-GIMENES, 2008 p. 109). A noção de reciprocidade e solidariedade são intrínsecas a este processo, onde “ayudar a otros es ayudarse a si mismo”. O desejo de compartilhar o que se aprende resulta em aprendizagem no ato de compartilhar.

A experiência sergipana de adaptação desta metodologia para a realidade territorial precisou fazer o caminho até aqui, que diagnosticou o perfil dos agricultores e experiências existentes, consolidou a rede e ajustou a metodologia, se tornando consistente com os intercâmbios onde apareceram as potencialidades, mas também os desafios para a consolidação da agroecologia nesta realidade específica. Neste momento do projeto, conclui-se pela necessidade de iniciar um processo de experimentação, onde se possa evidenciar com mais impactos as inovações agroecológicas.

No trabalho onde conta a experiência do “Camponês a Camponês” na América Latina, Eric Holt-Gimenez faz a mesma avaliação de Ivanilson –ainda que dialoguem a partir de

tempos e espaços distintos- afirmando que, dada a complexidade da agricultura, essa é uma atividade cujo conhecimento a respeito é construído ao longo de gerações. Nas regiões em que atuou, o trabalho solidário (“kuchubal”, correspondente ao “mutirão”), ainda muito preservado, é um dos responsáveis pelo compartilhamento do conhecimento camponês e do mesmo modo o processo de compartilhar é responsável pela (re)construção dos conhecimentos. No trabalho coletivo ocorrem as trocas, se fortalece a reciprocidade e solidariedade entre os camponeses:

La agricultura es un arte complejo, que requiere mucho tiempo y que se aprende a lo largo de muchas generaciones. Los agricultores constantemente se tienen que adaptar a los riesgos y a las condiciones cambiantes que existen: la fluctuación del mercado, la degeneración de las semillas, la aparición de nuevas plagas o cambios en el clima. Aunque muchas veces, se cree que los agricultores guardan como secreto sus descubrimientos, no es así: mucho de lo que se aprende en la agricultura es gracias a lo mucho que comparten. El conocimiento y la información campesina, profundamente enraizada en la cultura y en la sociedad, dependen principalmente del compartir la información y la experiencia. Compartir es un proceso que se desarrolla a través de amplias redes de relaciones sociales sustentadas en la interdependencia. El conocimiento, junto con las semillas, el trabajo, los pastos, el agua, los bosques y otros recursos comunitarios, permiten a los pequeños agricultores vivir como individuos y colectivamente como comunidad, afrontando los riesgos inherentes a la agricultura. (HOLT-GIMENEZ, 2008, p. 142)

A metodologia camponês a camponês, tal como sua experiência sergipana, reflete uma oposição ao assistencialismo (“assistência técnica”) e à extensão convencional, radicaliza ao afirmar novos papéis para técnicos e agricultores que assumem a horizontalidade pretendida e defendida por Paulo Freire nas suas experiências e estudos.

O método camponês a camponês é a objetivação da proposta freireana de construção do conhecimento mediada pelas contradições da realidade, onde educando e educador se confundem, assumindo a posição de sujeitos no aprendizado em oposição à estrutura vertical de sujeito x objeto e técnico x agricultor.

Quase sempre, técnicos de boa vontade, embora ingênuos, deixam-se levar pela tentação tecnicista (mitificação da técnica) e, em nome do que chamam “necessidade de não perder tempo”, tentam, verticalmente, substituir os procedimentos empíricos do povo (camponeses, por exemplo) por sua técnica.

Partem do pressuposto verdadeiro “de que não só é necessário, mas urgente, aumentar a produção agrícola”. Uma das “exigências para consegui-lo está na mudança tecnológica que deve verificar-se”. Outro pressuposto válido.

No entanto, ao desconhecer que tanto sua técnica como os procedimentos empíricos dos camponeses são manifestações culturais e, desse ponto de vista, ambas válidas, cada qual em sua medida, e que, por isso, não podem ser mecanicamente substituídos (...)

Terminam, então, por cair nesta irônica contradição: para não perder tempo, o que fazem é perdê-lo. (FREIRE, 2011a, p. 29)

É muito frequente atribuir a “culpa” pela não “adoção” das tecnologias ao mau trabalho dos extensionistas ou à apatia dos agricultores, onde o que temos nada mais é do que a desconsideração de que a relação técnico-agricultor é social, permeada por cultura, onde muitas vezes os valores e necessidades de um e do outro não convergem. O mérito da metodologia em questão, ainda que limitada por alguns condicionantes como número de interessados e/ou envolvidos, está na proposição de nivelar os sujeitos e saberes na tentativa de uma construção coletiva do conhecimento e das soluções.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Caminante no hay camino, se hace camino al andar.*

Antonio Machado

Essa pesquisa pretendia, num primeiro momento, estudar o programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental – ATEs e o seu desenrolar no Assentamento Paulo Freire II, mas ficou claro logo no início que a experiência da ATEs foi muito curta e pontual, inviabilizando minha intenção. Os agricultores sequer reconheciam o programa como uma proposta diferenciada de ATER. No entanto, como o objetivo principal era observar a relação Agroecologia x assistência técnica, foi possível traçar um novo caminho e, assim, os objetivos se voltaram para a trajetória do serviço de ATER, seu diálogo com as práticas dos agricultores e posicionamento na promoção da Agroecologia.

Os agricultores e agricultoras do assentamento Paulo Freire II apresentam uma grande diversidade de modos de lidar com a agricultura, mas de uma maneira geral, buscam alternativas mais naturais nas suas práticas, motivados pelas mais diversas vivências. A Agroecologia neste cenário oferece uma lente para a interpretação da trajetória destes sujeitos, que demonstram na sua história social o processo de expropriação da terra, a precariedade do trabalho sazonal nas grandes lavouras de laranja e a opção de luta por dignidade e construção de alternativas. O processo de modernização da agricultura, com a imposição dos pacotes tecnológicos, deixou sua profunda marca, ainda capaz de convencer ou confundir aqueles que não dispõem de recursos para implementar essas tecnologias. As contradições são reveladas a todo instante, pois estes trabalhadores estão buscando alternativas para a sua sobrevivência e enfrentamento de problemas que para eles se revela de forma empírica: a doença associada ao uso do agrotóxico, a falta de dinheiro para adquirir um produto que “dê resultado mais rápido” etc. Alguns desses agricultores tem uma compreensão muito vívida da importância da produção de alimentos e preservação ambiental como necessidade de busca por autonomia com relação a um mercado “injusto”. Outros, embora já tendo compreendido a importância da manutenção dos recursos naturais (pois interferem diretamente na agricultura), ainda *preferem* vender toda a produção e adquirir produtos mais caros e menos saudáveis para a alimentação da família. Neste assentamento a Agroecologia é um assunto recorrente e sobre ela existe uma diversidade de entendimentos. Os agricultores e agricultoras do assentamento Paulo Freire II

modificaram as suas práticas agrícolas como o uso de fertilizantes químicos e agrotóxicos, motivados pelos altos custos ou por problemas de saúde enfrentados em decorrência do uso desses produtos. No entanto, a Agroecologia não significou uma referência *à priori*. O referencial agroecológico de alguns técnicos da ATER, trabalhou conceitos considerados importantes pelos agricultores, como os sistemas agroflorestais, por exemplo: “*fazer a floresta, imitar a natureza*”, atribuindo à diversidade uma forma de garantir o cuidado com a natureza e com a produção mais segura de alimentos (a “roça do futuro”).

O aprendizado com esta pesquisa me fez compreender ter sido desnecessária uma pergunta aos assentados sobre o que para eles é Agroecologia. Penso que teria sido muito mais proveitoso um olhar mais profundo sobre suas práticas e daí uma análise sobre a questão. O fato de relacionarem ou não o seu trabalho com a Agroecologia não parece ter muita importância, pois estará sempre ligado a ela à medida que criam alternativas conscientes de enfrentamento à agricultura convencional, que é incompatível com o modo com que o campesinato vê a agricultura e a natureza. O agricultor Ivanilson deixou isso muito evidente quando disse que o seu modo de trabalhar sempre foi “com respeito à natureza”, muito antes de “vir o pessoal e dizer” que era Agroecologia. Assim, ficou claro o que a teoria reflete a respeito do resgate do conhecimento tradicional popular e da possibilidade posta para a Agroecologia de provocar (senão promover) a recampesinização.

Com relação ao demais atores que trabalham com o discurso da Agroecologia na ATER, de uma maneira geral, ainda falta clareza da complexidade social envolvida no conceito. Considero que esta clareza é necessária quando a Agroecologia aparece entre os objetivos e metas dos programas e projetos, pois, do contrário, teremos a redução do seu significado a práticas agrícolas, que não dão conta do seu sentido mais amplo. Outra consideração a este respeito é que o termo “extensão rural” precisa também ser traduzido quando se propõe um instrumento de promoção da Agroecologia. O uso *clássico* desse vocábulo é incompatível com a promoção e construção da proposta agroecológica, levando à minha opção de utilizar o termo *aprendizado agroecológico* entendendo-o como mais adequado.

Os agricultores ouvidos revelaram que a experiência da ATER no assentamento teve um início muito parecido com a abordagem convencional desse serviço: ocupou-se da elaboração de projetos produtivos com foco nos resultados econômicos das atividades, sem no

entanto, considerar as dimensões sociais e culturais da atividade agrícola. Se evidencia o papel de um crédito que favorece o modelo da Revolução Verde, incentivando culturas, insumos e sistemas de produção convencionais.

Em alguns momentos a “culpa” sobre o técnico é a “acusação” central, mas a esse respeito é necessário esclarecer que esses profissionais representam (personificam) a estrutura do serviço. Penso haver, neste sentido, outra lacuna desta pesquisa: o trabalho – intencionalmente– se concentrou na visão dos agricultores com relação à trajetória da ATER, mas percebo que poderia ser enriquecido com a “versão” dos técnicos sobre o assunto. A percepção dos agricultores, de modo geral, descarrega sobre estes a responsabilidade sobre os processos –e fracassos– fazendo refletir sobre a necessidade de repensar o papel dos atores envolvidos. Revelou-se uma tensão ou dúvida sobre o que se espera da ATER.

A intenção exposta no último programa de ATER para a Reforma Agrária (ATES), onde a proposta agroecológica se destaca nos discursos, esbarra na falta de estruturação do INCRA e do amadurecimento institucional para a mudança, resultando em descontinuidade dos serviços e consequências como a falta de credibilidade dos agricultores e prejuízos produtivos assumidos por eles.

Os últimos convênios de ATER sofreram com obstáculos burocráticos que ocasionaram o atraso nos salários e comprometeram o serviço, tornando-se essa a principal *imagem* da ATER para os assentados.

Os fracos resultados com a produção são atribuídos, pelos agricultores, à atuação insuficiente da ATER e tem como consequência a desmotivação de permanência na terra pelos jovens. Alguns profissionais acreditam na importância da valorização do saber camponês e das suas experiências, onde considero necessário o uso de metodologias que favoreçam efetivamente o diálogo entre o conhecimento técnico e do agricultor.

A formação da maioria dos técnicos é outro fator, que, à semelhança do que acontece com as instituições, não leva ao pronto diálogo com a proposta da Agroecologia. A perspectiva de construção coletiva de conhecimento é incompatível com qualquer forma de sobreposição hierárquica de saberes ou de papéis. Essa é uma mudança que implica uma reflexão crítica sobre as relações de poder implícitas da prática convencional da extensão rural.

As Chamadas Públicas de ATER do INCRA foram provocadas pelas orientações da PNATER e podem ser consideradas como o início de um processo que afirma a possibilidade

de institucionalização da Agroecologia no serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária. Ainda que seja um esforço de alguns funcionários identificados com a proposta, mais do que uma decisão central do órgão, vale reforçar que estão buscando dar um reflexo a demandas identificadas junto aos agricultores e outras instituições parceiras.

A Chamada Pública de 2012 – a última realizada pelo INCRA em Sergipe – representa bem esse esforço. Onde a promoção da Agroecologia ganhou metas específicas no contrato. Resta, evidentemente, uma reflexão mais ampla de qual papel a Agroecologia poderia assumir como referencial de uma ATER mais adequada ao público da Reforma Agrária. No momento, tem um papel setorial, a ser desempenhado por um coletivo (de “especialistas”, segundo o edital) e não representa uma proposta geral ou transversal ao serviço.

O estabelecimento desse coletivo em Agroecologia dentro da Chamada Pública foi inicialmente pensado para promover intercâmbios entre técnicos e agricultores e acaba por extrapolar esse objetivo quando provoca o envolvimento e a formação de outros técnicos interessados no tema.

A ATER/ATER do INCRA, com a contratação desse coletivo, é responsável pela experimentação de uma metodologia que se desenvolve para a construção do conhecimento agroecológico: o Camponês a Camponês é uma maneira de favorecer a horizontalidade na relação técnico-agricultor no processo de aprendizagem. Embora a dinâmica do seu funcionamento indique a necessidade de maiores adequações à realidade específica e às metas do contrato, representa um avanço metodológico, pois está adequada à proposta da Agroecologia.

Existe um processo em curso, onde os atores e instituições buscam, no caminhar, o aprendizado para as suas práticas. A Chamada Pública de 2012 com relação à sua anterior, por exemplo, representa um salto qualitativo, onde a Agroecologia não fica só nos objetivos mais vagos, ela ganha espaço nas metas e serviços. Talvez não o espaço necessário para se colocar como uma proposta que representa o referencial para a agricultura dos assentados da Reforma Agrária, mas se estabelece como o primeiro passo firme de quem está aprendendo a caminhar.

A minha trajetória na pesquisa em muitos momentos se deparou com a dificuldade de analisar um processo em curso. Enquanto observava as metas estabelecidas no Edital de 2012 havia uma equipe trabalhando no sentido de ampliá-las para a renovação do contrato no ano seguinte. Sei, por exemplo, da inclusão de um objetivo de formação continuada em Agroecologia que deve acontecer para a preparação de técnicos e agricultores. Muitas das metas do contrato atual, enquanto escrevia este texto, estavam em tempo de serem cumpridas,

não podendo ser avaliadas como *produtos* finalizados. Essa lacuna aponta a necessidade de pesquisas futuras, pois existe um horizonte de pelo menos mais quatro anos de vigência dos aditivos ao contrato atual de ATER, onde a experiência de promoção da Agroecologia dialoga com as metas a serem estabelecidas e estas, por sua vez, passam a exigir mais da experiência.

Um outro movimento importante que surge desse processo é a formação da rede estadual camponesa de Agroecologia, demanda do MST, que teve sua construção iniciada através do coletivo de técnicos em Agroecologia da ATER. Certamente, o desenrolar da rede de agricultores demandará no futuro próximo uma análise sobre os seus *impactos* na promoção da Agroecologia na Reforma Agrária.

Percebi ainda (porém tardiamente) que um objetivo de pesquisa, talvez mais apropriado, para um objeto de estudo em *movimento* poderia ser a Sistematização da Experiência, ficando também como recomendação de pesquisa essa perspectiva de provocação dos atores envolvidos na análise do processo em curso, de modo que todos possam se apropriar das lições oferecidas por uma experiência que demonstra um grande potencial de transformação da ATER tradicional e se coloca já como referência de estratégia para a construção do conhecimento e aprendizado agroecológico.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALTIERI, Miguel. *Bases Científicas para uma agricultura sustentável*. Guaíba: Editora Agropecuária, 2004.

ANDRADE, Manuel Correia de *A terra e o homem no Nordeste: Contribuições ao estudo da questão agrária no Nordeste*. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BERGAMASCO, Sônia Maria. A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números. *Estudos Avançados*, n. 31, 1997.

BERGAMASCO, Sônia Maria; NORBER, Luiz Antônio Cabello. *O que são assentamentos rurais*. (Coleção Primeiros Passos, 301) São Paulo: Brasiliense, 2001.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Participar-pesquisar*. In: \_\_\_\_\_ Repensando a Pesquisa Participante. São Paulo: Brasiliense, 1999.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil. In: *Ruris – Revista do Centro de Estudos Rurais*, Campinas, vol. 1, n. 2, p. 37-64, Março/2007. Disponível em: [http://www.ifch.unicamp.br/ceres/037-064-carlos\\_rodrigues.pdf](http://www.ifch.unicamp.br/ceres/037-064-carlos_rodrigues.pdf)

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é Educação Popular*. (Coleção Primeiros Passos, 318) São Paulo: Brasiliense, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural*. Brasília, DF: SAF; Dater, 2004.

CAPORAL, Francisco Roberto *A Extensão Rural e os limites à prática dos extensionistas do serviço público*. 1991. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 1991. Disponível em: <[www.pronaf.gov.br/dater](http://www.pronaf.gov.br/dater)>. Acesso em: 01/09/2006

\_\_\_\_\_. Lei de Ater: Exclusão da Agroecologia e outras armadilhas. In: Resumos do VII Congresso Brasileiro de Agroecologia, Fortaleza, 2011. Disponível em <http://www.aba-agroecologia.org.br/ojs2/index.php/cad/article/view/11858/8174>. Acesso em: 14/10/2012

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural. In: ETGES, V.E. (Org.) *Desenvolvimento rural: potencialidades em questão*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

\_\_\_\_\_. *Agroecologia: alguns conceitos e princípios*. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004a.

\_\_\_\_\_. *Agroecologia e Extensão Rural: Contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável*. Brasil: MDA/SAF/DATER, 2004b.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio.; PAULUS, Gervasius. Agroecologia Matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. Brasília-DF, 2006. 24p. Disponível em: <[www.pronaf.gov.br/dater](http://www.pronaf.gov.br/dater)>. Acesso em 28/06/2012.

CAPORAL, Francisco Roberto e RAMOS, Ladjane. Da Extensão Rural Convencional à Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável. 2006b. In: CONTI, I. L.; PIES, M. e ECCONELLO, R. (orgs.) *Agricultura Familiar: Caminhos e Transições*. Passo Fundo, IFIBE, 2006.

COSTABEBER, José Antônio.; MOYANO ESTRADA, Eduardo. Transição agroecológica e ação social coletiva. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v. 1, n.4, 2000

DALBIANCO, Vinícius Piccin; NEUMANN, Pedro Selvino. Rumos da Ates no RS: em direção à constituição de um sistema descentralizado? In: DIESEL, Vivien; NEUMANN, Pedro Selvino; SÁ, Vinícius Claudino (org.) *Extensão Rural no contexto do pluralismo institucional*. Reflexões a partir dos serviços de Ates aos assentamentos de reforma agrária no RS. Ijuí: Unijuí, 2012.

DEMO, Pedro. Introdução à Metodologia da Ciência. 2ed. São Paulo: Atlas, 1987.

DIAS-HURTADO, A. Guía Metodológico para la Sistematización de Experiencias del Secretariado Rural. Lima: Secretariado Rural do Peru, 2001. 62 p.

DIEGUES, Antônio Carlos. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas. In: \_\_\_\_\_. *Ecologia humana e planejamento costeiro*. 2.ed. São Paulo: NUPAUB/USP, 2001. p.39-57.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação*. Tradução de Rosiska Darcy de Oliveira - 15ª ed. – São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. Educação e Mudança. Tradução de Lilian Lopes Martin – 2ª ed. – São Paulo: Paz e Terra, 2011a

FREIRE, Paulo. Ação Cultural para a Liberdade e Outros Escritos – 14ª ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011b

FREITAS, Kátia L'évolution de la politique brésilienne d'aide technique et de vulgarisation agricole (p.n.a.t.e.r.) vers le référentiel agroécologique. Tours, 2008. (Tese de doutorado) Université François – Rabelais de Tours, France, 2008

FURTADO, Celso. O Mito do Desenvolvimento Econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GATARJO, Marcela. Pesquisa Participante: proposta e projetos. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). *Repensando a Pesquisa Participante*, São Paulo: Brasiliense, 1999.

GIANOTTEN, Vera e WIT, Ton. Pesquisa participante em um contexto de economia camponesa. In: Brandão, Carlos Rodrigues (org.). *Repensando a Pesquisa Participante*, São Paulo: Brasiliense, 1999

GLIESSMANN, S.R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

HERCULANO, Selene. Do desenvolvimento (in) suportável à sociedade feliz. In: GOLDENBERG, Mirian (org.) *Ecologia, Ciência e Política*. Rio de Janeiro: Revan, 1992. p. 9-48

HOLT-GIMENEZ, Eric. *Campesino a campesino: vozes de latino américa* Movimiento Campesino para la Agricultura Sustentable. Manágua: SIMAS, 2008.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Manual Operacional 2008: norma de execução n. 78, de 31 de outubro de 2008. Boletim de serviço do INCRA. Brasília, DF, 2008, 142 p .

MARTINE, George. Fases e faces da modernização agrícola brasileira. *Planejamento e Políticas Públicas*, v.1, n.3, jun., 1990.

MINÁ, Marcelo. Extensão rural para agricultores assentados: uma análise das boas intenções propostas pelo “Serviço de ATEs” *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 21, n. 3, p. 499-543, set./dez. 2004

MOREIRA, José Roberto; LIMA, Eli Napoleão. Identidade social e natureza: tensões entre saberes na assessoria técnica em assentamentos rurais. In: \_\_\_\_ .COSTA, Luiz Flávio de Carvalho; FLEXOR, Georges; SANTOS, Raimundo (Org`s.). *Mundo rural brasileiro: ensaios interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Mauad; Seropédica: Edur UFRRJ, 2008. p. 307-343.

NORGAARD, R.B.; SIKOR, T.O. Metodologia e prática da agroecologia. In: ALTIERI, M. *Bases Científicas para uma agricultura sustentável*. Guaíba: Editora Agropecuária, 2002.

PETERSEN, Paulo et. al. A construção de uma Ciência a serviço do campesinato. In: PETERSEN, Paulo (org.) *Agricultura familiar camponesa na construção do futuro*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

REGINA, Nívea. O papel da assistência técnica nos assentamentos. Portal do MST, 10/11/2010. Disponível em: <http://www.mst.org.br/O-papel-da-assistencia-tecnica-nos-assentamentos>. Acesso em: 13 de novembro de 2012.

SEVILLA GUSMÁN, E. Origem, evolução e perspectiva do desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (Orgs.). *Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre:UFRGS, 1997.

SILVA, José Graziano da. A modernização dolorosa. Estrutura Agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SILVA, Rosemiro Magno da; LOPES, Eliano Sérgio A. Conflitos de Terra e Reforma Agrária em Sergipe. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe/EDUFS, 1996.

MACHIN SOSA, Braulio; JAIME, A.M.R.; LOZANO, D.R.A.; ROSSET, P.M. *Revolução agroecológica: o movimento camponês a camponês na ANAP em Cuba*. Tradução: Ana Corbisier. São Paulo: Outras expressões, 2012.

VERDEJO, M. E. *Diagnóstico Rural Participativo - Guia Prático*. Revisão e adequação de Décio CotrimeladjaneRamos.Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília, 2006.

WANDERLEY, Maria Nazareth. O Agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro. In: PETERSEN, Paulo (org.) *Agricultura familiar camponesa na construção do futuro*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

WANDERLEY, Maria Nazareth. A sociologia rural na América Latina: produção de conhecimento e compromisso com a sociedade. *Revista ALASRU Nueva Época Análisis Latinoamericano del Medio Rural*, v. 5, nov. 2010. p. 17-44. Disponível em: [www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/06/alasru2010Revista.pdf](http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/06/alasru2010Revista.pdf)

WEID, Jean Marc Von der. Um novo lugar para a agricultura. In: PETERSEN, Paulo (org.) *Agricultura familiar camponesa na construção do futuro*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

WOORTMANN, Ellen. O saber camponês: práticas ecológicas tradicionais e inovações. In: GODOI, Emília Pietrafesa; MENEZES, Marilda Aparecida; MARIN, Rosa Acevedo (Org's.). *Diversidade do campesinato: expressões e categorias – construções identitárias e sociabilidades*. Vol. II. Brasília, DF: Nead; São Paulo: Unesp, 2009. p. 119-130.

## ANEXO A - MATRIZ DE SISTEMATIZAÇÃO

OBJETIVOS	PARÂMETROS		
	COMUNIDADE	PARCEIROS	METODOLOGIA
Troca de conhecimento	A1	A2	A3
Grau de transição	B1	B2	B3
Princípios e práticas adotadas	C1	-	C3
Envolvimento das famílias	D1	D2	D3
Identificação das demandas	E1	E2	E3
Receptividade	F1	F2	F3
Novidades	G1	G2	G3
<b>IMPACTOS</b>	<b>H</b>		

METODOLOGIA “ <u>CAMPESINO A</u> <u>CAMPESINO</u> ”	<b><u>MATRIZ DE SISTEMATIZAÇÃO DE INTERCÂMBIOS – TERRITÓRIO SUL</u></b> <b><u>SERGIPANO – GRUPO DE ESTÂNCIA – G1</u></b> <b>FATORES DE AVALIAÇÃO DO ALCANCE DOS OBJETIVOS DO PROJETO</b>		
OBJETIVOS DO PROJETO	COMUNIDADE	PARCEIROS	METODOLOGIA
1. Troca de conhecimento entre agricultor@s  ( <i>INTERCÂMBIO</i> )	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Percepção da comunidade acerca da efetividade do processo de troca de conhecimento?</li> <li>. Qual o papel d@s agricultor@s na troca de conhecimentos durante os intercâmbios?</li> <li>. Como se dá a troca de conhecimentos durante os intercâmbios?</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Avaliação dos parceiros sobre a efetividade do intercâmbio de conhecimento?</li> <li>. Qual a participação dos parceiros na troca de conhecimentos durante os intercâmbios?</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Efetividade da metodologia como promotora do incremento do intercâmbio de informações?</li> <li>. A metodologia é adequada para a troca de conhecimentos durante os intercâmbios?</li> <li>. De que maneira a metodologia foi adaptada à realidade trabalhada?</li> </ul>

	. Qual a intensidade e que tipos de troca de conhecimentos já aconteceram?		
2. Incrementar a inovação agroecológica <b>(INOVAÇÃO AGROECOLÓGICA)</b>	. Percepção da comunidade sobre o cenário de inovação agroecológica pós-intercâmbios? . Foi possível identificar práticas incorporadas? Quais?	. Percepção dos parceiros sobre a realidade da inovação agroecológica no Território pós-intercâmbios?	. Papel da metodologia “ <i>Campesino a campesino</i> ” no cenário <i>ex antes ex post</i> da inovação agroecológica no Território?
3. Elevar o grau de transição agroecológica <b>(GRAU DE TRANSIÇÃO)</b>	. Percepção da comunidade acerca do grau dos seus empreendimentos agropecuários? . Qual o grau de transição das experiências intercambiadas visitadas?	. Avaliação dos parceiros sobre o grau de transição dos empreendimentos rurais do Território? . Qual a influência dos parceiros no grau de transição das experiências visitadas?	. Papel da metodologia no grau de transição agroecológica dos empreendimentos rurais do Território? . Como definir parâmetros para identificar o grau de transição das experiências visitadas? . A metodologia “ <i>Campesino a campesino</i> ” influenciou na adoção de princípios práticas adotadas?
4. Identificar demandas agroecológicas <b>(DEMANDAS)</b>	. Quais as demandas identificadas durante os processos de intercâmbios?	. Como os parceiros podem se organizar para atender as demandas?	. A metodologia permite a identificação de demandas? . De que forma são identificadas as demandas?
5. Aumentar a receptividade ao processo agroecológico <b>(RECEPTIVIDADE AO PROCESSO AGROECOLÓGICO)</b>	. Percepção da comunidade sobre os fatores de incentivo à participação das pessoas nos intercâmbios?	. Percepção dos parceiros acerca dos mecanismos de incentivo à participação dos membros da comunidade nos processos de intercâmbio?	. Aperfeiçoamento da metodologia para incentivar a participação das pessoas nos processos de intercâmbio?
6. Incrementar a oferta de novidades agroecológicas <b>(NOVIDADES)</b>	. Percepção da comunidade acerca de novidades agroecológicas identificadas nos intercâmbios?	. Avaliação dos parceiros acerca de novidades agroecológicas detectadas nos processos de intercâmbios?	. Percepção da pertinência da metodologia em proporcionar incremento na oferta de novidades agroecológicas?
7. Integrar a família ao processo	. Percepção da comunidade acerca dos fatores de incentivo à	. Percepção dos parceiros acerca dos fatores de estímulo à	. Refinamento da metodologia para incentivar nos a participação de todos

agroecológico  <b>(INTEGRAÇÃO DA FAMÍLIA)</b>	participação de todos os membros da família nos intercâmbios?  . Qual importância do envolvimento dos integrantes da família na realização dos intercâmbios?  . Como se dá o envolvimento de nov@sagricultor@s nos intercâmbios?	participação de todos os membros da família nos intercâmbios?  . Qual o papel dos parceiros na integração de todos os integrantes da família nos intercâmbios?	os membros da famílias nos intercâmbios?
<b>8. IMPACTOS NO PROCESSO DE TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICO (IMPACTOS)</b>	. Percepção da comunidade acerca dos impactos na inovação agroecológica nos seus empreendimentos agrícolas?	. Percepção dos parceiros acerca dos impactos da metodologia “ <i>Campesino a campesino</i> ” na inovação agroecológica dos empreendimentos rurais do Território?	. Percepção da pertinência da metodologia no processo de inovação agroecológica?

Fonte: Arquivos do Projeto CCAT – Embrapa Tabuleiros Costeiros

## ANEXO B – EXPERIÊNCIAS CAMPONESAS - ELEMENTOS PARA A SISTEMATIZAÇÃO - REDE G1

Nome do Agricultor Assentamento Data do intercâmbio	Aspectos da experiência
<p>Téo</p> <p>Rosa Luxemburgo</p> <p>01.06.2012 e</p> <p>12.10.2012</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Diversidade de culturas: hortaliças, milho, banana, galinha, maracujá;</li> <li>-Experimentação para seleção de variedades mais resistentes;</li> <li>-Uso do girassol para o controle de pragas (“distrai o arapuá”);</li> <li>-Produção local do adubo (húmus de minhoca, compostagem e esterco);</li> <li>-Não uso de agrotóxico, busca alternativas naturais, “descobertas” com a observação;</li> <li>-Cobertura do solo com restos de cultura;</li> <li>-Rotação de cultura;</li> <li>-Embelezamento da área com flores;</li> <li>-Artesanato</li> </ul>
<p>Negão</p> <p>Paulo Freire II</p> <p>01.06.2012</p> <p>15.08.2012</p> <p>08.06.2013</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Adubação com as próprias plantas recompondo a “matéria viva” do solo;</li> <li>-Diversidade de culturas, especialmente de citros (limão, laranja, tangerina), pois já dominava o manejo;</li> <li>-Trabalho familiar;</li> <li>- Experimentação e observação da natureza e respeito a “suas respostas”.</li> <li>-Recuperação do solo;</li> <li>-Considera o uso do fogo uma “doença”;</li> <li>-Evita o uso de trator;</li> <li>-Compreensão de que a agroecologia é uma alternativa ao agronegócio;</li> <li>-Prioriza a alimentação da família com a produção. (“A função da área não é tirar dinheiro é para alimentar a família”)</li> </ul>
<p>S. Quiquia</p> <p>Rosa Luxemburgo</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Produção de adubo no lote com o minhocário;</li> <li>- Utiliza SAFs;</li> </ul>

11.07.2012	<p>-Mantem uma casa de farinha onde produz derivados da macaxeira que é vendido na feira (O trabalho na casa de farinha é momento de socialização, é normalmente realizado durante a noite e madrugada, acompanhado de conversa e cantoria);</p> <p>-Utiliza <i>manipueira</i> para fertilizar o solo e sente necessidade de aprender mais sobre o uso desse produto;</p> <p>-Ainda utiliza adubo químico, mas em quantidade pequena (“porque é caro”);</p> <p>-Plantação de milho crioulo;</p> <p>-Criação de galinhas em piquete</p>
<p>Wânia Fusquinha 15.08.2012</p>	<p>-Criação de carneiro, porcos, galinhas, coelhos, alimentados com produtos da roça.</p> <p>-A refeição no dia do intercâmbio mostrou a diversidade, foi preparada com ingredientes da roça e do entorno: fava com legumes, feijão de coco, sururu, pirão de galinha de capoeira, bolinho de casca de banana, doce de tomate, cocada, suco de capim santo, salada de tomate, etc. (“almoço orgânico e cultural”)</p> <p>-Produção de tomate cereja, pimenta, soja, macaxeira, quiabo, banana, capim de corte e produção de mudas;</p>
<p>Cristineide e Baiano 17 de abril 28.02.2013</p>	<p>-Produção suficiente de feijão para a alimentação da família;</p> <p>-Conhecimento e uso das plantas medicinais;</p> <p>-Produz hortaliças sem uso de adubo químico e agrotóxico, coentro, cebolinha, alface, maxixe, quiabo, berinjela e mostarda;</p> <p>-O sítio foi montado sem dinheiro, conseguiu as mudas e sementes de frutas “no trecho” (nos arredores da BR): tem graviola, manga, cacau, caju, banana, umbu, jaca, maracujá, macaxeira, feijão de corda, fava etc</p> <p>-A adubação é feita com esterco e restos de cultura;</p> <p>-Produção local da maioria das sementes de hortaliças;</p> <p>-Explicando o cuidado com as árvores: “de manhã cedo dou um abraço em cada uma”.</p>

## ANEXO C - BOLETINS DAS EXPERIÊNCIAS – REDE G1



### APRENDIZADO E RESISTÊNCIA: A EXPERIÊNCIA DE AGUINALDO

Assentamento Paulo Freire II




**Expediente:**

**Projeto:** "Construção do conhecimento agroecológico em territórios de identidade rural por meio de intercâmbios em redes sociais" - CCAT - "CAMPONES A CAMPONES" - Macroprograma 6 - Sistema Embrapa de Gestão da Pesquisa - SEG

**Parcerias:** Embrapa Tabuleiros Costeiros/Universidade Federal de Sergipe/Movimento dos Trabalhadores Sem Terra/ INCRA-SE

**CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO AGROECOLÓGICO EM TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE RURAL POR MEIO DE INTERCÂMBIOS EM REDES SOCIAIS**



### Camponês a camponês

JOSÉ AGUINALDO DA SILVA  
ASSENTAMENTO "PAULO FREIRE II" - ESTÂNCIA - SERGIPE



Aginaldo nasceu Jeremoabo (BA), aos 2 a 3 anos de idade foi para Boquim, onde ficou até 1998. Saiu de Boquim para um acampamento do MST, em Salgado (SE), esse acampamento se dividiu em três outros acampamentos, sendo um deles o atual Assentamento "Paulo Freire II", criado em 2001. No começo não tinha grande experiência com a prática da agricultura, pois, era um trabalhador rural da colheita de laranja. Foi presidente da associação local por quatro mandatos de dois anos.

Aginaldo não tem filhos e sua esposa trabalha e reside em Aracaju, mas estão buscando alternativas para que em breve ela retorne.

Foi aprendendo a fazer agricultura a duras penas. No início, por conta dos contratos de empréstimo nos bancos, era obrigado a usar adubos químicos e agrotóxicos, até que um dia perdeu todo um lote de capim por causa de um excesso de aplicação de uréia e, então, decidiu adotar a agroecologia como forma de produção. Desde então tem se sentido muito bem trabalhando em harmonia com a natureza. Tem aprendido bastante, principalmente, com os companheiros do Assentamento. Com Ivanilson, companheiro do mesmo Assentamento, aprendeu a plantar laranja sem o uso de nenhum químico; com Téo, do Assentamento vizinho Rosa Luxemburgo, a plantar novas culturas junto com as árvores.

Sempre gostou do trabalho com hortaliças e, em 2011, diz que teve a felicidade de ser agraciado com um kit do sistema PAIS (Produção Agroecológica e Integrada e Sustentável), pelo SEBRAE. Neste sistema cultiva cebolinha, coentro, alface, couve, cebolinha, beterraba, pimentão, milho, banana e cria galinhas poedeiras, no esquema do sistema.

O lote da agrovilã é muito bonito. Tem um rio na divisa, com uma mata ciliar que segundo Téo é de "causar inveja". As laranjeiras estão com uma ótima produção, com laranjas deliciosas.

Além do PAIS, tem um plantio de capim e, outro de maracujá, em andamento de instalação. O capim será implantado no meio de árvores nativas existentes, para dar estabilidade ao sistema, proteger o solo e, será usado para cobertura dos canteiros de hortaliças, depois de picotado na forrageira. O plantio de maracujá também será instalado da mesma forma, utilizando as árvores como tutores que, além do efeito ecológico correto, não desperdiciará recursos financeiros com estacas tutoras, nem com arame, prego e mão-de-obra.

Nos canteiros de hortaliças a idéia é incrementar fortemente a cobertura seca para melhorar o solo, economizar trabalho de manejo e economizar o esterco de galinha, que ainda é



comprado. As bananeiras implantadas com o PAIS estão muito bonitas e, a produção do milho deste sistema também está muito boa e, já estavam com espigas bem formadas e prontas para serem consumidas como milho verde.

O canteiro de tomate apresentava algumas plantas que estavam morrendo e, alguns agricultores e técnicos, mais experientes com a cultura, alertavam que realmente esta é uma cultura difícil de conduzir, principalmente, no inverno chuvoso do Nordeste, vai melhor no verão e, em canteiros com total cobertura do solo e, com o cuidado de não se molhar a planta durante a irrigação, mas, tão somente o solo.

Aginaldo enfrenta alguns problemas para viabilizar o seu lote e um deles é a comercialização dos produtos, mercado e logística complicados. Por isso, juntamente, com outros cinco companheiros, estão criando uma cooperativa para cuidar mais coletivamente das soluções para colocação dos produtos no mercado. Juntos eles adquiriram os motores, que revezam de lote em lote para encher as caixas d'água para irrigar a horta, os canos e cooperam com o trabalho uns dos outros.

Hoje a comercialização é realizada em Estância, numa rua bem movimentada e o transporte feito por uma Kombi velha, ao preço de R\$ 60,00 por viagem, com os produtos dos seis lotes, o que é insuficiente e com grande risco de quebra, pois, é um veículo já de bastante uso.

A prefeitura está colocando obstáculo da venda destes produtos no local, sugerindo que a comercialização seja feita no mercado, o que para esses agricultores é problemático devido à concorrência de barracas de produtos convencionais e com barraqueiros intermediários com experiência de muitos anos no ramo.

Outro problema é o das sementes, que não são fáceis de encontrar e, praticamente todas de origem não orgânica. Entende que precisam urgentemente dominar a técnica de produzir suas próprias sementes.

Os produtos do lote são de excelente qualidade e totalmente livres de agrotóxicos, além do consumo humano ajudam a alimentar animais silvestres, como algumas raposas que diariamente visitam o local na busca de comida.





## ROÇA DO FUTURO: NEGÃO

Assentamento Paulo Freire II




**CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO AGROECOLÓGICO EM TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE RURAL POR MEIO DE INTERCÂMBIOS EM REDES SOCIAIS**

**Expediente:**

**Projeto:** "Construção do conhecimento agroecológico em territórios de identidade rural por meio de intercâmbios em redes sociais" - CCAT - "CAMPONÉS A CAMPONÉS" - Macroprograma 6 - Sistema Embrapa de Gestão da Pesquisa - SEG

**Parcerias:** Embrapa Tabuleiros Costeiros/Universidade Federal de Sergipe/Movimento dos Trabalhadores Sem Terra/ INCRA-SE



---

### Camponês a Camponês

**IVANILSON (NEGÃO)  
ASSENTAMENTO "PAULO FREIRE II" - ESTANCIA - SE**

Ivanilson Leal do Santos (que prefere ser chamado de Negão), sua esposa Jacira e os filhos Lídia, Hilgor e Rivelino constroem no Assentamento Paulo Freire II uma experiência agroecológica na qual deram o nome de Roça do Futuro. Além de experiências e práticas agroecológicas, inovações agrícolas e agronômicas, demonstram na prática conceitos como soberania alimentar, autonomia camponesa em relação ao Estado e ao mercado e a lógica das famílias para organização e o desenvolvimento da unidade de produção camponesa.

Antes de ir para o assentamento Paulo Freire II, Ivanilson (44 anos) morava com seus pais no município de Boquim e trabalhava de diária nas grandes propriedades citrícolas. As condições de vida e trabalho o fizeram compreender que apenas em sua própria terra poderia garantir o sustento de sua família e consolidar seus sonhos.

A conquista da terra resultou da luta de 127 famílias provenientes do município de Boquim, que se dividiram em três acampamentos, sendo que um deles resultou no então assentamento Paulo Freire II, onde acamparam 57 famílias e 24 foram assentadas. Durante os quatro anos de acampamento ocorreram diversos confrontos com a polícia e seis despejos, respondidos com resistência, organização, esperança e sonhos que animaram a luta e possibilitaram a conquista da terra.

Com o trabalho nos pomares de laranja aprendeu o manejo e a realizar enxertia para produção de mudas. Ainda hoje ele utiliza desses conhecimentos adquiridos ao longo da vida, associados à observação da natureza para solucionar os problemas que enfrenta no dia a dia da agricultura e, de forma investigativa, juntamente com sua família, consolidou uma experiência de sucesso, na qual utiliza princípios agroecológicos da diversidade, cobertura do solo, adubação verde e manejo ecológico do solo.

Passaram 10 anos desde que conquistou a terra,






mas segundo ele, essa foi apenas a primeira luta, organizar o assentamento, conquistar a qualidade de vida, e produzir de forma agroecológica são alguns desafios do dia a dia. Negão define agroecologia como "plantar e colher sem agredir a natureza". Em seu lote pequeno, no fundo da casa, possui grande quantidade e variedade de citrus (laranja, tangerina, mexerica e limão), além disso, possui outras espécies como mangueira, jaqueira, jenipapo, cajueiro, abacateiro e seriguela. É um quintal bastante frondoso, com muita densidade e diversidade de árvores. Na poda de algumas espécies consegue clareira suficiente para plantar o inhame e algumas hortaliças. O abacaxi fica ao redor de algumas árvores e entre as linhas. É nesse local que ele produz, um pouco do adubo que utiliza nas plantações. Ele faz compostagem com as folhas, o esterco e urina dos animais. Possuem algumas galinhas de capoeira soltas pelo quintal e um chiqueiro de porcos. No lote grande Negão e sua família iniciaram uma interessante experiência há mais ou menos 4 anos. Segundo eles, estão construindo uma floresta. Existem vários tipos de experiência, que vão fazendo, testando e replicando. Possuem adubos verde (mucuna, guandu e feijão de porco), plantam cana, e coqueiro em um esquema de berços, onde fazem um grande buraco, enriquecem com composto e palhada (folhas, bagaço de cana, capim seco). Possuem nesse espaço algumas espécies nativas como pau de leite, biriba e pau pombo, que vai nascendo, trazido pelos animais e eles vão cuidando. O nome roça do futuro veio da experiência com o sistema agroflorestal, onde realizam o plantio de diversas espécies, perenes, anuais e hortaliças. Esses plantios ainda estão novos, mas segundo a família do Negão já colheram macaxeira, milho, feijão de corda e hortaliças. As espécies perenes vão crescendo lentamente e o capim de corte é utilizado para cobrir o solo. Em pouco tempo conseguirão construir a floresta que tanto desejam!

## ANEXO D - CARTAZES DAS JORNADAS DE CAMPONÊS A CAMPONÊS

**I JORNADA  
DE CAMPONÊS A CAMPONÊS:  
AGROECOLOGIA E SOBERANIA ALIMENTAR**

**Dia 11/10/2012** (Quinta-feira)

**Lançamento da tradução para o português do livro:**  
Revolução Agroecológica: O Movimento de Camponês a Camponês em Cuba, Editora Expressão Popular

**Convidados:**  
Dr. Fernando Rafael Funes Monzonte (Instituto Índio Hatuey – Cuba e Vice-presidente da Sociedade Científica Latino Americana de Agroecologia (SOCLA)),  
Representante da Direção Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)  
Representante da Direção Nacional do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)  
Dr. Edmar Ramos de Siqueira (EMBRAPA Tabuleiros Costeiros);  
Dr. Eraldo da Silva Ramos Filho (UFS/NPGEQ/DGE);

**Local:** UFS-Campus de São Cristóvão (Auditório da Didática 5) das 15:30 às 19:00h

**Dia 12/10/2012** (Sexta-feira)

Realização de intercâmbios de agroecologia entre camponeses em assentamentos de reforma agrária no Sul de Sergipe.  
Dr. Eraldo da Silva Ramos Filho (UFS/NPGEQ/DGE);

**Local:** Assentamentos de reforma agrária nos municípios de Estância, Santa Luzia do Itanhy e Indiaroba - a partir das 08:00h

**Dia 13/10/2012** (Sábado)

Reunião de trabalho "De camponês a Camponês"  
**Local:** EMBRAPA Tabuleiros Costeiros - a partir das 08:00h

**CAMPONÊS A CAMPONÊS**

*CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO AGROECOLÓGICO EM TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE RURAL POR MEIO DE INTERCÂMBIOS EM NÍVEL LOCAL.*

# II JORNADA DE CAMPONES A CAMPONES: IMPACTOS SOCIOTERRITORIAIS DOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA E A AGROECOLOGIA

Dia **22/04/2013** (Segunda-feira)

10 horas

**Apresentação do Relatório de Impactos Socioterritoriais (RIST) dos Assentamentos Paulo Freire II e Rosa Luxemburgo**

**Expositores:** Graduandos em Geografia da disciplina Planejamento Rural  
**Convidados:** Assentados do Paulo Freire II e Rosa Luxemburgo  
**Local:** UFS - Auditório do Departamento de Geografia

14 horas

**Apresentação do Relatório DATALUTA 2011**

**Dr. Eraldo da Silva Ramos Filho (UFS/DGE/NPGEO)**  
**Ac. Rayane Mara Batista (UFS/DGE/LABERUR)**  
**Representantes dos movimentos socioterritoriais camponeses**  
**Local:** UFS - Auditório do Departamento de Geografia

15 horas

**Intercâmbios de Agroecologia**

**Camponeses convidados e integrantes do EVA e comunidade acadêmica**  
**Local:** Espaço de Vivência Agroecológica (EVA/UFS)



**ANEXO E – ROTEIRO DA CONVERSA COM OS AGRICULTORES**

- 1- Gostaria de pedir que contasse um pouco da sua história, de onde veio, como era sua vida antes do assentamento...
- 2- Como foi no início do assentamento (quais atividades: o que plantava, criava etc)? E hoje, como é? Quais as diferenças? O que provocou a mudança?
- 3- Como foi o trabalho da ATER no início e como é hoje? (Enfatar as transformações)
- 4- O técnico costuma respeitar suas opiniões? No que ele ajuda? No que ele falha?
- 5- Como é sua participação? Você se interessa pelo que vem do técnico? Por quê?
- 6- Como você o INCRA e o MST com relação à ATER?
- 7- Você conhece o programa ATES? Já ouviu falarw
- 8- Como é o jeito que o técnicoo trabalha? Está bom assim? O que poderia ser diferente?
- 9- Você conhece o projeto Camponês a Camponês? É um jeito bom ou ruim de fazer ATER? Por que participa/não participa? Como poderia melhorar?
- 10- Quando você ouve falar em “Agroecologia” o que pensa? Ou O que é “Agroecologia” para você?

**ANEXO F –ROTEIRO DA CONVERSA COM REPRESENTANTE  
ATER INCRA**

- 1- Fale um pouco sobre o histórico da ATER na Reforma Agrária em Sergipe.
- 2- Quais as diferenças operacionais entre convênio e contratos;
- 3- Como entra a discussão da Agroecologia no INCRA?
- 4- Quais as dificuldades de operacionalizar as chamadas públicas?
- 5- Os assentados não conheciam a ATES pelo nome, poderia comentar?
- 6- Como se dá a escolha dos técnicos para atuar na ATER?
- 7- Houve diferenças na construção das chamadas públicas de 2010 para a de 2012?
- 8- Como a Agroecologia aparece internamente nas duas chamadas públicas?
- 9- O que é Agroecologia para você?
- 10- Como se deu a decisão de incorporar a metodologia Camponês a Camponês na chamada pública?